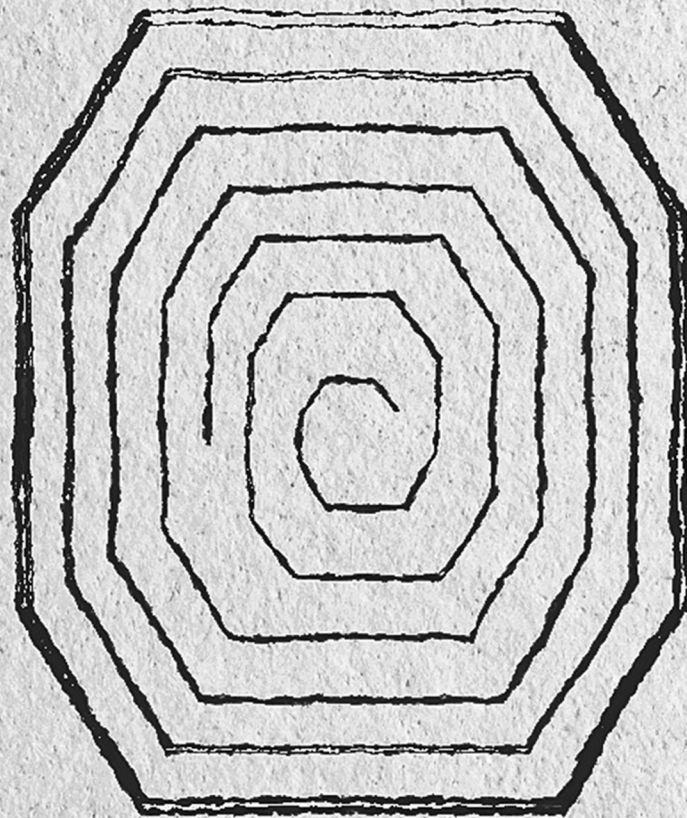


SEVEN

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
2023

Costurando Saberes

Ricardo Valim
Domingos Perpetuo Alves Soares
Alecsandra Oliveira de Souza
(Organizadores)

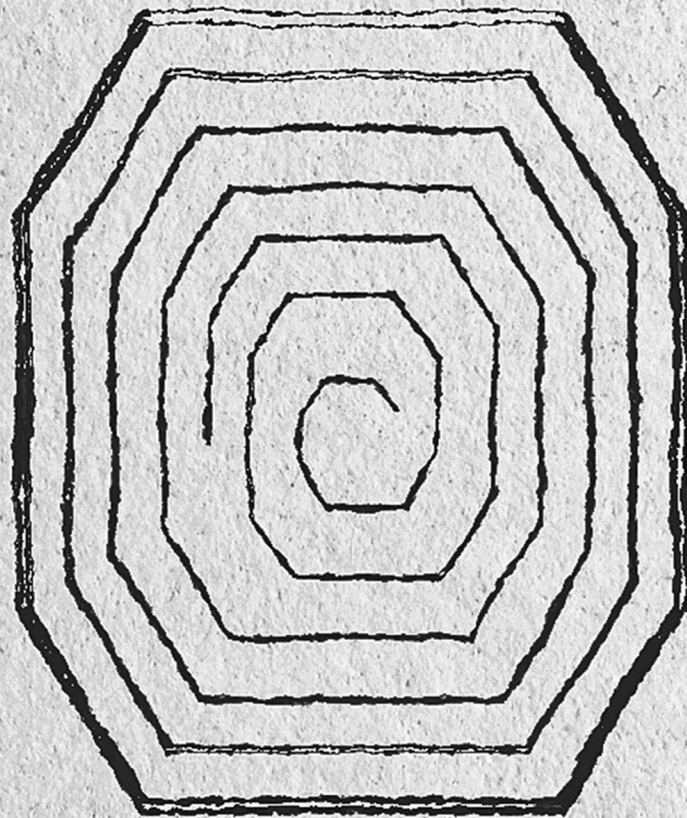


SEVEN

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
2023

Costurando Saberes

Ricardo Valim
Domingos Perpetuo Alves Soares
Alecsandra Oliveira de Souza
(Organizadores)



EDITORA CHEFE

Profº Me. Isabele de Souza Carvalho

EDITOR EXECUTIVO

Nathan Albano Valente

ORGANIZADORES DO LIVRO

Ricardo Valim

Domingos Perpetuo Alves Soares

Alecsandra Oliveira de Souza

PRODUÇÃO EDITORIAL

Seven Publicações Ltda

EDIÇÃO DE ARTE

Alan Ferreira de Moraes

EDIÇÃO DE TEXTO

Natan Bones Petitemberte

BIBLIOTECÁRIA

Tábata Alves da Silva

IMAGENS DE CAPA

Cláudio Cinta Larga

Paulo Gabriel Vieira Alves

ÁREA DO CONHECIMENTO

Ciências Humanas

2023 by Seven Editora

Copyright © Seven Editora

Copyright do Texto © 2023 Os Autores

Copyright da Edição © 2023 Seven Editora

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Seven Publicações Ltda. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Seven Publicações Ltda é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação.

Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.



O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional

CORPO EDITORIAL

EDITORA-CHEFE

Profº Me. Isabele de Souza Carvalho

CORPO EDITORIAL

Pedro Henrique Ferreira Marçal. Vale do Rio Doce University

Adriana Barni Truccolo- State University of Rio Grande do Sul

Marcos Garcia Costa Morais- State University of Paraíba

Mônica Maria de Almeida Brainer - Federal Institute of Goiás Campus Ceres

Caio Vinicius Efigenio Formiga - Pontifical Catholic University of Goiás

Egas José Armando - Eduardo Mondlane University of Mozambique.

Ariane Fernandes da Conceição- Federal University of Triângulo Mineiro

Wanderson Santos de Farias - Universidad de Desarrollo Sustentable

Maria Gorete Valus -University of Campinas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Costurando saberes [livro eletrônico] /
[organizadores] Ricardo Valim , Domingos Perpetuo
Alves Soares , Alecsandra Oliveira de Souza. --
São José dos Pinhais, PR : Seven Events, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-84976-78-8

1. Educação 2. Filosofia 3. Interdisciplinaridade
na educação I. Valim, Ricardo. II. Soares, Domingos
Perpetuo Alves. III. Souza, Alecsandra Oliveira de.

23-174726

CDD-370.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Interdisciplinaridade : Educação 370.1

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

DOI – 10.56238/costurandosaberes-00

Seven Publicações Ltda
CNPJ: 43.789.355/0001-14
editora@sevenevents.com.br
São José dos Pinhais/PR

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor deste trabalho DECLARA, para os seguintes fins, que:

Não possui nenhum interesse comercial que gere conflito de interesse em relação ao conteúdo publicado;

Declara ter participado ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente nas seguintes condições: "a) Desenho do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação dos dados; b) Elaboração do artigo ou revisão para tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão";

Certifica que o texto publicado está completamente livre de dados e/ou resultados fraudulentos e defeitos de autoria;

Confirma a citação correta e referência de todos os dados e interpretações de dados de outras pesquisas;

Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para realizar a pesquisa;

Autoriza a edição do trabalho, incluindo registros de catálogo, ISBN, DOI e outros indexadores, design visual e criação de capa, layout interno, bem como seu lançamento e divulgação de acordo com os critérios da Seven Eventos Acadêmicos e Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Seven Publicações DECLARA, para fins de direitos, deveres e quaisquer significados metodológicos ou legais, que:

Esta publicação constitui apenas uma transferência temporária de direitos autorais, constituindo um direito à publicação e reprodução dos materiais. A Editora não é co-responsável pela criação dos manuscritos publicados, nos termos estabelecidos na Lei de Direitos Autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; O(s) autor(es) é(são) exclusivamente responsável(eis) por verificar tais questões de direitos autorais e outros, isentando a Editora de quaisquer danos civis, administrativos e criminais que possam surgir.

Autoriza a **DIVULGAÇÃO DO TRABALHO** pelo(s) autor(es) em palestras, cursos, eventos, shows, mídia e televisão, desde que haja o devido reconhecimento da autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial, com a apresentação dos devidos **CRÉDITOS** à **SEVEN PUBLICAÇÕES**, sendo o(s) autor(es) e editora(es) responsáveis pela omissão/exclusão dessas informações;

Todos os e-books são de acesso aberto, portanto, não os venda em seu site, sites parceiros, plataformas de comércio eletrônico ou qualquer outro meio virtual ou físico. Portanto, está isento de transferências de direitos autorais para autores, uma vez que o formato não gera outros direitos além dos fins didáticos e publicitários da obra, que pode ser consultada a qualquer momento.

Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições públicas de ensino superior, conforme recomendado pela CAPES para obtenção do Qualis livro;

A Seven Eventos Acadêmicos não atribui, vende ou autoriza o uso dos nomes e e-mails dos autores, bem como de quaisquer outros dados deles, para qualquer finalidade que não seja a divulgação desta obra, de acordo com o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e a Constituição da República Federativa.

ORGANIZADORES DO EBOOK



Ricardo Valim

Especialista em Filosofia. Mestrando em Filosofia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Atualmente Professor EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFRO - Instituto Federal de Rondônia - Campus Porto Velho Calama.

Projeto Costurando Saberes

O Projeto de ensino Costurando Saberes aprovado pela PORTARIA Nº 306/PVICAL - CGAB/IFRO, DE 19 DE JUNHO DE 2023, tem como objetivo, auxiliar os estudantes do IFRO - Câmpus Porto Velho Calama do Curso de Bacharelado em Engenharia Química à refletirem sobre a atual conjuntura social à luz da Filosofia e de seu Curso de Graduação, mas também planejar, elaborar, sistematizar e desenvolver suas pesquisas.

O nome “Costurando Saberes” está fundamentado na necessidade de estabelecer linhas de diálogo entre as disciplinas de humanidades, no caso Filosofia, e o Curso Superior de Engenharia Química do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO Câmpus Porto Velho Calama.

O profissional da Engenharia hoje, em tempos que se fala amplamente sobre desenvolvimento sustentável, respeito as epistemologias dos povos originários, deve estar atento e sensível no uso de suas atribuições não somente de forma técnica, mas também de forma ética.

O profissional hoje formado nos cursos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO Câmpus Porto Velho Calama deve possuir o diferencial da excelência na qualidade técnica e habilidades bem desenvolvidas no campo reflexivo, do diálogo intercultural, da resolução de conflitos no enfrentamento de dilemas éticos e morais. Em uma sociedade que é marcada pela vastidão oceânica de saberes e pelas águas rasas de sentido, um profissional que munido de artifícios epistêmicos, metodológicos e com visão aguçada de mundo tende a ser mais bem sucedido.

Os filósofos da antiguidade já entendiam a filosofia como uma forma de amor ou amizade à sabedoria. E isso é importante porque são sentimentos e relações que permanecem, quando verdadeiros evidentemente, até o natural declínio humano.

Se sensíveis estivermos maduros racionalmente também se compreenderá que os povos indígenas também possuem um caminho de sabedoria que tem muito a oferecer a toda a sociedade como forma de torná-la mais rica. Triste é quando vemos descasos com povos como os Yanomami. Triste é o que vemos quando um povo é extinto, como aconteceu no ano de 2022 em Rondônia com o assim rotulado “Índio do Buraco”. A humanidade deveria chorar não somente pela morte de uma pessoa, mas deveria chorar também pela morte de uma cultura, de uma cosmovisão, por uma expressão espiritual com seus usos e costumes e que simplesmente deixou de existir.

A morte do rotulado “Índio do Buraco” é um triste prelúdio do que pode acontecer não somente com os povos indígenas, mas com a humanidade de um modo geral. Pois há de chegar o dia em que se não tivermos o devido cuidado estaremos caminhando para um triste fim, sem natureza, sem amor, sem justiça, sem caridade e sobretudo, compreensão para refletir sobre tudo isso.

É preciso extinguir a mediocridade e o sentimento de “mais do mesmo” e ir além do que os sentidos podem contemplar porque é lá que reside a essência de todas as coisas. Para isso acontecer é preciso pegarmos os retalhos do conhecimento fragmentado e costurá-lo com a agulha e a linha da verdade. Deste modo temos um novo pano de fundo para este espetáculo que é a vida no qual todos somos chamados a sermos protagonistas e não meros espectadores culpados.

Ricardo Valim
Professor de Filosofia do IFRO Câmpus Calama
Coordenador do Projeto “Costurando Saberes”



Domingos Perpetuo Alves Soares

Licenciado em Letras Português-Inglês e Pedagogia, Mestre em Educação. Atualmente é Pedagogo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Integral, Tempo Integral e Educação Profissional, Gestão Escolar e Currículos. Exerce o cargo de Assessor Pedagógico de Ensino - DAPE -IFRO - RO, atuando no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do IFRO - Instituto Federal de Rondônia - Campus Porto Velho Calama.

Costurando Saberes

O Currículo da Educação Profissional, em virtude das constantes mudanças no mundo trabalho, ainda não conseguiu superar a dicotomia entre a formação para o trabalho e a preparação para a vida, aparentando amplo, difuso. Há uma profusão de significados e uma árdua missão: conseguir integrar ciência, trabalho, tecnologia, no entanto, mantém-se subserviente ao capital.

O aparato hegemônico montado pelas classes dominantes cerceia o acesso de classes menos favorecidas à educação com “qualidade”. Depreende-se que as formas de aquisição do conhecimento mudaram de uma maneira vertiginosa, impulsionadas pelos avanços tecnológicos, pandemias, não há mais lócus para aprendizagem. O conhecimento pode ser adquirido em instituições formais ou informais de ensino, em complexas redes. Então há uma necessidade de ensinar mais para encher os silos da educação generalista, desprovida de significado. Há muito que se enxugar, depurar para ressignificar este currículo e torná-lo significativo e de autorrealização. As políticas de educação minimalistas precisam ser refutadas, repensar a sua organização, redefinindo tempo e espaços escolares, meios e novas formas de transmissão do conhecimento. Empenharam-se muitos esforços para ensinar tudo a todos, com pouca objetividade e com qualidade para poucos.

A Educação profissional se esforça para atender as necessidades do sistema produtivo, a qualificação para trabalho, torna-se imperativo nos dias atuais, desumanizando a formação do trabalhador, aliás, os ataques à formação humanística nas instituições se intensificaram, fragilizando a formação integral. Esse novo trabalhador precisará lidar com outros desafios: volatilidade dos sentimentos, ansiedade, surtos pandêmicos, incerteza quanto ao futuro, instabilidade financeira e laboral e as metamorfoses do capital. A formação humanística instiga o ser humano a compreender melhor o mundo, a desenvolver seu intelecto e a desvelar as causas dos conflitos na sociedade, além de colocar em relevo as qualidades morais e éticas, alicerces fundamentais para uma sociedade mais sã, corroboradas por DEFFUNE (2002):

Humanizar os currículos de educação profissional é dever das instituições para que a sociedade possa contar com pessoas de competência técnica interessadas no bem comum.

A cena da Educação Profissional ficou povoada de ações com intuito de oferecer formação para mercado de trabalho e nesse intuito minorias, pessoas de diferentes culturas, etnias, ficaram alijadas de participar desse processo. Nas nossas instituições de ensino proliferaram a entronização da concepção europeia sobre o mundo, ignorando a história africana, a dos povos originários da terra. Nem mesmo o ordenamento jurídico brasileiro através de lei específica não conseguiu garantir o direito à terra desses povos. Essa não aceitação dos povos originários perdura por séculos, há grandes manifestações pelo país na depreciação da cultura dos mesmos. Nem mesmo tratar o tema dos povos originários de forma transversal nos currículos escolares foi suficiente para arrefecer o preconceito e a indiferença.

Com o advento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados a partir da Lei nº 11.892/2008, observa-se um movimento de se criar uma Educação Profissional multifacetada, essas instituições com características similares às universidades, mas com características pluricurriculares com oferta de educação básica, profissional e tecnológica, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com destemido apelo pela responsabilidade social e inclusão social produtiva, os Institutos Federais estão presentes em todo território nacional alcançando lugares longínquos e minorias esquecidas pelas políticas educacionais excludentes. Em 2008, do desmembramento das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais de Rondônia surge o IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia), com pouco tempo de existência, a instituição já conta com 01 (uma) Reitoria e 10 Campi e um acelerado processo de interiorização, com destaque para os polos de Educação a distância (EAD), são 62 polos em Rondônia e 13 polos em outros estados (Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais), além do polo internacional em Guayaramerín – Bolívia. E dessa forma, o IFRO tem contribuído para promover a educação científica e tecnológica no Estado de Rondônia, velando pela formação de cidadãos engajados e comprometidos com o desenvolvimento da sociedade local e do seu entorno.

O IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia) – Campus Porto Velho Calama iniciou suas atividades em Porto Velho em 2010 e por ocasião da construção das Usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) período de 2008 – 2016, houve um intenso fluxo migratório de pessoas para região impulsionados pela aceleração no ramo da construção civil, serviços e pelo potencial da matriz energética da região. Implantam-se nesse período os cursos técnicos nas áreas de eletrotécnica, edificações e manutenção e suporte em informática. Das condições criadas pela construção das usinas hidrelétricas citadas, surgem os cursos de engenharia (2017-2018) ocasionando uma aceleração nas atividades econômicas da região.

Em 2019 com a publicação das novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Engenharia é reforçada a importância de se formar os engenheiros com uma forte formação técnica, mas com uma visão holística e humanista, o engenheiro que pode vir a ser um projetista, um empreendedor e o diferencial, um engenheiro formador, profissional que vai cuidar da formação de novos engenheiros. Replica-se no documento a importância de se reconhecer, conviver e respeitar as diferenças socioculturais, dos povos indígenas, quilombolas, imigrantes, ser proativo, reflexivo e ético.

No ambiente acadêmico é imprescindível a importância das disciplinas de Filosofia e Sociologia e outras que versam sobre os direitos humanos, relações etnoraciais, estas disciplinas estimulam a reflexão sobre a importância da função social dos engenheiros, como se relacionam com o desenvolvimento social, a tecnologia, contribuindo para evolução do homem e da sociedade. Ajuda no enfrentamento das adversidades, os contrastes globais, as diferenças socioculturais, econômicas, sociais e ambientais, auxilia na superação da sobreposição entre a formação técnica sobre a formação humanística.

No PDI - IFRO (Plano de Desenvolvimento Institucional) são asseguradas aos estudantes, políticas de atendimento a grupos minoritários vulneráveis, esta responsabilidade social visa minorar os impactos sobre estes grupos fazendo uma inclusão social e produtiva, capaz de reduzir as desigualdades sociais, promovendo o bem estar social. Depreende-se que com a reserva de vagas para grupos historicamente excluídos, constrói-se um novo perfil para os estudantes do ensino superior, mas a permanência com êxito desses ingressantes não pode ser ignorada. Inegável que há muita resistência a essa política, falta o controle social, fiscalizar, evitar fraudes. Com a revigoração da Portaria MEC nº 389/2013 contemplando indígenas, quilombolas, assegura-se uma bolsa permanência no ensino superior, aguarda-se que essa democratização do acesso seja eficaz, permanente.

Domingos Perpetuo Alves Soares



Alecsandra Oliveira de Souza

Possui graduação em Química pela Universidade Federal de Rondônia, mestrado e doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora EBTT do IFRO atuando nos ensinamentos técnicos, graduação e mestrado em Inovação tecnológica.

A engenharia química é uma área do conhecimento que visa a aplicar a ciência e tecnologia para o desenvolvimento de processos e produtos que podem ser utilizados pela sociedade de forma segura e sustentável. No entanto, muitas vezes, esses processos e produtos são desenvolvidos sem considerar as necessidades e realidades dos povos indígenas, que possuem uma relação única com o meio ambiente e suas comunidades da floresta Amazônica. Por isso, é fundamental que projetos de ensino, pesquisa e extensão sobre os povos indígenas sejam incorporados ao currículo do curso de engenharia química, de forma a conscientizar os futuros profissionais sobre a importância do diálogo intercultural e da inclusão desses povos nos processos de desenvolvimento tecnológico.

Assim, um dos principais pontos abordados neste projeto é a compreensão, através da perspectiva filosófica, da relação dos povos indígenas com o meio ambiente e sua importância com a preservação do planeta. Neste contexto, os engenheiros químicos devem ser capazes de desenvolver tecnologias e processos que respeitem a natureza e as necessidades das comunidades locais, promovendo uma relação estreita e harmoniosa entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade. Outro aspecto importante é o respeito à cultura e aos saberes tradicionais dos povos indígenas. Muitas vezes, esses saberes são desconsiderados ou subestimados pela ciência ocidental, o que pode levar a soluções tecnológicas inadequadas ou ineficazes. Em verdade, o diálogo intercultural é fundamental para que os engenheiros químicos possam compreender a lógica e realidade dos povos indígenas e, assim, desenvolver processos e produtos que atendam às suas reais necessidades. Além disso, a inclusão dos povos indígenas nos processos de desenvolvimento tecnológico pode trazer benefícios para a sociedade como um todo, se for considerado o profundo conhecimento destes povos sobre o meio ambiente e as comunidades em que vivem, o que pode contribuir para a criação de soluções mais eficazes e sustentáveis.

Por fim, é válido ressaltar que a inclusão alcançada pela compreensão sobre os povos indígenas em projetos de ensino, pesquisa e extensão não deve ser vista como uma ação isolada, mas sim como uma etapa importante para uma transformação mais ampla da sociedade. A engenharia química, assim como outras áreas do conhecimento, deve buscar a inclusão e diversidade em todas as suas atividades, de forma a promover uma sociedade mais democrática, no seu significado mais amplo. Em resumo, projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão sobre os povos indígenas através da perspectiva filosófica no curso de engenharia química é de extrema importância para a formação de profissionais conscientes e responsáveis, capazes de desenvolver soluções tecnológicas sustentáveis e inclusivas.

Eduardo Gama Ortiz Menezes
Coordenador do curso de Graduação em Engenharia Química do Instituto Federal de Rondônia

A engenharia é dura, cartesiana e às vezes parece ser insensível aos aspectos humanos que permeiam todas as nossas relações. Não deveria ser assim e talvez não seja necessariamente assim, mas não deixa de ser uma visão que muitos têm dos engenheiros e dos cursos de engenharia. Falo isso de cadeira, como engenheiro civil.

Quando tive acesso ao projeto Costurando Saberes do valoroso professor Valim, vi neste projeto o esforço de aproximar a ciências exatas do saber filosófico. Ter uma visão holística e humanista, ser crítico, reflexivo, criativo, cooperativo e ético, sem perder a importância de uma formação técnica robusta. Esse objetivo está alinhado à vocação dos Institutos Federais, de termos uma educação emancipadora preparando nossos alunos para um futuro que já está acontecendo. Um futuro que não pode deixar para trás as minorias sociais, um futuro que deve viver harmoniosamente com o meio ambiente. Neste caso, nossa obrigação como uma Instituição de ensino cravada na floresta amazônica torna nossa tarefa ainda mais prioritária.



Acredito que este projeto é essencial para os novos engenheiros. Parabênizo todos os companheiros e companheiras envolvidos direta e indiretamente nesta jornada. E por fim me dirijo aos nossos alunos: aproveitem essa oportunidade, pois vocês, engenheiros do futuro é que pavimentarão as bases para uma sociedade mais justa, inclusiva e com responsabilidade social e ambiental de fato.

Leonardo Pereira Leocádio
Diretor Geral do IFRO Câmpus Porto Velho Calama

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
  10.56238/costurandosaberes-001	
FILOSOFIA, CIÊNCIAS AMBIENTAIS E ENGENHARIA QUÍMICA: A BUSCA POR UM FUTURO SUSTENTÁVEL E DECOLONIAL	
Kaemilly Coelho, Ricardo Valim.	
CAPÍTULO 2	28
  10.56238/costurandosaberes-002	
A FILOSOFIA POR TRÁS DA ENGENHARIA QUÍMICA: REFLEXÕES SOBRE DECOLONIALIDADE, TECNOLOGIA E ÉTICA	
Sophia Schmitt Moraes, Cleyton Pereira dos Santos, Ricardo Valim.	
CAPÍTULO 3	46
  10.56238/costurandosaberes-003	
IMPACTOS DA BIOPIRATARIA PARA AS COMUNIDADES INDÍGENAS	
Hugo Rodrigues da Silva, Gabrielly Jacob Menezes, Ricardo Valim.	
CAPÍTULO 4	62
  10.56238/costurandosaberes-004	
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E PENSAMENTO INDÍGENA: UMA PROPOSTA DECOLONIAL CONTEMPORÂNEA	
Gabrielly Jacob Menezes, Hugo Rodrigues da Silva, Willians Prestes de Almeida, Ricardo Valim.	
CAPÍTULO 5	81
  10.56238/costurandosaberes-005	
A POÉTICA LITERÁRIA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA COMO VIA DECOLONIAL FILOSÓFICA	
Maria Eduarda Fonsêca Casara Cavalcante, Ricardo Valim.	
CAPÍTULO 6	97
  10.56238/costurandosaberes-006	
DIREITOS HUMANOS E DECOLONIALIDADE EPISTÊMICA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	
Ricardo Valim, Cleyton Pereira dos Santos, Livia Catarina Matoso dos Santos Telles.	
CAPÍTULO 7	113
  10.56238/costurandosaberes-007	
TRANSFORMAÇÃO HUMANA NA EXPERIÊNCIA MÍSTICA: CONVERGÊNCIAS EPISTÊMICAS E ONTOLÓGICAS INDÍGENAS E OCIDENTAIS	
Ricardo Valim.	

FILOSOFIA, CIÊNCIAS AMBIENTAIS E ENGENHARIA QUÍMICA: A BUSCA POR UM FUTURO SUSTENTÁVEL E DECOLONIAL

  10.56238/costurandosaberes-001

Kaemilly Coelho

Discente do Bacharelado em Engenharia Química, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Ricardo Valim

Lattes: 3074004049762932

ORCID: 0000-0002-7790-6148

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Professor de filosofia Tecnologias do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia

RESUMO

O Engenheiro Químico, além de dominar os conhecimentos técnicos e científicos necessários para a sua área de atuação, deve ter uma visão ampla e integrada dos desafios ambientais enfrentados pela sociedade. A filosofia interligada a ciências ambientais proporciona uma base conceitual para compreender a relação entre o ser humano e o meio ambiente, questionando as nossas atitudes em relação à natureza e buscando uma abordagem ética e responsável em relação aos recursos naturais. Um futuro sustentável depende do trabalho conjunto entre a Engenharia Química, a Filosofia e as Ciências Ambientais. No curso de Engenharia Química (EQ), a integração dessas matérias é fundamental para formar profissionais conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. Através desse enfoque, os estudantes adquirem uma visão holística dos problemas ambientais, sociais e culturais, aprendendo a considerar os aspectos éticos e sociais em suas atividades profissionais. O presente artigo traz alguns pontos sobre a incorporação da filosofia e das ciências ambientais no curso de Engenharia Química, em busca de formar profissionais capacitados a enfrentar os desafios do século XXI. Essa abordagem ampla e integrada contribui para a formação de engenheiros comprometidos com a proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Filosofia, Engenharia química, Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A Educação filosófica e ambiental apesar de ter diversos conceitos e abordagens, implica na construção de um ser humano integrado à natureza ou ainda, conectar o ser humano e a natureza em um só. Essa relação, partindo de um pressuposto, se dá desde as mais longínquas épocas e visões de natureza construídas. A integração de tecnologias e estratégias ao currículo dos engenheiros, é hoje essencial para o aprendizado das novas abordagens que vêm surgindo nas últimas décadas, contudo ter conhecimentos nas áreas de Filosofia e ciências Ambientais, dará aos futuros engenheiros um pensamento crítico e inovador, visando preservar nosso ecossistema.

Alfred Nobel foi o primeiro químico a se preocupar com os processos de produção dos produtos e como eles afetaria as pessoas e o meio ambiente, logo foi considerado o pai da Engenharia

Química. A mesma, é uma combinação da prática da Engenharia com as teorias da Química e surgiu à aproximadamente 100 anos, com o objetivo de formar profissionais generalistas. Ela possibilita que você desenvolva ou melhore produtos e procedimentos que possam melhorar a qualidade de vida da população e até mesmo mudar o mundo. Além disso, contribui para a otimização de processos, o que pode ajudar a tornar os processos mais sustentável.

A inclusão de matérias específicas como Filosofia e Ciências Ambientais na grade curricular do curso de Engenharia Química pode contribuir para formar profissionais mais conscientes e responsáveis, capazes de compreender e lidar com os desafios éticos e ambientais que surgem no exercício da profissão. Exemplo desses desafios são as comunidades indígenas, sobretudo, as que estão próximas à urbanização e que acabam por sofrer os impactos da ação dos demais seres humanos por sobre a realidade. É uma habilidade importante a ser desenvolvida pelos profissionais da engenharia química, de forma criteriosa e coerente com os aspectos fundamentais da história e cultura dessas comunidades, a construção de um diálogo intercultural e uma atuação ética respeitosa junto a estas mesmas comunidades. Assim, ao incluir Filosofia e Ciências Ambientais na grade curricular, estamos contribuindo para a formação de profissionais mais completos, capazes de entender e lidar com os desafios não só de sua comunidade, mas com as demais culturas. Essa formação fomenta a consciência crítica, o respeito pela diversidade cultural e o comprometimento com a sustentabilidade ambiental, elementos essenciais para uma atuação profissional mais responsável e consciente. Além disso, essa formação pode ajudar os alunos a desenvolver habilidades que desenvolvam o pensamento crítico e reflexivo, o que pode ser útil em sua futura carreira. Portanto, é importante discutir a inclusão dessas matérias no currículo de um futuro engenheiro, a fim de formar profissionais mais preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo

A Engenharia Química é uma área fundamental para o desenvolvimento industrial e tecnológico, e a sua formação envolve conhecimentos técnicos e científicos em diversas áreas. No entanto, a formação também deve incluir a reflexão sobre questões éticas e ambientais relacionadas às atividades profissionais levando em consideração sempre o respeito aos saberes dos povos originários. Este cuidado é de suma importância porque permite a estes povos terem suas epistemologias valorizadas numa perspectiva científica decolonial. Portanto, o artigo se concentra em despertar a consciência crítico-reflexiva nos alunos do curso de Engenharia química do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e dos demais leitores acerca das principais questões socioambientais importantes ao mundo atual, Estimular o debate dialético sobre a temática ambiental e preparar os futuros profissionais para situações de adaptações e atualizações frente a novos desafios e conjunturas, decorrentes da dinâmica de uma sociedade em transformação.

2 FILOSOFIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SUA RELAÇÃO

A filosofia é uma importante ferramenta no processo de amadurecimento intelectual, levando a um inquietar-se com nosso próprio pensar e agir, nos leva a questionar e buscar respostas para nossas dúvidas, não podendo assim estar fora de nosso cotidiano. Esse aspecto é importante, sobretudo, quando inseridos nesta realidade nos deparamos com questões éticas nas quais estão envolvidos os impactos ambientais, sociais e culturais na vida dos povos indígenas.

Praticamente todos em algum momento da vida enfrentaram problemas filosóficos, mas pouquíssimos continuam dedicando-se a este estudo ou desenvolveram alguma profissão ligada à Filosofia. Talvez porque muitos tendem a pensar que filosofia é um tema sem função prática e que não é importante no mundo materialista moderno em que vivemos, pois o foco está na busca do lucro, no avanço tecnológico e no desenvolvimento econômico. Entretanto, a Filosofia não apenas nos ajuda a compreender o mundo, mas também nos ajuda a nos compreendermos melhor. Sócrates acreditava que o autoconhecimento era essencial para a busca do bem e para uma vida virtuosa. Logo, ela se torna uma necessidade prática interna em várias profissões. Na engenharia, ajuda a fornecer uma compreensão mais profunda dos fundamentos e princípios subjacentes aos processos e tecnologias químicas utilizados e como a aplicação da ciência pode afetar a sociedade como um todo.

Quanto à disciplina de Ciências Ambientais aprendemos a criar um verdadeiro amor pelo nosso planeta, e procurar as formas mais eficientes de continuar com o nosso estilo de vida sem prejudicá-lo. Os impactos ambientais decorrentes da ação humana têm se tornado cada vez mais evidentes e intensos, comprometendo o equilíbrio dos ecossistemas e a disponibilidade dos recursos naturais, e é no estudo dessa área onde entram em jogo as fontes de energia alternativas, as campanhas a favor da reciclagem, o uso racional da água, entre muitas outras medidas que poderão ser utilizadas em nossa profissão.

Deste modo, a Filosofia e o estudo das Ciências Ambientais enquanto reflexão crítica, andam sempre juntas, trazendo percepções diferentes, e o ato de educar, raciocinar e refletir a sua relação com o meio ambiente. Por isso, se torna a primeira condição para o desenvolvimento de uma consciência sustentável, onde busca tornar cidadãos com capacidade de pensar, questionar e fundamentar reflexões críticas, além de ser uma ferramenta essencial para contribuirmos para o meio sustentável para as presentes e futuras gerações.

Portanto, agrupando esses dois campos de conhecimento, podemos desenvolver uma abordagem mais integrada e holística para lidar com os desafios ambientais que enfrentamos. Podemos entender a importância da biodiversidade, da preservação dos ecossistemas e dos recursos naturais, e a necessidade de mudanças em nossas práticas para garantir um futuro sustentável.

3 IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade é de extrema importância na formação de engenheiros químicos, pois a Engenharia Química não é uma área do conhecimento isolada, mas um campo do conhecimento que se relaciona com muitos outros. Uma abordagem interdisciplinar pode contribuir para uma visão mais ampla e crítica do seu papel na sociedade, ajudando a entender os impactos no meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas.

A inclusão da disciplina de Filosofia pode ajudar os estudantes a refletirem sobre as implicações éticas e sociais na Engenharia Química e a considerar questões como a sustentabilidade e a responsabilidade social. Além disso, a inclusão de matérias de Ciências Ambientais permite entender como podem afetar o meio ambiente e a saúde pública. Isso inclui o estudo de problemas ambientais, como a poluição do ar e da água e a compreensão de como as substâncias químicas podem afetar os seres vivos.

A interdisciplinaridade potencializa a mudança de percepção do ser humano referente ao mundo no qual está inserido. Em uma realidade de constantes transformações é cada vez mais necessário pensar a realidade sob uma ótica sustentável. A Filosofia, por exemplo, auxilia no processo de reflexão e valorização de saberes outros que antes eram desconsiderados, como é o caso da sabedoria ancestral dos povos originários. Através da literatura indígena brasileira contemporânea é possível pensar filosoficamente a realidade na perspectiva de seus autores e de suas respectivas culturas. Este processo é importante até mesmo para a consolidação da democracia em nosso Estado brasileiro.

Uma democracia não pode sobreviver silenciando, negando ou deslegitimando suas fraturas, suas contradições, suas irracionalidades, como se elas não existissem, como se fossem um produto do passado sem qualquer resquício ou respingo no presente. É preciso reinterpretar criticamente o passado e pluralizar os sujeitos e as histórias sobre o presente. No mesmo diapasão, a crítica da modernidade, muito em voga hoje, não pode centrar-se apenas no discurso teórico-político euronocêntrico (*sic*) sobre a própria capacidade de a modernidade corrigir-se internamente por si mesma e desde si mesma. É preciso que as vítimas da colonização falem. Suas histórias, suas experiências, suas práticas e seus valores são fundamentais na democracia. Sua voz-práxis é insubstituível no processo de maturação de nossa história nacional, inclusive para a correção da modernidade de um modo mais geral. Sem o lugar de fala das minorias aproximamo-nos perigosamente do fascismo. (DANNER, L.; DORRICO, J.; DANNER, F. 2020, p. 72).

Essa voz-práxis é importante na medida que existindo permite o aparecimento de novas conceituações que tem seus fundamentos nas experiências dos povos originários. O perfil do novo

profissional da Engenharia Química deve em sua constituição estar permeado de uma visão de mundo que considera estes outros saberes. Deste modo, por meio de uma compreensão interdisciplinar é possível chegar a novas respostas para questões que até então tinham como possibilidade de resolução conceituações ocidentais. Mas quando se dá a devida atenção para as vozes que brotam do lugar de fala, surgem então outras perspectivas epistêmicas, ontológicas e éticas.

A voz-práxis literária indígena reconhece-se e afirma-se como diferente, como singular, tanto no sentido de sua especificidade antropológico-ontológica, sociocultural e epistemológico-política quanto no que diz respeito à própria situação de marginalização, de exclusão, de negação e de violência material a que foi submetida ao longo da colonização – um processo de periferização, de assimilação forçada e de destruição dinamizado exatamente pelo fato de sua diferença, de sua alteridade em relação a uma forma de vida universalista, unidimensional e totalizante, como é o caso da modernidade-modernização. (DANNER, L.; DANNER, F.; DORRICO, J. 2020, p. 375).

Esse tipo de abordagem interdisciplinar também pode ajudar a colaborar com profissionais de outras áreas, como biólogos, químicos, físicos, médicos e psicólogos, para resolver problemas complexos que requerem uma visão mais ampla e integrada.

4 SER HUMANO E NATUREZA SOB A VISÃO DOS PENSADORES PRÉ-SOCRÁTICOS

Nesta busca por retratar a importância que ganha a interdisciplinaridade dentro do curso de Engenharia Química, podemos citar o exemplo clássico dos primeiros filósofos, os chamados pela tradição filosófica ocidental como pré-socráticos-socráticos. Para estes filósofos da primeira hora da filosofia era a própria realidade natural, na *physis* na qual se encontravam os elementos necessários para explicar a origem de todas as coisas, ou se preferir a *Arché* (REALE; ANTISERI, p. 17). Os pensadores pré-socráticos foram filósofos gregos que viveram entre os séculos VI e V a.C. e que se dedicaram a investigar a natureza e o cosmos, buscando compreender as origens e as causas do mundo que nos cerca. Para esses filósofos, o ser humano e a natureza eram entidades inseparáveis e interdependentes. Um dos principais pensadores pré-socráticos foi Tales de Mileto, que acreditava que a água era a substância primordial da qual todas as coisas surgiam. Para ele, a natureza era a fonte de todas as coisas e o ser humano fazia parte dela, não sendo algo separado ou superior a ela. Já Anaximandro, por sua vez, acreditava que o mundo era composto por uma substância infinita e indeterminada, que ele chamou de "apeíron". Para ele, o ser humano era apenas uma pequena parte desse universo infinito e que, por isso, não poderia conhecer completamente sua natureza. Empédocles acreditava que o mundo era composto por quatro elementos: terra, água, ar e fogo. Para

ele, o ser humano fazia parte desse mundo e era influenciado por esses elementos em seu corpo e em sua mente.

Com base nesses pensamentos, vemos que para os pensadores pré-socráticos o ser humano e a natureza eram interdependentes e inseparáveis. Esses filósofos compartilhavam a visão de que o todo integra a natureza, o ser humano, a sociedade e o mundo exterior. Em uma sociedade altamente capitalista parece que criou-se uma lacuna extremamente profunda entre ser humano e natureza. Nesta perspectiva, o meio ambiente se torna algo sem valor e perde-se o senso de cuidado.

Segundo o autor Roberto Mangabeira Unger (2006), tanto a natureza como os seres humanos foram reduzidos à condição de objetos, na qual os valores são baseados apenas no capital e no lucro. Nota-se que estes pensadores de uma outra época já possuíam uma reflexão por sobre a realidade que hoje precisa ser resgatada, uma vez que o ser humano e a natureza se distanciaram. Dessa visão, entende-se que a relação ser humano e natureza deve ser valorizada e principalmente respeitada, não pensada apenas como objetos de uso e apropriação.

"A natureza é uma arte divina que devemos aprender a contemplar, admirar e preservar." – Anônimo

5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Diante da crise civilizatória (LEFF, 2001) e da sociedade de risco (BECK, 1992), que são caracterizadas por desafios e ameaças à sustentabilidade global, é fundamental refletir sobre o papel da universidade como agente de mudança diante da hegemonia do modelo capitalista da sociedade de consumo. Essa reflexão é especialmente relevante considerando a complexidade e ambiguidade dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (FREITAS, 2007; RUSCHEINSKY, 2004; LIMA, 2003).

Somente a partir dos anos 90, a educação ambiental foi institucionalizada e, a partir da elaboração das políticas públicas relacionadas a ela, surgiu uma demanda maior pelas pesquisas. Desde então ela passou a ser discutida com mais ênfase no ambiente universitário e a produção científica intensificou-se com a criação de Programas de Pós-Graduação. Leite Lopes (2006) define ambientalização como um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo.

A educação ambiental desempenha um papel fundamental na formação acadêmica dos estudantes, pois permite o desenvolvimento de uma consciência crítica e responsável em relação aos problemas ambientais globais. Nos cursos de graduação, essa temática tem se mostrado cada vez mais

relevante, uma vez que a formação dos profissionais de diversas áreas pode contribuir de forma significativa para a busca de soluções sustentáveis e a preservação do meio ambiente.

A educação ambiental deve estar presente de forma transversal nos currículos dos cursos de formação, independentemente da área de conhecimento. Por exemplo, em cursos de Engenharia Ambiental, a educação ambiental é abordada de maneira mais aprofundada, com disciplinas específicas que exploram aspectos técnicos, legislativos e de gestão ambiental. No entanto, em áreas como a Engenharia Química, Administração e Ciências Sociais, a educação ambiental pode ser incorporada em disciplinas como ética, responsabilidade social e saúde pública, evidenciando a interdisciplinaridade e a importância do tema em diferentes campos de estudo.

A questão da ética ambiental, destacada por Ruscheinsky (2004), é considerada uma das premissas fundamentais para a sustentabilidade. O autor sugere que a integração das diversas abordagens é crucial para delinear as dimensões da sustentabilidade, levando em conta as propostas metodológicas na análise e nas ações relacionadas, bem como as diferentes dimensões e níveis embutidos nas questões ecológicas. De fato, é nessa integração que reside o ponto mais relevante da sustentabilidade (RUSCHEINSKY, 2004, p. 7).

A Agenda 21, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, conhecida como Rio 92, enfatizou a importância da sustentabilidade como um processo contínuo que deve ser construído em todo o mundo. A fim de alcançar esse objetivo, a sustentabilidade deve abranger diversas dimensões: ecológica, ambiental, social, política, demográfica, cultural, institucional e espacial. Durante o Fórum Global das ONGs, realizado em paralelo à Conferência, educadores e movimentos sociais reforçaram a necessidade de construir sociedades sustentáveis.

A inserção deste tipo de educação contribui para a formação de profissionais conscientes de seu papel na sociedade e capazes de aplicar conhecimentos e técnicas que promovam a sustentabilidade. Por exemplo, futuros engenheiros podem aprender sobre práticas de construção sustentável, gestão de resíduos e conservação de recursos naturais. Já estudantes de Direito podem compreender a legislação ambiental e como aplicá-la em casos concretos. A educação ambiental pode ser fortalecida por meio de práticas de campo e atividades de extensão. Essas experiências proporcionam aos estudantes a oportunidade de vivenciar de forma prática os conceitos aprendidos em sala de aula, estabelecendo uma conexão direta com o meio ambiente e com a comunidade.

Existem várias maneiras de incorporar a educação ambiental no curso de graduação em Engenharia Química. Como por exemplo:

• **Currículo integrado:** integração de conceitos e princípios de sustentabilidade e educação ambiental em disciplinas existentes do curso, como química ambiental, engenharia de processos sustentáveis e gerenciamento de resíduos. Isso ajudará os alunos a entender como suas habilidades e conhecimentos podem ser aplicados para minimizar o impacto ambiental das atividades químicas.

• **Projetos práticos:** Desenvolvimento de projetos que abordam desafios ambientais reais enfrentados pela indústria química. Por exemplo, os graduandos podem ser designados para projetar processos químicos mais eficientes em termos de energia, propor soluções de tratamento de resíduos ou desenvolver métodos de produção mais limpos. Esses projetos permitem que os futuros engenheiros apliquem seus conhecimentos em um contexto real e compreendam os aspectos ambientais associados à engenharia química.

• **Visitas técnicas:** Organização de visitas a empresas ou instalações industriais que implementam práticas ambientalmente sustentáveis. Assim podendo aprender com exemplos concretos de como a indústria química está lidando com desafios ambientais e implementando soluções sustentáveis. Isso também pode fornecer uma perspectiva prática sobre as oportunidades e os desafios enfrentados pelos engenheiros químicos no campo ambiental.

• **Palestras e seminários:** apresentações de profissionais da indústria, especialistas em sustentabilidade e educação ambiental para ministrar palestras e seminários. Isso ajudará a expandir o conhecimento dos alunos sobre as questões ambientais atuais e a compreender a importância da sustentabilidade no ramo que decidirem seguir. Essas palestras também podem abordar tópicos como regulamentações ambientais, avaliação de impacto ambiental e tecnologias emergentes no campo ambiental.

• **Projetos de pesquisa:** Incentivo aos alunos para realização de projetos de pesquisa relacionados à engenharia sustentável e à mitigação de impactos ambientais. Isso pode envolver colaboração com professores ou instituições de pesquisa para investigar e desenvolver novas tecnologias ou processos que reduzam o impacto ambiental da indústria química.

• **Programas de estágio:** parcerias com empresas e organizações que sejam líderes em práticas ambientalmente sustentáveis e ofereçam oportunidades de estágio para os graduandos. Isso permitirá que eles ganhem experiência prática no campo da engenharia química ambiental e

entendam as abordagens e tecnologias utilizadas na indústria para minimizar o impacto dos processos de produção.

● **Engajamento comunitário:** Promoção da participação dos alunos em atividades de educação ambiental na comunidade. Isso pode incluir programas de conscientização, participação em projetos de reciclagem, atividades de reflorestamento ou campanhas de conservação da água. Essas experiências práticas ajudarão os alunos a compreender os desafios e as necessidades atuais e futuras.

Há uma forte tendência para o crescimento de trabalhos científicos, grupos de pesquisa e projetos de extensão voltados para a análise dos aspectos políticos da educação ambiental, direcionados para as políticas públicas e a construção da cidadania. Faz-se necessário saber como as várias áreas de conhecimento podem se conectar com a educação ambiental, identificar como essa conexão se dá nas práticas pedagógicas do dia a dia, nas universidades, nas escolas, em espaços informais de aprendizagem, já que conforme Morin (2014), os conhecimentos estão cada vez mais fragmentados, faz-se necessário encontrar as verdades implícitas nas diversas áreas de conhecimento, trabalhando-as como uma linguagem comum.

“Quando a última árvore tiver caído, quando o último rio tiver secado, quando o último peixe for pescado, vocês vão entender que dinheiro não se come.”
(Provérbio Indígena).

6 GESTÃO AMBIENTAL

Das formas de promover o interesse de um graduando relacionado ao conhecimento e prática da Educação Ambiental é levá-lo a reflexão e percepção dos conhecimentos já adquiridos, das necessidades de sua profissão e da importância de um aprendizado contínuo para assim tornar-se, não apenas um cidadão, mas também um profissional mais consciente de seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável (ROMAO et al.,2020)

Uma das abordagens fundamentais na gestão ambiental é a adoção de sistemas de gestão ambiental (SGA), como o ISO 14001. Esses sistemas estabelecem diretrizes e procedimentos para identificar e controlar os aspectos ambientais de uma organização, incluindo aquelas relacionadas às atividades da Engenharia Química. A implementação do SGA ajuda a minimizar riscos ambientais, controlar emissões poluentes, reduzir o consumo de recursos naturais e garantir o cumprimento das regulamentações ambientais.

Outra ferramenta amplamente utilizada é a Avaliação de Ciclo de Vida (ACV), que permite avaliar o impacto ambiental de um produto ou processo em todas as etapas do seu ciclo de vida, desde a extração de matérias-primas até o descarte final. A ACV auxilia os engenheiros químicos na identificação de áreas críticas em termos de impacto ambiental e orienta a busca por alternativas mais sustentáveis e eficientes. Além disso, a Engenharia Química pode se beneficiar do emprego de técnicas de minimização de resíduos e poluentes, como a prevenção da poluição e a aplicação de tecnologias limpas. A prevenção da poluição envolve a adoção de medidas que evitam a geração de resíduos e poluentes, por meio da otimização de processos, controle de emissões, reciclagem e reutilização de recursos. Já as tecnologias limpas consistem na utilização de métodos e equipamentos que reduzem a geração de resíduos e promovem a eficiência energética.

Para embasar essas abordagens, diversos artigos e pesquisas têm sido realizados na área da gestão ambiental na Engenharia Química. Um exemplo relevante é o estudo de Lee et al. (2019), intitulado "Environmental Management Practices and Performance: A Study of Chemical Manufacturing Firms", que analisa a relação entre as práticas de gestão ambiental adotadas pelas empresas químicas e seu desempenho ambiental. Essa referência e muitas outras pesquisas disponíveis fornecem embasamento científico para a implementação de práticas de gestão ambiental na Engenharia Química. Os engenheiros químicos têm o papel crucial de utilizar essas ferramentas e técnicas para minimizar os impactos negativos de suas atividades e promover a sustentabilidade, contribuindo para um futuro mais limpo.

7 PENSAR PARA EVITAR TRAGÉDIAS

O ser humano e o meio ambiente estão profundamente ligados, formando uma relação complexa e interdependente. Como seres racionais, temos a capacidade única de refletir, planejar e tomar decisões conscientes que afetam o ambiente em que vivemos, no entanto, nem sempre utilizamos essa habilidade de forma responsável. Essas ações muitas vezes são motivadas por uma visão antropocêntrica, que coloca o ser humano como superior e separado da natureza, negligenciando a interdependência entre todos os elementos do meio.

Nossas ações têm um impacto direto sobre a biodiversidade que sustentam a vida. Com isso, é fundamental compreendermos que o planeta Terra é um sistema vivo e frágil, no qual todas as formas de vida estão conectadas. Mas Infelizmente, ao longo da história, o homem muitas vezes adotou uma postura de exploração e degradação em relação ao meio ambiente. Como foi possível ser observado em uma das tragédias ambientais mais conhecidas no mundo, o desastre ocorrido na cidade de Bhopal, na Índia, em 1984. Nesse evento, vazaram toneladas de gases tóxicos de uma fábrica de

pesticidas, causando a morte imediata de milhares de pessoas e deixando um legado de danos à saúde e ao meio ambiente por muitos anos. Essa tragédia mostrou a importância de uma gestão rigorosa dos produtos químicos e a necessidade de normas de segurança adequadas para evitar acidentes desse tipo. Outra tragédia ambiental que chocou o mundo foi o vazamento de petróleo da plataforma Deepwater Horizon no Golfo do México, em 2010. Milhões de barris de petróleo foram derramados no oceano, causando danos devastadores à vida marinha e aos ecossistemas costeiros.

Essas tragédias ambientais, muitas vezes, são resultado da falta de planejamento adequado, negligência na aplicação de normas de segurança e uma compreensão insuficiente das consequências de nossas ações no meio ambiente. É aqui que entra a atuação do Engenheiro Químico, com uma formação ética e ambientalista, um profissional capacitado para lidar com os desafios relacionados à interação entre o ser humano e o meio ambiente, Isso significa repensar os modelos de produção e consumo, priorizando a conservação e a preservação dos recursos naturais. Onde vai analisar os processos industriais e as atividades humanas, identificar os riscos potenciais e propor soluções para minimizá-los. Isso inclui o desenvolvimento e a implementação de tecnologias mais limpas e sustentáveis, a criação de medidas de segurança eficientes e o acompanhamento constante das operações para garantir o cumprimento das normas ambientais. A educação ambiental desempenha um papel fundamental nesse processo de mudança de mentalidade, pois promove o conhecimento e a conscientização sobre a importância do meio ambiente, podendo capacitar os graduandos a tomar decisões informadas e responsáveis em relação ao uso dos recursos naturais disponibilizados.

Diversos estudiosos têm se dedicado a discutir a relação entre o ser humano e o meio ambiente, bem como as consequências de nossas ações. Aldo Leopold, em seu livro "A Sand County Almanac" defende a ética da terra, ressaltando a importância de considerarmos o valor intrínseco de todas as formas de vida e de tratarmos o ambiente com respeito e reverência. O filósofo ambientalista afirmou: "Um desafio fundamental é compreender que a ética é um processo que abrange toda a comunidade biótica, e não apenas os seres humanos". Essa perspectiva holística nos leva a considerar não apenas as necessidades presentes, mas também as necessidades futuras das gerações que virão. Nesse contexto, os engenheiros têm um papel fundamental na busca por soluções sustentáveis que equilibrem as necessidades humanas com a preservação do meio ambiente. É fundamental que os profissionais da engenharia também adotem uma abordagem humanizada em relação ao meio ambiente, isso implica considerar os impactos sociais e culturais de seus projetos, ouvir as comunidades afetadas e buscar soluções que levem em conta as necessidades e valores locais. O engenheiro humanizado, com conhecimentos filosóficos e ambientais, reconhecem a importância da participação cidadã e da justiça ambiental, buscando equilibrar os interesses das partes envolvidas e promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Na atualidade, a emergência climática tem ganhado destaque como um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) tem produzido relatórios alarmantes, alertando sobre os impactos das atividades humanas no clima global e nas condições de vida no planeta.

Diante desses desafios, é necessário repensarmos nossos estilos de vida e adotarmos práticas mais sustentáveis. Isso inclui o uso consciente da água, a redução do consumo de energia, a promoção da mobilidade sustentável, o combate ao desperdício de alimentos e a preservação dos ecossistemas. Pensar para evitar tragédias ambientais é um imperativo ético e moral. Devemos reconhecer que somos parte integrante do meio ambiente e que dependemos dele para nossa própria sobrevivência.

“o que faz mal para o meio ambiente faz mal para o homem”
César Zucco, presidente da SBQ.

8 A NECESSIDADE DE UM FUTURO SUSTENTÁVEL

A literatura científica demonstra que a humanidade enfrenta desafios ambientais complexos e interconectados. O aumento das emissões de gases de efeito estufa, a poluição do ar e da água, a destruição de ecossistemas e a geração de resíduos são apenas alguns exemplos desses problemas urgentes (IPCC, 2021; UNEP, 2021). Esses desafios demandam abordagens multidisciplinares e inovadoras para mitigar os impactos negativos e promover a sustentabilidade.

Diante disso, a transição para um futuro sustentável torna-se imperativa. A sustentabilidade implica em buscar soluções que atendam às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Isso requer uma abordagem holística que considere não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais e ambientais. Além disso, também requer uma mudança de mentalidade e de valores, como mudanças significativas no cenário dos povos indígenas. Isso se deve ao fato de que essas comunidades têm uma relação intrínseca com a natureza e possuem conhecimentos ancestrais sobre a conservação dos ecossistemas.

Os povos indígenas, ao longo da história, têm sido guardiões dos recursos naturais, utilizando práticas de manejo sustentável e preservação. No entanto, suas terras têm sido constantemente ameaçadas pela exploração predatória de recursos naturais, como desmatamento, mineração ilegal e agropecuária intensiva. Para garantir um futuro sustentável, é necessário que seja reconhecido e respeitado o direito dos povos originários sobre suas terras, como previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Isso significa garantir a demarcação e regularização de terras indígenas, além

de promover a consulta e o consentimento livre, prévio e informado dessas comunidades em relação a projetos que possam afetar seus territórios.

Além disso, é fundamental fortalecer a participação destas comunidades na tomada de decisões que envolvem políticas ambientais, garantindo a inclusão de suas perspectivas e conhecimentos tradicionais. Isso implica em criar espaços de diálogo e colaboração entre os povos e os governos, visando a criação de mecanismos de gestão compartilhada dos recursos naturais. É importante investir na valorização e no fortalecimento das culturas indígenas, reconhecendo seus saberes e práticas tradicionais como fundamentais para a construção de sociedades mais sustentáveis. Isso envolve o apoio à educação intercultural e bilíngue, o fortalecimento das atividades econômicas indígenas sustentáveis e o combate à discriminação e violência contra essas comunidades.

A necessidade de um futuro sustentável exige a adoção de uma abordagem integrada que envolva conhecimentos científicos, tecnológicos, éticos, culturais e filosóficos. Em suma, para alcançar este futuro, é imprescindível respeitar e valorizar os povos indígenas, reconhecendo e promovendo seus direitos e saberes. Somente através da proteção e promoção da cultura indígena e de suas terras é que poderemos garantir a preservação dos ecossistemas e a sustentabilidade do planeta. Além disso, sua abordagem é relevante na formação de futuros profissionais, cuja atuação profissional terá efeito direto ou indireto sobre a qualidade de vida de todas as comunidades e do ambiente natural em que estão inseridos, seja em âmbito local, regional ou global. Nesse sentido, educar sobre a sustentabilidade implica um esforço com foco no discernimento de modelos interpretativos em relação às questões políticas, econômicas, sociais e ambientais e incentivar na formação profissional na Educação Superior, experiências inovadoras e práticas em sustentabilidade como possibilidades e alternativas para o enfrentamento daquilo que conhecemos como os discursos da crise ambiental. Nesse sentido, é responsabilidade de todos, agir de forma proativa na busca por soluções sustentáveis. Através da integração da filosofia e das ciências ambientais no currículo do curso de Engenharia Química, os futuros profissionais serão capacitados a adotar uma abordagem mais consciente e responsável em relação a suas ações, contribuindo para um futuro promissor.

9 ENGENHARIA QUÍMICA E O MEIO AMBIENTE

As grandes revoluções na engenharia e na indústria foram acompanhadas de grandes efeitos, tanto positivos quanto negativos, como aquecimento global, mudança climática, desastres ambientais, doenças respiratórias, poluição do ar e da água etc. Desta forma, o papel de um engenheiro químico neste cenário é tentar mitigar esses efeitos torna-se extremamente importante, pois a engenharia química tem um amplo espaço para aplicar conceitos sustentáveis em processos industriais. Um bom

exemplo pode ser a transformação de um processo antigo levando em conta os princípios da química e da tecnologia sustentável, por ex. substituição de rotas com compostos poluentes por rotas inovadoras e tecnológicas (GAGNON, 2008).

O modelo de desenvolvimento adotado pela maioria dos países ainda é caracterizado por tecnologias e processos poluentes. Esse modelo não leva em consideração o conceito de capacidade de carga ambiental e depende cada vez mais de quantidades crescentes de energia e matérias-primas, resultando na extração massiva de recursos naturais e pensando apenas no lucro adivinho do mesmo. Com o passar do tempo, as prioridades da sociedade vão mudando, nesse contexto, os aspectos sociais e econômicos amplificam a complexidade da tomada de decisões rumo ao desenvolvimento sustentável.

Nesse cenário desafiador, é fundamental produzir conhecimento e tecnologias capazes de conciliar a proteção ambiental com o bem-estar social e o desenvolvimento econômico. Ao falar de meio ambiente não significa necessariamente deixar passar as oportunidades de realizar bons negócios e de reduzir custos de produção. É, pois, justamente fazendo estas observações que podemos identificar e sanar a má utilização de recursos. A reciclagem é um ótimo exemplo da utilização de resíduos que seriam descartados, em novos materiais, gerando a economia de recursos.

A relação entre a engenharia química e o meio ambiente é complexa, abrangendo várias áreas, desde a minimização de resíduos e poluição até a utilização de recursos renováveis e a criação de processos mais limpos. Os engenheiros químicos estão envolvidos no desenvolvimento de materiais e produtos, então tendem a buscar formas de minimizar a degradação do meio, produzindo desde embalagens biodegradáveis até produtos químicos menos tóxicos. Eles buscam alternativas mais seguras e menos prejudiciais para o meio ambiente, considerando toda a cadeia de produção e o ciclo de vida dos produtos.

Este tema é de extrema relevância ao precisar exercer a capacidade do ser humano de interagir com o meio ambiente para que não haja, ainda mais, o comprometimento dos recursos naturais para as futuras gerações.

Para que aconteça a mudança nas indústrias e nos projetos desenvolvidos por engenheiros químicos, faz-se necessário que seja incluído ideias mais amplas e profundas sobre a Filosofia e ciências ambientais, juntamente com a importância da sustentabilidade e as suas implicações no domínio da química, visando que o modo de pensar e agir dos estudantes sejam compatíveis com processos sustentáveis.

Assim, também é importante a inclusão de matérias vulgarmente não ensinadas nos cursos tradicionais, que aumentem a compreensão das realidades ambientais, por exemplo: monitorização e detecção ambiental, transporte e destino ambiental dos compostos químicos, toxicologia, política e

legislação ambiental. O ensino de engenharia química deve, sobretudo, inibir os alunos a buscarem novas maneiras de pensar e executar, e sobretudo deixar bem interiorizada a ideia de que se tem de atender a objetivos múltiplos. Também se tem de atender à importância econômica e à regulamentação ambiental.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão das matérias citadas na formação de engenheiros químicos é fundamental para uma abordagem mais ética, sustentável e interdisciplinar da profissão. Isso ajuda a garantir que os projetos de engenharia química sejam responsáveis e éticos, com consideração para o bem-estar social, ambiental e econômico. A interdisciplinaridade também é importante para resolver problemas complexos, já que os engenheiros químicos precisam trabalhar com outras áreas, como a biologia, a física e as ciências sociais.

Após este percurso que visa a valorização de saberes outros para além dos métodos científicos, como é o caso da filosofia, percebe-se que cada vez mais se faz jus a uma formação integral do ser humano. Se faz necessária essa formação para que o ser humano possa resgatar a sua consciência ética de respeito e integralidade com a natureza. Sem essa percepção corre-se o risco de uma perpetuação da degradação da fauna e da flora mundo afora pela força da ação intransigente do ser humano. Mas para que haja uma mudança afetiva e efetiva de corações e mentes existe a carência de uma base formativa que leve a comunidade discente a refletir sobre outra perspectiva. Essa reflexão deve partir da imanência, é verdade, mas deve rumar para uma transcendência epistêmica dotada de uma sensibilidade para com o cosmos circundante.

Disciplinas como Filosofia e Ciências Ambientais estimulam a capacidade da comunidade discente de pensar novas soluções para velhos problemas que ainda não conseguiram soluções eficazes. Neste sentido pode se pensar no aquecimento global, poluição dos mares e rios por microplásticos e coisas do gênero. Nesta perspectiva é importante pensar em uma educação que conduza nossos futuros profissionais da engenharia química para um comprometimento ético com o desenvolvimento sustentável. E o mais importante, que levem sempre em consideração a sabedoria e as vivências dos povos originários brasileiros contemporâneos. Suas cosmovisões são indispensáveis para o amadurecimento dos profissionais da Engenharia Química.

Conclui-se, com esta pesquisa bibliográfica que de fato, disciplinas como as já citadas, são indispensáveis para a formação de futuros profissionais na área de engenharia. O motivo é que tais profissionais munidos de conteúdos éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável,

podem ser fonte para uma mudança produtiva em nosso país, garantindo assim um futuro promissor para a atual e futura geração.

REFERÊNCIAS

ADÊLIO A. S. Machado. Química e desenvolvimento sustentável. Atualidades científicas. 2004 , QUÍMICA – bol.SPQ (56-59). Disponível em: <https://www.academia.edu/resource/work/7423606>. Acesso em : 27. mai. 2023.

BECK, U. Risk society. Beverly Hills: Sage, 1992.

CARVALHO, I. C. M. (2004). Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. Cortez Editora.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie, & DANNER, Fernando. Decolonialidade, Lugar de Fala e Voz-Práxis Estético-Literária: Reflexões desde a literatura indígena brasileira. Alea, vol. 22, nº 1, pg. 59 a 74, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/alea/article/view/33525>. Acesso em: 13 set 2022.

FREITAS, D.; OLIVEIRA, H. T.; COSTA, G. G.; KLEIM, P. Diagnóstico do grau de ambientalização curricular no ensino, pesquisa, extensão e gestão na Universidade Federal de São Carlos (Brasil). In: GELI, A. M.; JUNYENT, M.; SÁNCHEZ, S. (Eds.). Diagnóstico de la Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores. Ambientalización curricular de los estudios superiores 3 Girona: Universitat de Girona - Red ACES, 2003. p. 177-190.

GUIMARÃES, M. (2012). Educação ambiental crítica. Cortez Editora.

KOHAN, Walter Omar. Infância. Entre Educação e Filosofia. Belo Horizonte: Autêntica: 2003. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/download/3891/3561/&ved=2ahUKEwiWwMjn8oL_AhUDqpUCHek7DCwQFnoECBQQAQ&usq=AOvVaw37gObMZB87ayUBaKlqEbvF.

LEOPOLD, Aldo. A sand county almanac and sketches here and there. New York: Oxford University Press, 1949.

LAYRARGUES, P. P. (org.). (2004). Identidades da educação ambiental brasileira. Ministério do Meio Ambiente.

MELO, Cláudia Maria L. da Silva. A educação ambiental no nível superior : um estudo sobre sua abordagem nos cursos de graduação da faculdade de ciências aplicadas e sociais de Petrolina , 2018. – FACAPE . Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/182617>. Acesso em : 08.06.2023.

OLIVEIRA, P. F. de, & TAVARES JÚNIOR, M. J. (2020). Educação Ambiental nos cursos de graduação em Engenharia Ambiental: ocorrência e formas de abordagem. Revista Monografias Ambientais, 1, e18. <https://doi.org/10.5902/2236130843077>

PPC - ENGENHARIA QUÍMICA - Instituto Federal de ciências e tecnologia de Rondônia - Campus Porto Velho Calama 2023.

PAIXÃO, Fátima; CAETANO, Carina & QUINA, Joana. Investigar e inovar na educação em ciências para um futuro sustentável. Rev. Eureka Enseño. Divul. Cien., 2010, 7, Nº Extraordinario, pp. 230-246. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/13>.

SEGVIDA - Química e meio ambiente. Disponível em:

<https://www.segvidamg.com.br/quimica-e-meio-ambiente-reponsabilidades-integradas/> Acesso em 06.mar.2023

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. História da Filosofia. Vol.1. São Paulo: Paulus, 2003.



RODRIGUES, Marcos Vinicius. Pensar A Relação Ser Humano e Meio Ambiente Para Evitar Tragédias - ecos. Disponível em: <https://ecossocioambiental.org.br/2019/06/13/pensar-a-relacao-ser-humano-e-meio-ambiente-para-evitar-tragedias/>Acesso em: 10.Mar .2023.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Sustentabilidade: uma paixão em movimento. 1º. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SPINELLI, Miguel. Filósofos Pré-Socráticos: Primeiros Mestres Da Filosofia E Da Ciência Grega. Vol 2º . Edipucrs 2003 . Disponível em : <https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=MCT-PrO5KYoC&oi=fnd&pg=PA9&dq=info:AHXdu9nZ8QQJ:scholar.google.com/&ots=Mvn2rc8ork&sig=PXTlqSrndeunQOzPYLkqmU3bvAU#v=onepage&q&f=false>. Acesso em : mai 2023.

STENGERS, Isabella . A Invenção Das Ciências Modernas. São Paulo: Ed. 34, 2002. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://monoskop.org/images/0/05/Stengers_Isabelle_A_invencao_das_ciencias_modernas.pdf&ved=2ahUKEwi36Knntrn_AhWBp5UCHeIDUoQFnoECBEQAQ&usg=AOvVaw0LxzF3tq5AEUfqaP69o51a . Acesso em : maio 2023.

A FILOSOFIA POR TRÁS DA ENGENHARIA QUÍMICA: REFLEXÕES SOBRE DECOLONIALIDADE, TECNOLOGIA E ÉTICA

  10.56238/costurandosaberes-002

Sophia Schmitt Moraes

Lattes: 1293785651467574

Discente do Bacharelado em Engenharia Química, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Cleyton Pereira dos Santos

Mestrando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação Tecnológica
Membro do GET- Grupo de Estudos em Educação, Filosofia Tecnologias do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO

Ricardo Valim

Lattes: 3074004049762932

ORCID: 0000-0002-7790-6148

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Professor de filosofia Tecnologias do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia

RESUMO

O artigo reflete a relação entre a Filosofia e a Engenharia Química, com foco na importância da reflexão filosófica para a compreensão da tecnologia e da ética na engenharia química. Através da análise de conceitos filosóficos como responsabilidade social, justiça distributiva, impacto ambiental e risco, o artigo busca contribuir para uma maior conscientização e comprometimento dos engenheiros químicos com o desenvolvimento sustentável e responsável da sociedade. Além disso, o texto discute a relação entre as ações da engenharia química, destacando a importância da consciência ambiental para com os resultados e como impactam na vida de quem depende desses recursos, os povos originários são citados como exemplos de impactados. O artigo conclui que a reflexão filosófica é essencial para uma prática mais consciente e responsável da engenharia química. A metodologia utilizada foi de investigação bibliográfica por meio do levantamento de artigos científicos disponibilizados na rede.

Palavras-chave: Engenharia química, Tecnologia, Ética, Responsabilidade, Consciência.

1 INTRODUÇÃO

A engenharia química é uma área que tem um papel fundamental na criação de produtos e processos químicos que são essenciais para a sociedade moderna. No entanto, a produção desses bens pode gerar impactos negativos e danosos ao meio ambiente e à saúde humana, além de, colocar em evidência questões éticas importantes sobre responsabilidade social e justiça distributiva.

Com as revoluções industriais, os saltos tecnológicos na engenharia em geral foram céleres demais para que se questionasse as implicações éticas, impactos ambientais e sociais, aumento ou supressão de postos de trabalho e acessibilidade da população às inovações tecnológicas. Com base

nisso, observou-se a necessidade de um debate mais intrínseco acerca da moralidade das engenharias e as pesquisas que estão sendo desenvolvidas.

Nesse contexto, a filosofia contribui para uma reflexão crítica sobre a contribuição para a formação da engenharia química e suas implicações sociais e éticas. A filosofia oferece ferramentas conceituais para analisar e avaliar questões relacionadas à tecnologia, responsabilidade e justiça social, que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Observou-se tais pontos para que a pesquisa fosse realizada, e questionou-se a carência de ideais éticos e a responsabilidade na engenharia química ao longo deste trabalho. A hipótese se fundamenta na filosofia que perpassa o caminho ético como pano de fundo para a engenharia química, refletindo, sobretudo, o papel da engenharia química frente à dinâmica da indústria, suas contribuições e limitações na promoção do bem estar social.

Uma perspectiva que foi utilizada ao longo deste trabalho foi apresentar um ponto de vista dos povos originários indígenas contemporâneos para com o impacto sofrido ao longo desses anos, acreditou-se que mostrar tal perspectiva materializaria para o leitor o quão negativo foram os impactos sofridos por todos em prol dos lucros e das ações impensadas na exploração nos últimos tempos.

Por isso, o objetivo geral deste artigo é fazer a comunidade acadêmica se refletir sobre as suas delimitações morais e éticas. Em específico: questionar se há observância sobre as questões éticas na produção de bens, produtos e serviços as populações; refletir sobre o real benefício que esta tem proporcionado; impactar positivamente a comunidade acadêmica sobre o debate filosófico; pontuar os resultados desta análise.

Elaborou-se esta pesquisa com base em publicações e documentos acadêmicos disponibilizados na rede, principalmente artigos científicos publicados em revistas conceituadas, obras de filósofos de renome na comunidade, monografias e dissertações de mestrado e doutorado da engenharia química, filosofia, moral e ética. Após esse levantamento de dados, filtrou-se as informações e aplicou-se ao longo das ideias apresentadas no artigo.

2 ÉTICA NA ATUALIDADE

No contexto atual, o conceito de ética continua sendo de extrema importância e relevância. A ética é um campo de estudo que lida com questões de moralidade, valores, deveres e comportamento humano. Ela busca estabelecer princípios e normas que orientam a conduta individual e coletiva em diferentes esferas da vida. Podemos compreender a ética como “conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade.” (OXFORD

LANGUAGES, 2023). Zygmunt Bauman também afirma que “ética é um código moral (...) o único conjunto de preceitos harmonicamente coerentes ao qual deve obediência toda pessoa moral” (1997, p. 29) isto é, para ser moral deve ser ético, e tal qual a moralidade

Segundo Hans Jonas (1974, p. 176), um dos mais profundos analistas de nosso presente predicamento moral, "nunca houve tanto poder ligado com tão pouca orientação para seu uso. Precisamos mais de sabedoria quando menos cremos nela". Essa crise tem suas raízes há muito tempo no passado, e para muitos pode ser justamente chamada de "a crise ética dos tempos modernos".

Na atualidade, a ética enfrenta desafios complexos, impulsionados pelo avanço tecnológico, pela globalização, pelas questões socioambientais e pelas mudanças culturais. A rápida disseminação da informação e o acesso às mídias sociais ampliaram as possibilidades de interação e exposição, exigindo uma reflexão ética sobre como lidar com a privacidade, a disseminação de notícias falsas e o cyberbullying, por exemplo.

A ética na atualidade também é influenciada pelo aumento da consciência socioambiental. A sustentabilidade se tornou um valor fundamental, e questões como mudanças climáticas, uso responsável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade exigem uma abordagem ética na tomada de decisões. Os consumidores estão cada vez mais preocupados com a origem dos produtos que consomem e com as práticas empresariais, o que impulsiona a adoção de políticas de responsabilidade social corporativa.

Outro ponto a ser discutido pela ética filosófica sobretudo em sintonia com a engenharia química são os impactos ambientais causados pelas transformações tecnológicas, sejam elas nas cidades ou em áreas de preservação, é nítido o impacto ambiental sofrido.

Podemos ainda citar com autoridade o impacto nas comunidades indígenas de nosso país. Aquele que se propõe a caminhar pela via da sabedoria tão almejada por filósofos ao longo dos tempos, não pode fechar os olhos perante as barbáries cometidas com relação às minorias originárias de nosso vasto território nacional.

Ouvir a sabedoria desses povos permitirá uma nova compreensão da realidade, com o objetivo de transformar o presente e futuro de forma positiva e participativa por todas as pessoas que compõem nosso país. Neste ponto é preciso desenvolver a sensibilidade para ouvir as vozes da floresta que clamam por melhorias e respeito a sua dignidade de seres humanos. Uma dessas vozes que fazendo uso da literatura expressado sua identidade e percepção de mundo é Davi Kopenawa (2015), dizendo:

Eu nasci na floresta, e por isso prefiro viver nela. Só posso ouvir os cantos dos xapiri e sonhar com eles, cercado de sua tranquilidade. Gosto do silêncio dela, apenas quebrado pelos chamados fortes dos pássaros hwāihwāiyama, os gritos roucos das araras, o choro dos tucanos, os berros dos bandos de macacos iro ou o trinado dos papagaios. Essas vozes agradam a meus ouvidos. Quando volto de minhas viagens entre os brancos, depois de algum

tempo a tontura deixa meus olhos e meu pensamento volta à claridade. Não ouço mais os carros, nem as máquinas, nem os aviões. Só escuto os sapos tooro e as rãs krouma chamando a chuva na floresta. Só escuto o sussurro das folhas no vento e o estrondo dos trovões no céu. As palavras sem sabedoria dos políticos da cidade vão aos poucos desaparecendo no sossego de meu sono. Fico calmo de novo, caçando e fazendo dançar meus espíritos. A floresta é muito bonita de ver. É fresca e cheirosa. Quando andamos por ela para caçar ou viajar, sentimo-nos alegres, com o espírito calmo. Escutamos ao longe o chiado das cigarras, as lamúrias dos mutuns e jacamins e os gritos dos macacos-aranha nas árvores. Nossa preocupação é aquietada. Então nossos pensamentos podem seguir um ao outro sem se atrapalhar. (KOPENAWA, 2015, p. 437).

Davi Kopenawa revela deste modo o aspecto mais profundo da existência Yanomami no sentido de encontro com o próprio sentido da vida em meio a floresta e sua simbologia de elementos materiais e espirituais. Ao passo que o leitor adentra as páginas de seus escritos pode perceber uma cosmovisão totalmente distinta dos aspectos epistêmicos, ontológicos, normativos ocidentais. A separação entre ser humano e natureza não existe aqui, mas sim uma harmonia plena entre a natureza humana e a natureza enquanto tal.

A espiritualidade do ser indígena é marcadamente ligada a sua realidade horizontal, mas que abarca uma verticalidade na medida em que se coloca em relação com ambas de forma integral e síncrona.

Ao escutar a voz dos espíritos, se assim a pessoa estiver aberta a acolher as palavras sobrenaturais, poderá ela entender que algo precisa ser feito para que a realidade seja transformada. Ou seja, o futuro numa perspectiva indígena só pode existir se estiver muito bem ancorado em uma realidade muito mais profunda que são as tradições das culturas originárias brasileiras.

É preciso que exista o reconhecimento da natureza e do ser humano como uma essência sagrada. Ao passo que este reconhecimento acontece, as transformações também ocorrem porque despertam em nós a necessidade de respeito e zelo pelo que é sagrado. Nossa sociedade atualmente se vangloria de pertencer a um estado laico, porém este distanciamento institui outras práticas e valores que não aqueles que dão sustento e respostas profundas para a existência humana como é o caso da espiritualidade indígena.

O mundo esqueceu-se de sua fala sagrada. Até mesmo meu povo, cujos anciãos velam o sagrado dizer, muitas vezes deixar sair pela boca flechas de curare. Por isso invocamos o Mborai, o grande amor, os cantos que brotam as verdades quem vem das vozes primeiras que os mbaracás entoam e que os taquapús ritmam. É assim que os guerreiros lembram de si, cantando a própria essência, desde antes de tornarem-se músicas na dança da vida. (JECUPÉ, 2002, p. 87).

É preciso voltar às origens primeiras, voltar a fonte da vida para o encontro com nossa própria essência, com nossas raízes. Aquele que não sabe de onde veio, como pode esperar chegar a algum lugar?

A partir do momento que os seres humanos se distanciam do sagrado seu senso de percepção de presença e pertencimento de algo muito maior que a si mesmo fica comprometido. Nestes casos até as nossas nomenclaturas se transformam, é quando o meio ambiente deixa de ser meio ambiente e se torna recursos naturais.

Perde-se a sensibilidade e a mercantilização sobressalta impedindo o ser humano de ver além de um breve instante da vida que oferece riqueza, mas que não oferece garantias de uma vida integral para o dia de amanhã. Imediatismos são riscos que tendem a minar e sabotar a existência de todos os seres humanos que se não estiverem conectados a sua realidade mais profunda simplesmente se aproximam de um colapso existencial de si mesmos.

É preciso um despertar de consciência para perceber que outras culturas, outras espiritualidades não estão desconexas da realidade a que fazemos parte. Mais que tudo está interligado e produz frutos de vida eterna na medida que o ser humano se permite a uma abertura que o leva para uma transcendência de si mesmo e de suas paixões cotidianas.

A base do sagrado indígena ao que tudo indica está ligada a ideia de conexão entre os seres vivos que em conjunto formam uma consciência que poderia ser entendida como uma espécie de consciência divina. Essa mesma consciência fornece sustento à existência de todos os seres porque fornece razão às suas existências e não existe maior sustento do que ter uma razão para existir, ter um propósito.

Nessa perspectiva percebe-se também uma dimensão escatológica em que as tradições anunciam suas profecias das coisas que ainda estão por vir com um fervor para a mudança que jaz necessária de imediato. Vemos isso nas palavras proféticas de Kaká Werá Jecupé quando diz

Gostaria de lembrar uma coisa a todos. Somos tecidos da terra, do fogo, da água, e do ar. E de nada serviria a mais avançada inteligência se a grande Mãe não ofertasse seu próprio corpo, suas próprias veias cristalinas, seu próprio ventre; para tornar possível existir desde o mais simples cocar à mais complexa arma atômica. Somos tecidos do tecido que tece a própria Mãe e tudo que criamos vem dessa mesma trama. Essa trama é uma lei ancestral, é uma lei imemorial. Os povos indígenas conhecem essa lei. A ciência civilizada parece que esqueceu. Gostaria de lembrar a todos que não são os povos indígenas que correm risco de extinção, e nem os animais, e nem as plantas. Pois estes vivem de acordo com a lei. Por conhecê-la, nos tornamos guardiães da Terra. Há que se ter coragem para silenciar diante de uma paisagem. Há que se ter coragem para conversar com um rio. Há que se ter ousadia de agradecer à Terra por tudo que ela dá. E, quem tiver coragem e ousar, verá o quanto nós fomos medíocres diante desta beleza ... (JECUPÉ, 2002, p. 94).

De fato, é necessária muita coragem para se colocar diante das maravilhas criadas nesse ambiente em que vivemos e reconhecer suas maravilhas. É necessário coragem porque é o momento em que o ser humano se coloca diante de suas origens e sentido último de sua existência.

Mesmo a espiritualidade indígena é algo engajado em uma práxis cotidiana de encontro com o sagrado, mas também de atitudes que primam pela transformação e proteção da realidade. Lembrando que esta realidade está ela mesma permeada por seres espirituais que se comunicam com os demais seres sensíveis o suficiente da criação para escutá-los. Sua ligação com os seres ancestrais da floresta, ou seja, "nunca [...] querer de deixar de imitar meus antepassados, pois este é nosso verdadeiro modo de ficar sábio" (KOPENAWA, 2015, p. 290), ou fora dela lhe permite sobretudo um encontro profundo consigo mesmo lhe revelando sua verdadeira identidade de ser humano e também o seu encontro com a tão aspirada sabedoria. Identidade que não tem nada haver com a que foi instituída por mentalidades colonizadoras.

O ser indígena embora carregue em sua existência uma série de variantes sejam elas linguísticas, físicas, biológicas, identitárias ainda assim é um ser dotado de características imutáveis que vão caracterizar a sua essência de pessoa humana como sua singularidade, e a sua capacidade relacional intersubjetiva por exemplo.

É necessário fazer um resgate da sacralidade da vida como num todo e da necessidade busca por um aprofundamento das raízes das tradições porque somente assim o futuro fará sentido e haverá sempre mais motivos para uma abertura sempre crescente em que se reconheça a grandiosidade e contributo das culturas originárias.

No campo da tecnologia, a ética desempenha um papel cada vez mais relevante. O desenvolvimento de inteligência artificial, a automação, a biotecnologia e a nanotecnologia levantam questões éticas complexas, como privacidade, segurança, responsabilidade e impactos sociais. É necessário considerar as possíveis consequências e garantir que essas tecnologias sejam utilizadas de forma ética, respeitando os valores e os direitos humanos.

Diante desses desafios, a ética na atualidade requer uma abordagem aberta, inclusiva e crítica. É fundamental refletir sobre os valores que queremos promover em nossa sociedade, considerar as múltiplas perspectivas e buscar soluções que sejam justas, equitativas e sustentáveis.

A educação ética desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos conscientes, capazes de tomar decisões éticas em suas vidas pessoais e profissionais. Neste sentido, pode-se tomar por exemplo, a luta da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) durante os eventos trágicos da pandemia do Covid-19, compreenderam que tais ferramentas tecnológicas podem ser muito úteis para os engajamentos de luta política. Nota-se que houve uma necessidade ética de preservação da vida e das tradições neste período pandêmico e pós pandêmico e que carecia de atitudes e respostas positivas.

3 ÉTICA NA ENGENHARIA QUÍMICA

A ética desempenha um papel fundamental na Engenharia Química, guiando a conduta dos profissionais e garantindo a responsabilidade e a integridade em suas atividades. A aplicação de princípios éticos na Engenharia Química é essencial para promover a segurança, a sustentabilidade e o bem-estar da sociedade como um todo.

Os engenheiros químicos, assim como os engenheiros de outras especialidades, devem aderir ao Código de Ética do Conselho Federal de Engenharia, Agronomia e Geociências - CONFEA, conforme estabelecido na Resolução nº 1002/2002 deste órgão profissional. Os Conselhos Regionais (CREAs) em cada Estado devem considerar esse código em suas análises e deliberações ao lidar com denúncias envolvendo profissionais do sistema, a fim de garantir que suas condutas no exercício diário de suas atividades de engenharia não ultrapassem os limites éticos estabelecidos.

Um dos princípios éticos mais importantes na Engenharia Química é a responsabilidade profissional. Os engenheiros químicos devem assumir a responsabilidade por suas ações, garantindo que seu trabalho seja realizado de maneira competente e de acordo com as normativas estabelecidas por órgãos competentes e pelas normas internas dos locais em que venha a efetuar o desempenho de suas atribuições. Eles devem considerar os impactos sociais, ambientais e de saúde de seus processos e produtos químicos, levando em conta a segurança e o bem-estar das pessoas e do meio ambiente.

Podemos corroborar esse pensamento ao trazer o Código de Ética do Conselho Regional de Química da IX Região derivado da Resolução Ordinária 927/70, do Conselho Federal de Química.

É fundamental que o serviço profissional seja prestado de modo fiel e honesto, tanto para os interessados como para a coletividade, e que venha contribuir, sempre que possível, para o desenvolvimento dos trabalhos da Química, nos seus aspectos de pesquisa, controle e engenharia. A Química é ciência que tende a favorecer o progresso da humanidade, desvendando as leis naturais que regem a transformação da matéria; a tecnologia química, que dela decorre, é a soma de conhecimentos que permite a promoção e o domínio dos fenômenos que obedecem a essas leis, para sistemático usufruto e benefício do Homem (CÓDIGO DE ÉTICA DO CONSELHO DE QUÍMICA – XI REGIÃO, 1970).

Garantir a segurança dos colaboradores em uma ambiência de trabalho é crucial e deve ser considerada como meta a ser atingida por todos os envolvidos no processo de produção. Os engenheiros químicos devem priorizar a segurança em todas as fases do processo, desde o projeto até a operação. Eles devem identificar e avaliar os riscos associados aos processos químicos e implementar medidas de prevenção e mitigação de acidentes. Além disso, devem garantir condições de trabalho seguras para todos os envolvidos, promovendo uma cultura de segurança.

A sustentabilidade também desempenha um papel fundamental na ética da Engenharia Química. Os engenheiros químicos devem buscar soluções e tecnologias que minimizem o impacto

ambiental de seus processos. Isso inclui a redução do consumo de recursos naturais, a minimização da geração de resíduos e a implementação de práticas de reciclagem e reutilização. Além disso, eles devem buscar o desenvolvimento de tecnologias limpas e processos mais eficientes em termos energéticos, contribuindo para um futuro sustentável.

A integridade é um princípio ético que requer que os engenheiros químicos ajam com honestidade, transparência e responsabilidade. Eles devem evitar conflitos de interesse e garantir a confidencialidade das informações confiadas a eles. Além disso, é fundamental que os engenheiros químicos relatem com precisão os resultados de suas pesquisas e experimentos, evitando a manipulação ou distorção dos dados.

A ética profissional na Engenharia Química também envolve o respeito aos direitos humanos, a promoção da diversidade e inclusão, e o compromisso em contribuir para o bem-estar da sociedade. Os engenheiros químicos devem aderir a um código de ética profissional, definido por órgãos profissionais ou associações, que estabelece os padrões de conduta esperados.

Domingues (2004) afirma que há uma necessidade de humanização das tecnologias e técnicas de pesquisa

Nossas considerações sobre a relação entre a ética, a ciência e a tecnologia têm por pano de fundo a preocupação de humanizar a técnica, depois que ela ganhou autonomia no curso da modernidade e em atenção ao fato de que nos dias de hoje, com a biotecnologia e as manipulações genéticas, ela aparece com o poder de transformar o homem, gerando o homem geneticamente modificado, não se sabe exatamente se para o bem ou se para o mal (DOMINGUES, 2004, p. 160).

Sabendo desses valores, é indispensável para a formação deste novo profissional a sensibilidade para perceber demandas outras de reconhecimento e cuidados essenciais como é o caso dos povos originários indígenas brasileiros contemporâneos. Porque quanto mais se está consciente da realidade na qual estará presente o profissional da engenharia melhor será sua atuação humana e profissional. Davi Kopenawa (2015), ao longo de sua trajetória encontrou o sentido de sua busca e de sua vida por meio da abertura para conhecer outros saberes que não faziam parte do seu cotidiano. O que aparentava no início uma grande dificuldade revelou-se uma oportunidade de conhecimento do outro para a partir deste ponto gerar mudança. Segundo o autor supracitado

Todas essas viagens por nossa floresta e pelas cidades acabaram fazendo com que eu entendesse melhor o que estava ocorrendo com a nossa terra. Graças a essa experiência, pouco a pouco, fui me tornando adulto e ganhando sabedoria. Foi por causa dessas viagens que comecei a pensar: “Você deve proteger sua gente! Precisa defender a floresta!”. Antes disso, eu não passava de uma criança e estava muito longe de pensar direito! (KOPENAWA, 2015, p. 319-320).

Em resumo, a ética na Engenharia Química é fundamental para garantir a responsabilidade, a segurança, a sustentabilidade e a integridade em todas as atividades profissionais. Os engenheiros químicos têm a responsabilidade de conduzir os seus trabalhos a partir de princípios éticos, contribuindo para o avanço da ciência e tecnologia de forma responsável, em benefício da sociedade e do meio ambiente.

Han Jonas (2006) afirma em sua obra diversas ações que são as tendências do meio produtivo científico, isto é, quais as intenções que virão à tona nos próximos capítulos da humanidade e também quais os passos devemos implementar para que esse cenário antiético na engenharia e tecnologias mude. Podemos destacar alguns trechos da sua obra e contextualizar para o cenário atual da engenharia química como um contraponto.

Esse é o caso da “ética do futuro” que estamos buscando: o que deve ser temido ainda não foi experimentado e talvez não possua analogias na experiência do passado e do presente. Portanto, o *malum* imaginado deve aqui assumir o papel do *malum* experimentado. Como essa representação não acontece automaticamente, ela deve ser produzida intencionalmente: portanto, obter uma projeção desse futuro torna-se um primeiro dever, por assim dizer introdutório daquela ética que buscamos (JONAS, 2006, p. 72).

O autor mostra que a curiosidade humana não tem fim e, por não ter fim, ela deve ser limitada. Se o discurso pregado dentro da comunidade científica é sempre inovar e pesquisar de forma desenfreada e que tudo seja em nome do progresso, qual será o preço a ser pago pela infinita curiosidade? Este afirma que tememos apenas o desconhecido, porém, devemos ter plena ciência que esperar rédeas de bom senso no progresso é impossível já que existe uma curiosidade inata no homem.

O que deve ser feito é a implementação dessa ética e moral de que não devemos temer o desconhecido e sim imaginar que já o conhecemos e frear nossas ambições antes que o desconhecido prejudique de maneira irreversível o homem.

Por isso, o primeiro dever da ética na engenharia química é visualizar os efeitos a longo prazo das ações mecânicas do homem, para então tornar suas ações mais éticas e de respeito mútuo para com o mundo que vivemos.

A mobilização para esse princípio ético não ocorre de maneira progressiva a cada erro da humanidade ou catástrofe ambiental derivada de extrema degradação ambiental. Deve ser plantada nas mentes das novas gerações dos engenheiros e pesquisadores, justamente por não estarem corrompidos com os ideais lucrativos a qualquer custo. A ética por meio de debates e diálogo deve causar o sentimento certo para beneficiar essas mentes e futuramente a sociedade.

A adoção dessa atitude, ou seja, a disposição para se deixar afetar pela salvação ou pela desgraça (ainda que só imaginada) das gerações vindouras é o segundo dever “introdutório” da ética almejada, após o primeiro, que é o de, acima de tudo, produzir tal pensamento. Instruídos por este, somos instados a evocar o temor correspondente. É evidente que o

caráter obrigatório de ambos os deveres remonta a um princípio ético fundamental já conhecido e consentido, de modo que eles possam ser reconhecidos como deveres dele derivados (JONAS, 2006, p. 72,73).

Han Jonas (2006) conclui essa linha de raciocínio demonstrando que devemos sempre expor a insegurança das projeções futuras. Não é porque vivemos o progresso tecnológico que estamos sempre acertando, ao contrário justamente por querer acertar nossas ações e pesquisas que devem ser voltadas para a preservação e garantia da viabilidade da existência do homem e dos seus objetivos no meio ambiente.

Com o debate das grandes potências mundiais recorrentes sobre a preservação da natureza vemos que, qualquer tecnologia e pesquisa voltada para esse olhar tem abertura e patrocínio, além de inspirar outras melhorias no cenário mundial.

Dissemos que a verdade nele buscada seria uma questão de conhecimento científico: pois, assim como os empreendimentos (cujas as consequências posteriores devemos conhecer pela extrapolação) só se viabilizam por meio da ciência, da mesma forma essa extrapolação requer, no mínimo, o mesmo grau de ciência utilizado nos próprios empreendimentos. Entretanto ela exige de fato um grau maior. Pois o que basta para um prognóstico de curto prazo, intrínseco a todas as obras da civilização técnica, não pode bastar para o prognóstico de longo prazo almejado na extrapolação requerida pela ética (JONAS, 2006, p. 73).

Hans Jonas (2006) afirma na sua obra que ao somarmos a “complexidade das relações causais na ordem social e biosfera” que não pode ser medida ou podada, somada ao “caráter essencialmente insondável do homem” juntamente com a incapacidade de prever as futuras criações formam o combo necessário para que a ética deva ser restabelecida.

Essa tríade deveria ser mais do que suficiente para que os engenheiros tenham consciência e cuidado com suas produções. Até porque se faz necessário ter mais conhecimento para reduzir um dano do que propriamente para criá-lo, logo Han Jonas (2006) conclui esse fim de conhecimento com a seguinte afirmativa.

Em todo caso, a extrapolação requerida exige um grau de ciência maior do que o que já existe no extrapolandum tecnológico; e, considerando que este representa o optimum da ciência existente, o saber exigido, sempre é, necessariamente, um saber não disponível no momento e jamais disponível como conhecimento prévio; no máximo, somente como saber retrospectivo (JONAS, 2006, p.73).

4 CORRELAÇÕES EPISTÊMICAS E ÉTICAS DOS SABERES TECNOLÓGICOS E DOS POVOS INDÍGENAS

A engenharia química enquanto área essencialmente tecnológica pressupõe-se um saber cartesiano sob o qual está incutido o rigor metodológico científico. Dito de outra forma é um saber que carece de um crivo no qual o experimento ou saber em si deve necessariamente atender a alguns pré-requisitos considerados imprescindíveis para que os resultados possam ser considerados válidos.

Mesmo na sociedade contemporânea a tecnologia de qualquer área científica deveria constituir um elemento acessível a todos que pertençam a esta sociedade, partindo desta premissa a tecnologia seria um elemento a ser usufruído por todos, da forma mais adequada possível, no sentido de que esta não promova a alienação, ou qualquer nível de subsunção do ser humano.

Caso tais premissas falhem, por qualquer motivo, o efeito colateral é a tecnologia ser utilizada como instrumento de alienação ou subsunção, uma vez que a tecnologia em si não deveria se sobrepor ao ser que a criou, ou ser instrumentalizada por um, ou uns, em detrimento de outros, ou da maioria da sociedade.

Refletir sobre a área da engenharia química sob um prisma filosófico, no contexto contemporâneo, envolve abordar diferentes perspectivas relacionadas ao uso das tecnologias originadas do trabalho com a química e seus desdobramentos e impactos em temáticas relevantes para a sociedade, como a sustentabilidade, a ética profissional no exercício das atividades relacionadas à área, a responsabilidade social em decorrência de um uso adequado das tecnologias químicas, entre outras temáticas que fogem do escopo deste trabalho.

Ao considerar a filosofia por trás da engenharia química, é necessário abordar a relação entre tecnologia e ética, bem como a responsabilidade dos profissionais desta área em relação à sociedade. A engenharia química, como área tecnológica, envolve o uso e aplicação do conhecimento científico para o desenvolvimento e aprimoramento de processos e produtos químicos. No entanto, esses avanços tecnológicos também trazem consigo responsabilidades éticas, uma vez que seus impactos podem afetar a sociedade como um todo, mais especificamente os indivíduos que a compõem. Para além, não se pode deixar de fora os seres vivos e todo ecossistema planetário, essencial à manutenção e perpetuação da vida humana na Terra.

Assim, é necessário contrapor a visão sobre o planeta como fonte de recursos, em outras palavras, a composição do planeta para ser usada exclusivamente como fonte de rentabilidade econômica valorada em moeda. Então o desafio que se faz para área científica da química é colocar estes elementos como premissas fundamentais no exercício da atividade profissional desta área.

Ponderações sobre o uso responsável da tecnologia e a importância de considerar os aspectos éticos e sociais dos avanços científicos devem ser premissas básicas para a área científica em questão.

Isso significa que os profissionais da área devem estar cientes das implicações de seus trabalhos e buscar atitudes e soluções que minimizem o impacto negativo e maximizem o benefício para a sociedade.

Ao considerar a atuação dos profissionais da área como objeto da reflexão, estaria dentro do escopo de suas atribuições promover a educação e a conscientização sobre os impactos da tecnologia química na sociedade. Isso inclui a responsabilidade de comunicar os riscos e benefícios associados aos avanços tecnológicos e de envolver a comunidade em discussões sobre o uso responsável e ético das tecnologias originadas do trabalho com a química. Essa abordagem envolve a promoção de uma cultura de responsabilidade e transparência entre os profissionais, bem como a integração de questões éticas e sociais em suas atividades e decisões.

Além dos aspectos mencionados, a filosofia inserida no curso de Engenharia Química deve considerar o papel dessa área na conservação de recursos naturais e na sustentabilidade. A busca contínua por avanços tecnológicos pode levar a uma maior dependência de recursos finitos e ao aumento da destruição ambiental. Portanto, é essencial que os profissionais da engenharia química trabalhem para desenvolver soluções que minimizem o impacto ambiental e promovam a sustentabilidade a longo prazo.

A reflexão filosófica sobre a engenharia química também deve incluir a discussão sobre a necessidade de uma maior diversidade e inclusão nos quadros profissionais dessa área. A inclusão de diferentes perspectivas e experiências pode contribuir para uma visão mais abrangente dos impactos da tecnologia e para o desenvolvimento de soluções mais justas e eficazes. Afinal de contas, habitamos uma realidade em constante transformação e que carece de reflexões que abordam desde os aspectos científicos e tecnológicos, mas também os impactos que estes mesmos elementos podem ocasionar na vida e existência de populações indígenas.

Em suma, a filosofia por trás da engenharia química deve ser ampla o suficiente para abordar não apenas os aspectos tecnológicos e científicos, mas também os aspectos éticos, sociais, econômicos e ambientais. Ao promover a reflexão sobre os impactos e responsabilidades da engenharia química, os profissionais dessa área podem contribuir para um futuro mais justo e sustentável. O exercício reflexivo se torna indispensável em tempos em que existe um grande fluxo de informações.

De fato, é preciso pensar estratégias que venham a contribuir para o desenvolvimento sustentável sem prejudicar ou interferir de forma que cause impactos negativos, sobretudo, em minorias como é o caso das populações indígenas. Exemplo disso é a contaminação por mercúrio nos rios da Amazônia que faz acender sinal de alerta para que se evitem outras tragédias como a ocorrida na aldeia de Minamata no Japão onde houve envenenamento por metilmercúrio.

Todo profissional que já passou pela educação superior, de qualquer área científica, para se graduar passou por um “ritual”, a cerimônia de diplomação. Na cerimônia, um elemento que merece destaque e é pertinente a essa abordagem reflexiva, diz respeito ao juramento. Numa busca rápida pelos motores de busca na Internet foi possível encontrar um dos juramentos adotados na cerimônia (“ritual”) de diplomação:

Juro que, no cumprimento do meu dever de engenheiro químico, não me deixarei cegar pelo brilho excessivo da tecnologia, de forma a não me esquecer de que trabalho para o bem do homem e não da máquina. Respeitarei a natureza, evitando projetar ou construir equipamentos que destruam o equilíbrio ecológico ou poluem, além de colocar todo o meu conhecimento científico a serviço do conforto e desenvolvimento da humanidade. Assim sendo, estarei em paz comigo e com Deus. (DOCPLAYER, s.d., p. 9)

O juramento, realizado durante a cerimônia de diplomação, é um exemplo concreto de como a epistemologia e a ética estão intimamente relacionadas à prática profissional. Ao analisar o juramento exposto e sua relação entre epistemologia e ética, fica evidente que o juramento une os princípios teóricos e os princípios éticos que devem orientar a conduta profissional. A abordagem reflexiva proposta requer que o profissional, de qualquer área, ao buscar conhecimento, esteja ciente de sua responsabilidade ética diante da sociedade, do meio ambiente, de seus trabalhos, de seus pacientes, alunos etc.

Sob uma perspectiva epistêmica, a cerimônia de diplomação do recém-formado na engenharia química representa um momento de transição, do aprendiz para aquele que já reuniu competências e habilidades suficientes para atender as demandas de sua área de atuação com a sociedade.

Como um evento simbólico e significativo, a cerimônia marca o fim dos anos de estudo e o início do caminho profissional dos recém-formados. A necessidade humana de celebrar e comemorar momentos importantes da vida, como a transição entre etapas importantes de crescimento e desenvolvimento, é um aspecto fundamental da psicologia e antropologia humanas.

Essa transição é um processo complexo que envolve não apenas o conhecimento acadêmico adquirido, mas também habilidades e competências emocionais e interpessoais. A celebração dessa transição reforça a importância desse processo e reconhece publicamente os esforços dos estudantes em alcançar seus objetivos.

A prática do profissional recém-formado deverá ser então guiada por um referencial de conduta em que a ética e a epistemologia se relacionam intimamente, onde a epistemologia refere-se à natureza, origem e limites dos conhecimentos adquiridos e a serem aprimorados, enquanto a ética está relacionada às normas e valores que orientam a conduta profissional.

Além disso, a cerimônia de diplomação também serve para fortalecer os laços entre os colegas de turma, professores e instituições de ensino, criando uma rede de apoio e conexões que pode ser

valorosa ao longo da vida profissional dos recém-formados. Ao proporcionar um espaço para reflexão e comemoração, essa cerimônia também contribui para a construção da identidade profissional dos novos engenheiros químicos e reforça a importância de continuar aprendendo e aprimorando-se no campo em que se dedicarão.

No contexto abordado, refletir sobre como interagem os conjuntos dos saberes, do domínio da tecnologia, das epistemologias, sob a ótica científica e a dos povos indígenas é condição “sine qua non” para a evolução da compreensão e apropriação das responsabilidades humanas com ecossistema planetário. Essa compreensão e apropriação exerce influência sobre como os profissionais de diferentes áreas científicas abordam seu trabalho e suas responsabilidades com o futuro da humanidade.

Vale destacar que a construção dos saberes pelo aprendiz, futuro profissional da engenharia química considera que esses saberes tecnológicos e ocidentalizados são caracterizados por uma perspectiva reducionista e baseada em teoria, que busca entender e dominar a natureza por meio do conhecimento científico. Essa abordagem tem sido bem-sucedida em termos de avanços tecnológicos e desenvolvimento econômico, mas também tem levado a uma relação antagônica entre a humanidade e o meio ambiente, além de ter causado impactos negativos sobre a saúde e a qualidade de vida das pessoas.

Por outro lado, os povos indígenas possuem conhecimentos e práticas tecnológicas que se originam em um paradigma holístico e integrado à natureza. Esses saberes são baseados em uma relação de interdependência com o meio ambiente e buscam equilíbrio e harmonia entre os seres vivos e o meio ambiente. A ética e a epistemologia dos saberes indígenas colocam ênfase na conservação e na sustentabilidade, bem como na relação entre o ser humano e o cosmos.

As perspectivas epistemológicas e éticas dos saberes tecnológicos e dos povos indígenas apresentam diferenças significativas, mas também existem similaridades que podem ser aprofundadas. Como exemplo, tanto os cientistas quanto os indígenas buscam entender e explicar o mundo ao seu redor, embora utilizem métodos e abordagens diferentes. Sob essa compreensão, a interação entre essas duas perspectivas pode contribuir para uma cosmovisão ampliada do mundo e inclusiva, da ciência e da tecnologia como elementos a estarem a serviço da humanidade como um todo.

A integração entre os modos de enxergar o mundo pode levar a avanços significativos na ciência e na tecnologia, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade e ao uso responsável dos recursos naturais. Nesse sentido, os profissionais de diferentes áreas científicas têm um papel importante a desempenhar na promoção de um diálogo intercultural e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Mesmo que os trabalhos científicos sejam norteados por uma lógica científica, o juramento destacado anteriormente traz uma perspectiva de que a tecnologia está a serviço do ser humano, logo a tecnologia utilizada pelos povos indígenas deve estar a serviço da perpetuação e manutenção de suas epistemologias. Em pleno século XXI são os povos originários indígenas que ao seu modo fazem uso de dispositivos tecnológicos, bem como das redes sociais, para através destes meios de comunicação requererem o que tem de direito. Percebendo o potencial que as mídias, a literatura proporciona, de novos espaços dialógicos, seus empreendedores agora propiciam a expansão das vozes da sabedoria ancestral atualizada aos sinais dos tempos do hoje.

Reconhecer estes elementos é indispensável para uma decolonialidade dos saberes e para romper de vez com a tendência colonizadora que somente reconhece os povos indígenas a partir dos primeiros relatos do novo mundo. Relatos estes que apontam mas não reconhecem a civilidade destes povos (THIÉL, 2012, p. 17).

E pior ainda quando pensa-se na perspectiva generalizante que assume o rótulo de “índio” no qual massifica e dilui as culturas desses povos de forma que eles não mais são reconhecidos em suas subjetividades, ou como representantes de civilizações (THIÉL, 2012, p. 17), mas pelo sua nomenclatura de “índio”. Conhecer a diversidade epistêmica e de cosmovisão desses povos é indispensável sobretudo porque será a forma com que estes mesmos povos irão se manifestar por via da tecnologia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessas reflexões buscou-se contribuir para ampliar a conscientização e comprometimento dos engenheiros químicos com o desenvolvimento sustentável e responsável da sociedade. Tendo em vista, que os impactos causados pela engenharia não se restringem ao recinto das empresas, mas, de forma colateral a toda sociedade. É dever do engenheiro químico ter consciência ambiental, política e social para com o restante da população; especialmente com os povos originários que necessitam da consciência da sociedade para se manterem vivos e usufruindo da terra que há milênios cuidam e resguardam.

Abordar sobre os aspectos que envolvem a filosofia por trás da engenharia química visando reflexões sobre tecnologia e ética é indispensável no presente momento histórico. Hoje em dia não basta que o discente chegue a conclusão do curso de Engenharia Química percebendo se o mesmo não está antenado com questões pertinentes como a ética, sustentabilidade, tecnologias e povos originários indígenas brasileiros contemporâneos. Estudar estes elementos e se apropriar de sua linguagem farão total diferença na carreira deste postulante profissional.

Nesta segunda década do século XXI cabe ao profissional de Engenharia Química pensar seriamente sobre a vida e os impactos que a mesma vem sofrendo dia a dia por meio do desenvolvimento tecnológico que na maioria das vezes insiste em lançar seus resíduos no meio ambiente.

A ética querida em nosso tempo considera a diversidade humana e dentro dela as mais variadas expressões dos povos indígenas, é uma ética que visa a preservação do meio ambiente, a sustentabilidade, que reconhece os saberes dos povos originários. Ao que parece a filosofia que paira como pano de fundo no processo formativo da Engenharia Química é o do diálogo e interação com as mais variadas realidades.

Ao passo que se obtém mais informações, sobretudo, de realidades que estão mais afastadas dos grandes centros urbanos, teoricamente, o comportamento ético dos profissionais deve se atentar para que seu desempenho não venha a incidir negativamente sobre a realidade destas pessoas. Desenvolvimento é sempre desejável desde que se respeite as vivências e existências de outras cosmovisões, cosmopolíticas.

É necessário que haja um desenvolvimento democrático, participativo, onde esses espaços das comunidades originárias possam se manifestar e se posicionar diante destes avanços.

Por meio deste diálogo frutuoso é possível até mesmo encontrar suporte referencial para um resgate, do que se pode considerar como, de uma espiritualidade originária muito importante nos dias atuais. Em tempos em que ocorrem uma militarização da fé, nada mais oportuno que o contato com espiritualidades ancestrais desses povos originários para conectar a humanidade com sua essência mais profunda com o meio ambiente e com os espíritos ancestrais.

Em síntese, como o texto corroborou é nosso dever para com as futuras gerações mostrar o passado, pensar no futuro para então, agir no presente, com consciência de que tudo que pensamos e pesquisamos recai sobre a sociedade, talvez não hoje, mas certamente um dia o preço será cobrado.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: 2002. Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: 2002. Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BAUMAN, ZYGMUNT. Ética Pós-moderna. Blackwell Publishers, Oxford, 1993. 2ª Ed. 2003. Brasil.

CÓDIGO DE ÉTICA. Conselho Regional de Química – XI Região. Publicado no D.O.U. de 27.11.1970. Disponível em: <https://crq11.org.br/codigo-de-etica/#:~:text=%C3%89%20fundamental%20que%20o%20servi%C3%A7o,de%20pesquisa%2C%20controle%20e%20engenharia>. Acessado em: 05/07/2023.

DOMINGUES, IVAN. Ética, Ciência E Tecnologia. KRITERION, Belo Horizonte, nº 109, Jun/2004, p. 159-174

FERNANDES, R. C. S.; SANTOS, S. R. S.; PINTO, P. C. A. A filosofia da engenharia: uma revisão bibliográfica. Química Nova, v. 40, n. 5, p. 562-570, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/qn/v40n5/0100-4042-qn-40-05-00562.pdf> . Acesso em: 02 maio 2023.

FREIRE, P. M. A Filosofia Por Trás da Engenharia Química: reflexões sobre tecnologia e ética. Revista Brasileira de Engenharia Química, v. 37, n. 2, p. 241-249, abr./jun. 2020.

JECUPÉ, Kaka Werá. Oré Awé Roiru'A Ma - Todas as vezes que dissemos adeus. São Paulo: TRIOM, 2002.

JORNALISMO TV CULTURA. 'Amazônia, a nova Minamata?' mostra crescente contaminação por mercúrio da população indígena. Youtube, 27 de out. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rUm2734tf3M>. Acesso em: 03 jul 2023.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A Queda do Céu – Palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARTINS, R. A.; FERNANDES, R. C. S.; PINTO, P. C. A. Engenharia e ética: um olhar filosófico sobre a responsabilidade social da engenharia. Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, v. 10, n. 2, p. 109-130, 2017. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/rbect/article/view/5568/3938> . Acesso em: 02 maio 2023.



REPÓRTER ECO. "Amazônia, a nova Minamata?" - Filme alerta para riscos da contaminação por mercúrio. Youtube, 27 de fev. de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_4MhYB8UQcU. Acesso em: 03 jul 2023.

RODRIGUES, C. A. S.; SANTOS, S. R. S.; FERNANDES, R. C. S. Filosofia e matemática na engenharia química: uma revisão bibliográfica. Química Nova, v. 42, n. 3, p. 262-271, 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v42n3/0100-4042>> . Acesso em: 02 maio 2023.

PACT COLOMBIA. Conectadas: Como a tecnologia fortalece a incidência política entre mulheres indígenas no Brasil. Youtube, 02 de fev. de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C9jGC65rTyw>. Acesso em: 03 jul 2023.

THIÉL, Janice. Pele Silenciosa, Pele Sonora: A Literatura Indígena em Destaque. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

IMPACTOS DA BIOPIRATARIA PARA AS COMUNIDADES INDÍGENAS

  10.56238/costurandosaberes-003

Hugo Rodrigues da Silva

Lattes: 9421959144934721

Discente do Bacharelado em Engenharia Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Gabrielly Jacob Menezes

Lattes: 4157774443237990

Discente do Bacharelado em Engenharia Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Ricardo Valim

Lattes: 3074004049762932

ORCID: 0000-0002-7790-6148

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Professor de filosofia Tecnologias do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia

RESUMO

A natureza possui em si mesma uma riqueza imensa que pode favorecer a humanidade de múltiplas maneiras. Um grande representante dessa riqueza é a floresta Amazônica, tal região oferece grande variedade de elementos que podem contribuir para a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas. Além de sua grande biodiversidade, a região amazônica abriga diversas etnias de povos indígenas e outras comunidades tradicionais, que guardam um grande conhecimento acerca dos elementos da floresta. Considerando a riqueza da Amazônia, o Brasil sempre foi alvo de exploradores que querem lucrar às custas das espécies genéticas nativas e fazem uso de diversos métodos para levarem as espécies para fora do país e roubar o conhecimento tradicional das populações originárias. Nesse contexto, a luta contra a biopirataria desempenha um papel crucial na preservação e na manutenção das visões epistemológicas das comunidades indígenas, bem como o vasto conhecimento acerca do uso sustentável de espécies e manutenção da biodiversidade. A negligência por parte de políticas públicas acarreta em sérias e duradouras consequências para as comunidades indígenas, portanto, o combate a essa prática criminosa também implica na proteção e valorização dos direitos das comunidades indígenas, podendo ser caracterizado também como um ato de justiça. Com isso posto, o presente trabalho tem como intuito um levantamento bibliográfico visando apontar e refletir sobre os impactos da biopirataria para as comunidades indígenas, analisando alguns aspectos como os atuais meios de combate a essa prática e a legislação vigente.

Palavras-chave: Povos indígenas, Amazônia, Biopirataria, Brasil, Biodiversidade.

1 INTRODUÇÃO

A natureza possui em si mesma uma riqueza imensa que pode favorecer a humanidade de múltiplas maneiras. A região amazônica particularmente oferece grande variedade de elementos que podem contribuir substancialmente para a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas. Tal região é considerada como uma das maiores fontes de biodiversidade do mundo, sendo reconhecida como um dos três patrimônios naturais mais importantes do planeta. Além de sua grande

biodiversidade, a Amazônia ainda abriga diversas etnias de povos indígenas e diversas comunidades tradicionais, que ao longo do tempo, devido ao contato com a floresta e com o ambiente, acumularam um vasto conhecimento acerca de plantas e tratamentos de doenças. Esses conhecimentos são transmitidos oralmente, e são um fator muito importante para a manutenção e sobrevivência do estilo de vida dessas pessoas (ENRIQUEZ, 2008 p. 21; VASQUEZ, 2014 p. 458)

Considerando isso, desde sempre, o Brasil é alvo constante de interesses econômicos, por isso a discussão a respeito da biopirataria torna-se fundamental, considerando que o Brasil é bastante vulnerável no que tange a questão da defesa dos povos originários, possuindo uma legislação que se mostra incapaz de combater esse tipo de crime ambiental.

O grande avanço das biotecnologias, propiciou a exploração desenfreada dos recursos naturais e o conhecimento tradicional do povo local, isto se dá pois as empresas que conduzem pesquisas com as espécies roubadas reconhecem que o conhecimento, que foi acumulado e passado durante as gerações nessas comunidades, representam muitas vezes dados concretos, possibilitando a redução do tempo do processo de pesquisa em meses ou até anos. A ineficácia no combate a biopirataria gera diversas consequências para a região, além da apropriação indevida do conhecimento das populações nativas, a biopirataria também possui forte influência na degradação ambiental da Amazônia, colocando diversas espécies em risco de extinção. Ainda, quando uma empresa realiza o patenteamento de um recurso genético nativo do Brasil para a produção de produtos com valor agregado, o país deixa de obter benefícios econômicos, sendo obrigado a pagar *royalties* para utilizar o produto. (SANTOS, 2021)

Nos casos onde os biopiratas não obtêm êxito na retirada dos recursos furtados do país, os mesmos infiltram-se nas comunidades indígenas para ganhar a confiança dos nativos e roubar o conhecimento referente às espécies roubadas. (POZZETTI; MENDES, 2014 p. 211). Observa-se então que apesar do conhecimento acumulado pelas comunidades indígenas não ser algo palpável, ele por muitas vezes é mais valioso do que as espécies que são furtadas da floresta, porém a apropriação indevida desse conhecimento gera problemas cujo as consequências perduram na nossa sociedade por muito tempo.

Nesse contexto, a luta contra a biopirataria desempenha um papel crucial na preservação e na manutenção das visões epistemológicas das comunidades indígenas, bem com seus vastos conhecimentos acerca do uso sustentável de espécies e sobre a conservação da biodiversidade. O combate à biopirataria, que envolve a exploração e a apropriação indevida desses conhecimentos, representa uma ameaça direta não só a continuidade dessas práticas, mas também ao próprio equilíbrio dos ecossistemas da natureza. O combate a essa prática criminosa também implica na proteção e valorização dos direitos das comunidades indígenas, podendo ser caracterizado também

como um ato de justiça, visto que essas comunidades comumente são marginalizadas e têm seus direitos desrespeitados.

É importante frisar que a luta pela preservação das epistemologias indígenas vai além da proteção dos conhecimentos tradicionais dessas comunidades, pois também implica na conservação de ecossistemas e da biodiversidade, ou seja, é uma causa que beneficia a sociedade como um todo, não se limitando somente às comunidades indígenas. As comunidades indígenas nutrem uma relação de respeito e harmonia com a natureza, valores que se perderam no pensamento ocidental com o advento da modernidade, por isso a valorização dessas diferentes visões epistemológicas promove o diálogo intercultural, permitindo a troca de conhecimento entre diferentes sociedades.

2 BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

A biodiversidade brasileira é identificada mundialmente por sua vasta e ampla diversidade ecológica. O Brasil possui um dos ecossistemas mais ricos do planeta e não só em domínio vegetal como também natural, é visualizado um farto campo hidrográfico, animal e mineral. Tamanha riqueza de elementos naturais torna o Brasil este palco tão visado pela riqueza de sua biodiversidade e por isso mesmo carece de atenção para que sua fauna e flora sejam protegidos contra a possibilidade de intervenções negativas, no sentido mesmo de contrabandos. Assim sendo, verifica-se que o Brasil, por exemplo:

Dispõe na área amazônica da maior bacia hidrográfica do mundo, compreendendo vários rios: Xingu, Amazonas, Canumã, Negro, Jari, Içá, Japurá, Preto da Eva, Urubu, Solimões, Jutai, Juruá, Uaupés, Roosevelt, Purus, Madeira e o principal deles, o Rio Amazonas, que atravessa a região e despeja no Oceano Atlântico. (ARAÚJO, 2018, p. 60)

Constata-se, ainda, que: “O Brasil é o país que detém a maior parcela da biodiversidade mundial, representando de 15 a 20% do total, destacando-se as plantas superiores, nas quais detém aproximadamente 24% da biodiversidade” (FERREIRA, 2021, p.3). Atentar-se a questões como essa, bem como leis que destacam a relevância da fauna e da flora brasileira são de suma importância nacional, afinal regulamentações ecológicas são medidas protetivas pertinentes em uma tentativa de assegurar a continuidade das espécies. Em domínios brasileiros, compreender a sua relevância natural e global é fundamental para que possa proteger tal bem.

Neste mesmo âmbito, é válido destacar a significativa cotação mundial, onde, o protocolo de Nagoya aprovado em 29 de outubro de 2010 sobre biodiversidade, ressalta que:

[...] tem por objetivo resolver o impasse nas negociações da CBD (Convenção-Quadro sobre Diversidade Biológica da ONU), sobre a possibilidade de remuneração ao país ou às nações indígenas pelos benefícios da utilização da biodiversidade por meio de um sistema chamado

access and benefit-sharing - ABS, resultando na obrigatoriedade de repartição dos lucros entre o país que desenvolveu novos produtos, como fármacos ou cosméticos, e o país de origem do recurso, através de contrato prévio de royalties, mas, sem contudo, estabelecer porcentagens desta divisão, podendo, portanto, envolver compensações não financeiras, como transferência de tecnologias. (ARAÚJO, L.; ROCHA, M.; 2018, p. 237)

Este protocolo tem o intuito de proteger a biodiversidade e os povos dependentes da mesma, evidenciando ainda os povos originários deste país, no entanto as regalias mencionadas em alguns casos não seguem a conformidade das leis e dos acordos propostos, onde, geralmente o lucro é repartido pelos países e os povos indígenas não participam dos privilégios a serem repartidos. Estas medidas protetivas como também leis que sancionam os direitos dos povos indígenas são mecanismos de defesa em uma tentativa de conservar os bens materiais naturais da Amazônia e por consequência tentar garantir a preservação da cultura indígena. Contudo, neste quesito o Brasil é falho mesmo que possua leis constitucionais a respeito de direitos dos povos indígenas, de acordo com Manuela Carneiro da Cunha (1994) “contam-se atualmente 519 áreas indígenas esparsas que, juntas, totalizam 10,52% do território nacional, com 895.577,85 km²” (CUNHA, 1994, p. 27). O que é pouquíssimo, se considerarmos que estas terras eram completamente tomadas pelos povos originários do Brasil, os indígenas.

Nesta esfera é visualizado a exacerbada exploração natural suprimindo os interesses mercantis mundiais posto que as fontes são recursos naturais encaminhados às indústrias e manipuladas a fim de se obter o produto comercial desejado para ser consumido. Sendo assim, em âmbitos constitucionais são visualizadas medidas protetivas que regulamentam a proteção natural, bem como, a dos povos originários por meio de leis, entretanto é visto que apesar destas regulamentações nota-se um desequilíbrio social ao que tange a temática.

Além da biopirataria, diversas outras atividades ilegais relacionadas ao meio ambiente são realizadas no território nacional, como o desmatamento ilegal onde madeiras operam sem autorização governamental realizando a extração indiscriminada de árvores, muitas vezes presentes em áreas de conservação ambiental ou em reservas indígenas. Essa prática resulta, principalmente, na perda da biodiversidade local, na degradação do solo e no aumento de gases que favorecem o efeito estufa.

Outra atividade ilegal fortemente presente no território nacional é a grilagem de terras, que consiste em um processo ilegal onde terras públicas ou pertencentes a comunidades indígenas e tradicionais são tomadas por meio da falsificação de documentos. Essas terras geralmente são desmatadas para a realização de atividades vinculadas à agricultura e pecuária, como a criação de gado, o cultivo de soja, resultando não somente na degradação ambiental mas também no deslocamento forçado das populações nativas desses locais. O garimpo ilegal também se faz muito

presente, principalmente na região Amazonica. Os garimpeiros invadem áreas protegidas por lei, causando danos ambientais significativos como a contaminação de rios por mercúrio, desmatamento e contaminação do solo, sem mencionar que, muitas vezes, essas atividades são realizadas em condições que desrespeitam os direitos humanos estando associada à exploração de mão de obra escrava e a conflitos entre grupos rivais.

Em oposição a essas práticas que degradam o meio ambiente, pode-se citar o extrativismo, atividade realizada por comunidades tradicionais e indígenas que residem na Amazônia, onde a correlação com as reservas extrativistas diminui os impactos causados no meio ambiente. Este, se trata de espaços na floresta defendidos por lei que com o intuito de ratificar a preservação de espécies naturais é designado a estas comunidades, e assim como Lúcia Helena de Oliveira Cunha (2001) ressalta:

[...] além de uma reação aos desmatamentos, Reservas Extrativistas surgem em contraposição aos projetos de colonização instituídos na região, fundados na atividade agrícola, visando assentar as populações regionais (e do sul do Brasil) em módulos geométricos que cortam ou retalham a floresta em pequenos lotes individuais, rompendo com a territorialidade tradicional dos povos da floresta, com seus ciclos naturais e produtivos, e provocando esgotamento dos solos. (CUNHA, 2001, p.1-2)

Nesse mesmo viés temos que as reservas extrativistas surgem com a finalidade de gerar desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente, objetivando também a inclusão social e econômica das populações que vivem dentro ou no entorno dessas áreas (COSTA & MURATA, 2015, p. 92). E apesar de não se caracterizar como uma atividade de impacto zero, o extrativismo é apontado por diversos autores como a principal forma de garantir subsistência, fonte de renda para as comunidades locais, reduzindo as condições de pobreza e promovendo a conservação ambiental dada a grande diversidade de recursos da floresta tropical. (GUMIER-COSTA et al., 2016, p. 92).

3 BIOPIRATARIA NA AMAZÔNIA

A biopirataria é um termo utilizado para descrever o acesso, exploração e comercialização não autorizada de recursos biológicos, conhecimentos tradicionais e informações genéticas de populações indígenas e comunidades locais por parte de entidades externas, como empresas farmacêuticas, cientistas e pesquisadores. Essa prática ocorre principalmente em regiões ricas em biodiversidade, como é o caso da região amazônica, onde esses recursos são encontrados em grande quantidade.

As populações indígenas possuem o chamado “conhecimento tradicional” valioso sobre as propriedades medicinais de plantas, animais e outros recursos naturais em suas terras. Esses

conhecimentos, são transmitidos por gerações através da tradição oral, são fundamentais para a conservação da biodiversidade e têm contribuído para o desenvolvimento de medicamentos, cosméticos e outros produtos para o benefício de todos.

A biopirataria por sua vez representa uma ameaça para os povos indígenas e suas culturas, pois muitas vezes ocorre sem seu consentimento ou benefício por meio de um diálogo respeitoso e justo. Empresas e pesquisadores que realizam a biopirataria frequentemente realizam o patenteamento sobre recursos biológicos e sobre os conhecimentos tradicionais, e colocam as comunidades tradicionais em uma situação de impedimento aos locais de extração ou que tenham acesso ou controle sobre seu próprio conhecimento e recursos naturais.

O tratado internacional da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) tem por objetivo proteger a biodiversidade, garantindo a participação justa e equitativa dos povos indígenas na gestão e utilização de seus recursos biológicos e conhecimentos tradicionais. Muitos países têm leis nacionais para implementar as disposições da CDB e combater a biopirataria. Conforme o Artigo 1 da CDB:

Os objetivos desta Convenção, a serem cumpridos de acordo com as disposições pertinentes, são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado.

Para além disso, as próprias organizações indígenas, ativistas e defensores dos direitos humanos têm trabalhado para conscientizar sobre a biopirataria, fortalecer os direitos dos povos indígenas e promover práticas de pesquisa e desenvolvimento baseadas no consentimento prévio, informado e no compartilhamento justo de benefícios.

É importante reconhecer e respeitar os direitos dos povos indígenas sobre seus conhecimentos tradicionais e recursos biológicos, envolvendo-os de forma ativa e equitativa nas discussões e decisões relacionadas ao acesso e uso desses recursos. Isso pode contribuir para a conservação da biodiversidade, o respeito à diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável.

A biopirataria na Amazônia ocorre, no Brasil, desde o período colonial, com a exploração dos elementos dispostos pela floresta bem como com o uso de serviços das populações nativas do Brasil. Esse modelo extrativista colonial durante muito tempo retirou de seu habitat natural espécies de animais e plantas que eram comercializados em outros cantos do mundo. Como exemplo disso, pode-se pensar no comércio das chamadas “Drogas do Sertão” no século XVII aqui no Brasil. Estas especiarias tinham uma importância comercial para os Portugueses no período dos Bandeirantes. As

“Drogas do Sertão” eram: Cacau, Castanha do Pará, Urucum, Pau-Cravo e Guaraná. Segundo David Hathaway (2004 p. 1), temos que:

A biopirataria, assim, é o roubo – ou mais formalmente a “apropriação”, por mais imprópria que seja – de materiais biológicos, genéticos e/ou dos conhecimentos comunitários associados a eles em desacordo com as normas sociais, ambientais e culturais vigentes, e sem o consentimento prévio fundamentado de todas as partes interessadas.

A importância econômica da Amazônia é reconhecida internacionalmente devido a sua grande variedade em espécies animais e vegetais, isso desperta interesse internacional no patrimônio genético do país. Porém esse interesse não se restringe aos dias atuais, como dito anteriormente a biopirataria se faz presente no Brasil desde o período colonial. Observa-se casos de biopirataria nos diversos ciclos exploratórios que ocorreram na Amazônia, como o ciclo das “drogas do sertão”, onde além das diversas plantas e frutas que foram enviadas para o exterior, também houve, por parte dos estrangeiros a apropriação do conhecimento sobre o manejo e uso dessas plantas para a produção de produtos. Outro caso muito evidente de roubo de espécies brasileiras pode ser observado no ciclo da borracha que teve início entre o final do século XIX e início do século XX. Observa-se que tal ciclo exploratório gerou um grande avanço industrial na região norte do país, porém a extração da borracha no Brasil foi superada pelos plantios de seringueiras pelos ingleses em países asiáticos e africanos, que se deram com sementes retiradas da própria Amazônia. (MAIA; IPIRANGA, 2012). Esses fatos revelam que no processo de desenvolvimento existem muitos fatores envolvidos e que podem causar impactos ambientais sérios em outras partes do globo. Além disso, comunidades que certamente auxiliaram na extração e transporte de tais elementos muitas vezes não recebem por tamanha labuta. Segundo David Hathaway (2004 p. 1):

O mecanismo mais utilizado neste roubo dos recursos da diversidade cultural e biológica é a patente, ou uma das outras formas de “propriedade intelectual” à disposição no mercado, como a Lei de Cultivares ou os direitos de marca etc. Um laboratório farmacêutico ou uma empresa que desenvolve e vende sementes agrícolas, por exemplo, descobre uma planta com grande valor comercial e declara que seu uso é uma inovação ou até uma “invenção” sua. Ela então usa as leis de propriedade intelectual para se intitular dona exclusiva de sua exploração em quantos países puder.

Os biopiratas não possuem quaisquer pressupostos éticos e morais quando se trata da obtenção de lucro, não se importando com a exploração ou com a depredação de aspectos culturais dos povos que residem nas florestas. Nota-se a falta de escrúpulo dessas pessoas nas situações onde os mesmos tornam-se íntimos das comunidades tradicionais, ganhando sua confiança, tendo acesso aos conhecimentos sobre o manejo e o uso da fauna e da flora, e fazendo uso desses conhecimentos, sem a permissão desses povos, para a produção de produtos com valor agregado. Há também casos de

empresas que utilizam pesquisadores locais que necessitam de apoio para a realização de seu trabalho como fonte de obtenção desse conhecimento e de material genético, visto que muitos pesquisadores brasileiros oferecem suas coleções de plantas, insetos e fungos para instituições no exterior, que por sua vez entregam essas espécies para empresas que usam o conhecimento e as espécies para a produção de medicamentos e/ou outros produtos comerciais (HATHAWAY, 2004 p. 2).

A biopirataria é um problema que assola o Brasil desde sempre, apesar disso o país se mostrou atrasado na elaboração de uma legislação efetiva contra a biopirataria. Para Maia & Ipiranga(2012) isso se deu devido à falta de valorização e de interesse social na diversidade biológica brasileira. Como dito anteriormente, a principal forma que a biopirataria se dá é através da compra de patentes ou outras formas de roubo de propriedades intelectuais. Visando mitigar isso, a Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996 foi criada. A lei em questão, conhecida como “lei das patentes”, tem como objetivo definir diretrizes mais rígidas para o reconhecimento e proteção das propriedades industriais (BRASIL,1996). A lei das patentes foi responsável por tornar o reconhecimento de patentes mais rígido e burocrático, além de estabelecer normas para resguardar propriedades já patenteadas. Apesar disso, a lei não impede que países detentores de tecnologia roubem a propriedade dos recursos de países mais pobres (MAIA; IPIRANGA, 2012).

Outro marco importante no combate à biopirataria no Brasil foi a promulgação da lei nº 13.123/2015, conhecida como “lei da biodiversidade”. Tal legislação tem como objetivo garantir a soberania nacional sobre o patrimônio genético do país, assim como o conhecimento associado a ele e ainda, assegura a repartição igualitária de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, buscando conciliar a proteção de recursos naturais com desenvolvimento sustentável e social, garantindo a conservação da biodiversidade brasileira, o respeito às comunidades tradicionais e a valorização do conhecimento tradicional associado à natureza (BRASIL, 2015).

Nos últimos anos a tecnologia vem desempenhando um papel crucial no combate à biopirataria. O avanço de tecnologias de monitoramento possibilitou a vigilância e detecção de atividades ilegais de forma mais eficaz, resultando no fortalecimento da proteção da biodiversidade e dos direitos das comunidades tradicionais. Além disso, a tecnologia de sequenciamento genético e bancos de dados genômicos auxiliam na identificação e rastreamento de espécies ameaçadas e na comprovação de casos de biopirataria. A digitalização de registros e documentos relacionados à propriedade intelectual também facilita a identificação de violações e agiliza a aplicação da lei.

Uma tecnologia que desempenha um importante papel no combate da biopirataria é o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen), implementado pela Portaria Nº 1, de 3 de outubro de 2017. O SisGen é um sistema eletrônico para auxiliar o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) na gestão do patrimônio genético e do

conhecimento tradicional associado, apresentando interface que possibilita ao usuário cadastrar acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado (MMA, 2020). O SisGen desempenha um papel primordial no combate à biopirataria, por meio do registro, transparência, fiscalização e aplicação da legislação. Ao promover a repartição justa de benefícios e proteger a biodiversidade brasileira, o sistema contribui para a preservação dos recursos genéticos e o desenvolvimento sustentável do país.

O principal objetivo da legislação é buscar a preservação da natureza, porém a mesma busca também fazer com que o indivíduo responsável, realize o reparo de forma proporcional ao dano causado, apesar disso, as penas estabelecidas para quem comete crimes ambientais são relativamente brandas não sendo suficiente para cobrir os danos causados na floresta. A biopirataria busca, de forma mais recorrente, o desenvolvimento de produtos que busquem sanar as exigências do mercado mundial, porém o lucro obtido não é dividido de forma igualitária nem com o país e nem com os povos que foram roubados, gerando não só um prejuízo econômico, mas também cultural e epistemológico (MAIA; IPIRANGA, 2012).

Os direitos de propriedade intelectual são, teoricamente, direitos de propriedade de produções da mente, e têm como intuito estimular e recompensar a criatividade intelectual. Porém, o conhecimento e a criatividade foram definidos de maneira que a criatividade e conhecimento advindos de regimes não ocidentais não são considerados (SHIVA, 2001 p. 31).

Para a autora Vandana Shiva (2001, p. 30-31), o conhecimento e criatividade nas ciências da vida devem possuir três níveis, nas palavras da mesma são eles:

- A criatividade inerente aos seres vivos, que lhes permite evoluir, recriar-se e regenerar-se.
- A criatividade de comunidades indígenas que desenvolveram sistemas de conhecimento para conservar e utilizar a rica diversidade biológica do nosso planeta.
- A criatividade dos cientistas modernos nos laboratórios de universidades ou grandes empresas, que descobrem maneiras de usar os seres vivos para gerar lucro.

Para a autora, o reconhecimento das diferentes formas de criatividade é essencial para a conservação da biodiversidade e da diversidade intelectual. Portanto, se os regimes de direitos de propriedade intelectual refletissem a diversidade das tradições de conhecimento, bem como as diferentes formas de criatividade, esse regime seria pluralista, levando a riqueza de permutações e combinações.

As conclusões acerca dos regimes de propriedade intelectual obtidas por Shiva tornam-se pertinentes no cenário brasileiro, a autora, em sua obra traz que:

Negando-se a criatividade da natureza e de outras culturas, mesmo quando esta criatividade é explorada para obter um ganho comercial, os DPI passam a ser outro nome para o roubo intelectual e a biopirataria. Ao mesmo tempo, a reivindicação pelo povo dos seus direitos habituais e coletivos ao conhecimento com os recursos transforma-se em "pirataria" e "roubo" (SHIVA, 2001 p. 32).

Levando em conta a grande diversidade de etnias de povos indígenas e outras comunidades tradicionais, que residem principalmente na floresta amazônica, observa-se que o debate acerca da biopirataria deve levar em conta não só o prejuízo econômico para as aldeias e comunidades, mas também a manutenção e o reconhecimento de suas visões epistemológicas e ontológicas. Porque não se trata apenas de comercializar elementos naturais da região amazônica, mas se trata também da subsistência das próprias populações originárias. São estas comunidades que desde tempos imemoriais fazem a extração de elementos da natureza com a finalidade religiosa, medicinal de uma forma sustentável. Existe neste contexto toda uma carga emocional, espiritual, vivencial e que pelo fenômeno da biopirataria não é respeitado.

É preciso também estar atento a certas políticas que muitas vezes tendem a perpetuar sistemas perversos de exploração ecológica.

Devemos estar atentos a certo ambientalismo político que esconde por trás de seus projetos uma atitude de permanente violação ecológica. Esse ambientalismo político quer uma harmonia entre sociedade e ambiente, mas não renuncia à atitude de saque do ambiente natural, desde que não afete o habitat humano. Perdura a visão antropocêntrica segundo a qual o ser humano pode e deve dominar a natureza; então, mais que uma harmonia permanente, quer-se na verdade, uma simples trégua, necessária para a natureza refazer-se das chagas e continuar em seguida a ser devastada. O que importa, hoje, é ultrapassar o paradigma da modernidade, expresso na vontade de poder sobre a natureza e os outros, e inaugurar uma nova aliança do ser humano com a natureza, aliança que os faz a ambos aliados no equilíbrio, na conservação, no desenvolvimento e na garantia de um destino e futuro comuns (BOFF, 2009, p. 27).

Enquanto estes mercenários da biopirataria estiverem à solta as populações originárias, suas tradições e as espécies da fauna e da flora amazônica estão em sério perigo.

4 IMPACTOS DA BIOPIRATARIA PARA AS COMUNIDADES INDÍGENAS

Os direitos dos indígenas sobre suas terras são reconhecidos legalmente desde o Brasil colonial. Os primeiros registros desse reconhecimento encontram-se na Carta Régia de 30 de julho 1609 e o Alvará de 1º de abril de 1680 que afirma que os indígenas são "primários e naturais senhores" de sua terra (CUNHA, 1994 p. 127). Constitucionalmente o direito do indígena é regulamentado pela lei nº 6001 de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre estatuto do "índio", o direito a permanência voluntária no seu habitat, o respeito aos seus valores culturais, religiosos e tradições bem como a

posse permanente das terras em que habitam é reconhecido, respectivamente pelos incisos V, VI e IX do artigo 2º:

- V - Garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso;
- VI - Respeitar, no processo de integração do índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes;
- IX - Garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes; (BRASIL, 1973)

Porém, apesar desses direitos serem reconhecidos desde o Brasil colonial, eles são sistematicamente desrespeitados. Um meio utilizado para burlar as leis impostas pelas constituições e que é utilizado até os dias de hoje é o não reconhecimento dos indígenas, pois ao negar a identidade indígena há o ofuscamento de sua existência, e como posto pela autora Manuela Carneiro da Cunha (1994): “E se não há índios, tampouco há direitos”.

Neste aspecto, é visualizado a degradação cultural dos povos originários do Brasil que se dá, também, devido ao descumprimento das leis e, onde, a exploração da natureza e dos conhecimentos empíricos das comunidades indígenas consequentemente provocam a erosão cultural destes povos e ao mesmo tempo causam interesse comercial mundial devido a sua ampla fonte de recurso natural renovável, porém visto como matéria prima e ainda servindo como alicerces da mestria dos povos originários tornando-se então um “recurso” a ser usufruído, é o que ressalta o autor Fábio Ferreira (2021) ao citar Frederico Arruda que escreve em “Ensaio sobre a importância das plantas potencialmente medicinais oriundas da Floresta Amazônica na composição de medicamentos processados pela indústria farmacêutica”:

[...] tão atraente quanto à diversidade da vida na Amazônia para os grandes laboratórios internacionais, são os conhecimentos tradicionais, que embora já não sejam os mesmos, devido à grande erosão cultural sofrida ao longo dos últimos anos, ainda são muito expressivos e determinantes quando se trata de economizar tempo e reduzir custos nas pesquisas científicas. (FERREIRA, 2021, p.4)

Desta forma torna-se evidente que os bens naturais Amazônicos estão à mercê dos exploradores e não é de hoje, assim como foi mencionado nos primeiros registros dos direitos dos indígenas na época do Brasil colônia, ainda se fazem pertinentes a sua legislação devido a expressiva perda de cultura.

Esta perda de cultura e consequentemente de benefícios dos povos indígenas é verificada ao serem tomadas atitudes ilegais dos extrativistas para com a natureza, uma vez que além da Amazônia, os indígenas também são explorados. Neste meio, entende-se que a aflição desses povos vai muito além do que se entende por exploração, o saber indígena a respeito dos conhecimentos do

ecossistema, da cadeia alimentar natural da vida, da caça, da diversidade Amazônica, da pesca e entre outros são bens imateriais aos quais os povos indígenas possuem entendimento e vivência a respeito e ao basear-se na dependência da floresta amazônica e do conhecimento de seu povo tornam-se dignos de um vasto saber.

Como dito anteriormente, um recurso utilizado pelos exploradores é o não reconhecimento da identidade indígena, um exemplo da utilização desse meio pode ser observado na comunidade indígena de Maró. A formação da terra indígena de Maró se deu através de um processo de autorreconhecimento indígena por comunidades de Nova Olinda, localizada no Oeste do Pará. As comunidades residem nesse local desde que, para escapar da repressão dos brancos, fugiram para a floresta, tendo que praticar seus rituais e tradições de forma velada e com o passar do tempo isso acarretou na perda de diversos costumes desses povos. Com o tempo, os habitantes dessas terras passaram a ser conhecidos, pejorativamente, como caboclos tendo sua identidade indígena apagada, portanto, vivendo como seres invisíveis, completamente desamparados pelo poder público (PEIXOTO; PEIXOTO, 2012 p. 176).

Sob a ameaça de serem expulsos de suas terras, a comunidade de Maró resolveu aderir o movimento indígena e se autorreconheceram como uma comunidade indígena, porém isso gerou descontentamento dos fazendeiros do Sul do Brasil, que receberam as terras de Nova Olinda como permuta pelas terras que haviam perdido no sul do Pará. Os fazendeiros, munidos de tecnologias, resolveram adentrar a floresta e demarcar suas terras, porém, diante disso, os indígenas resolveram agir e também demarcar suas terras. No conflito que se estabeleceu, os fazendeiros utilizaram-se de diversos meios de intimidação, como por exemplo a tortura, porém a comunidade indígena de Maró não desistiram da luta pelo reconhecimento de suas terras, pois para eles, “perder o território é desaparecer”.(PEIXOTO; PEIXOTO, 2012 p. 176-177)

Muitas comunidades, diferente da comunidade indígena de Maró, deixam-se intimidar pela invasão de suas terras que é legitimada pela violência e pela intimidação, sendo obrigados a se deslocarem de suas terras. As aldeias, são locais de práticas culturais e de tradições ancestrais, por isso quando um povo é obrigado, através da força, a sair desses locais, seu modo de vida é interrompido gerando desafios para a manutenção de sua identidade cultural e para a preservação de sua herança.

A biopirataria da biodiversidade gera diversas sequelas na natureza sendo a degradação ambiental um dos principais danos intrínsecos. Posto isso, “estima-se que aproximadamente 40% dos medicamentos disponíveis na medicina moderna foram desenvolvidos direta ou indiretamente de fontes naturais, sendo 25% de plantas, 13% de microorganismos e 2% de animais” (FERREIRA, 2021, p. 5). É visto que a abundância amazônica é fundamental para medicamentos, para o ramo

industrial e muitos outros, o que implica imediatamente no dia a dia da população transformando-se os cidadãos em subordinados da natureza devido a necessidade dos mesmos em utilizar o meio natural. Contudo, a exacerbada retirada dos recursos naturais desde os mais comuns até os mais valiosos e escassos remete à alteração dos bens naturais da terra. E, assim, os impactos humanos causados na natureza acarretam na degradação de diversas espécies.

Além disso, a degradação ambiental implica em sub-alterações no bioma que podem alterar nos mais diversos ciclos ecológicos devido à disfunção natural. Exemplo deste é a cadeia alimentar, onde a falta de algum alimento (espécie de planta) pode causar milhares de mortes de animais.

Em resumo, é visto que diversos crimes ambientais etnoraciais e econômicos remontam à colonização do Brasil, mas que perduram até os dias atuais ameaçando as espécies naturais apesar de termos fulcro na Constituição para o combate desses crimes. que assolam ainda os dias atuais que ameaçam as espécies naturais se trata de infrações na Constituição. Onde, além das citadas anteriormente, é visualizada a perda de soberania, ou seja, a perda de domínio próprio na tomada de decisão de determinado povo e/ou território. Sendo assim, verifica-se que a não aplicação da legislação coesa ao que tange a degradação ambiental e a perda de benefícios devido ao descumprimento das leis bem como a perda de soberania dos povos originários do Brasil são frutos de medidas ignoradas pelas autoridades e responsáveis na área. A perda de soberania resultante da biopirataria tem efeitos negativos duradouros para as comunidades indígenas, comprometendo sua autonomia, identidade cultural e sustentabilidade. Para combater essa perda, é fundamental fortalecer a proteção dos direitos dos povos indígenas, garantindo o reconhecimento legal e o respeito de suas culturas e tradições. Isso implica na implementação de leis e políticas que promovam a consulta prévia e o consentimento informado das comunidades indígenas, bem como a criação de mecanismos eficazes de proteção e fiscalização para combater a biopirataria. Ao salvaguardar a soberania das comunidades indígenas, estamos valorizando sua sabedoria ancestral e contribuindo para a preservação da diversidade cultural e ambiental do nosso planeta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com esta pesquisa que de fato a riqueza da biodiversidade brasileira é imensa. Sua fauna e flora, suas belezas naturais são um rico tesouro que está a disposição de todos e é um verdadeiro patrimônio nacional. No entanto, nota-se que toda essa riqueza segue ameaçada pelo comércio de espécies animais e vegetais. Este crime ambiental da biopirataria é um perigo não somente para a fauna e flora brasileira, mas também para as comunidades originárias indígenas que muitas vezes são exploradas no duro trabalho de extração destes recursos.

Não está em jogo somente o perigo de extinção de plantas e animais, está em risco também a subsistência cultural e epistêmica de povos originários que vivem destes elementos e cujos elementos dão sentido às suas realidades existenciais. Como é o caso, por exemplo, dos indígenas Paí Tavyterá na região noroeste do Paraguai que a muito tempo descobriram a riqueza do adoçante natural, ou seja, da planta Stevia. Segundo reportagem do Canal DW Documental disponível na plataforma Youtube, o comércio de Stevia tem se tornado um negócio multimilionário para as empresas que a comercializam. Porém, os Paí Tavyterá estão completamente excluídos do processo de distribuição dos lucros. Além disso, este povo vive em reservas indígenas rodeadas por propriedades de criação de gado ou de outras monoculturas que ameaçam de extinção a Stevia silvestre pois ocupam seus espaços naturais de crescimento.

Para proteger efetivamente as comunidades indígenas e suas epistemologias da biopirataria, é essencial que sejam implementadas medidas legais e políticas que de fato garantam o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas sobre seus conhecimentos e suas terras de origem, assim como a promoção do diálogo intercultural e do respeito mútuo entre as comunidades indígenas e a sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 maio de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 4 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, sobre a repartição de benefícios e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 maio de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm. Acesso em: 4 jul. 2023.

BOFF, Leonardo. *Ética da Vida: Nova Centralidade*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

COSTA, Ana Clara Giralde; MURATA, Afonso Takao. A problemática socioambiental nas Unidades de Conservação: conflitos e discursos pelo uso e acesso aos recursos naturais. *Sustentabilidade em Debate*, v. 6, n. 1, p. 86-100, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281122935_A_Problematica_Socioambiental_na_Unidades_de_Conservacao_conflitos_e_discursos_pelo_uso_e_acesso_aos_recursos_naturais. Acesso em: 05 de maio de 2023.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. *Reservas Extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade*. Encontro dos povos do Vale do Ribeira, 2001. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resex.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. *Estudos avançados*, v. 8, p. 121-136, 1994. Disponível em: scielo.br/j/ea/a/PTkcvwctL79NTcmSF3BT7C/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 5 jul. 2023.

DW DOCUMENTAL. *Biopiratas - El saqueo de recursos biológicos indígenas*. Youtube, 26 de jul. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jq2XZSJ4LnM>. Acesso em: 11 jul 2023.

ENRÍQUEZ, Gonzalo Enrique Vásquez. *Desafios Da Sustentabilidade Da Amazônia: Biodiversidades, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33536828.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2023.

FERREIRA, Fábio. Análise Da Biopirataria De Fitoterápicos Na Amazônia Brasileira. *Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente*, v. 2, n. 4, p. 1-7, 2021. Disponível em: <https://editoraime.com.br/revistas/index.php/rema/article/view/1634/312>. Acesso em: 10 jul. 2023

GUMIER-COSTA, Fabiano; MCGRATH, David Gibbs; PEZZUTI, Juarez Carlos Brito; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Parcerias institucionais e evolução do extrativismo de jaborandi na Floresta Nacional de Carajás, Pará, Brasil. *Sustentabilidade em Debate*, v. 7, n. 3, p. 91–111, 2016. Disponível: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/152674/1/Gumier.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

HATHAWAY, David. A biopirataria no Brasil. Academia. Disponível em: https://www.academia.edu/9639200/A_Biopirataria_no_Brasil. Acesso em: 10 de jul. 2023

MAIA, Daniel; IPIRANGA, Maria. Ludmilla. C. Legislação ambiental brasileira é omissa em relação à biopirataria. Consultor Jurídico, São Paulo, 22 ago. 2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-ago-22/legislacao-ambiental-brasileira-omissa-relacao-biopirataria>. Acesso em: 4 jul. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. Convenção sobre Diversidade Biológica. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/convencao-sobre-diversidade-biologica>. Acesso em: 11 jul 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). SisGen - Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/patrimonio-genetico/sisgen>. Acesso em: 4 jul. 2023.

PEIXOTO, Kércia Priscilla Figueiredo; PEIXOTO, Rodrigo. A luta territorial dos indígenas da Terra Maró. Somanlu - Revista de Estudos Amazônicos, v. 12, n. 2, p. 175–197, 2012.

POZZETTI, Valmir César; MENDES, Máryka Lucy da Silva. Biopirataria na Amazônia e a ausência de proteção jurídica. Revista Direito Ambiental e Sociedade, Caxias do Sul, v. 4, p. 209-234, dez. 2014.

ROCHA, Maria Célia Albino Da; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso de. Biodiversidade brasileira: biopirataria e a proteção dos conhecimentos tradicionais. Revista Direito UFMS, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/5484>. Acesso em: 6 jul. 2023



SANTOS, Gabriele. Como a biopirataria afeta as comunidades indígenas. LinkedIn, 2021. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/como-biopirataria-afeta-comunidades-ind%C3%ADgenas-gabriele-santos>. Acesso em: 10 jul. 2023

SEROTINI, André; VITOI, Rafaella Torres. Reflexões sobre a biopirataria no Brasil. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca, ISSN 1983-4225 – v.17, n.1, jun. 2022. Disponível em: <http://revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/1338>. Acesso em: 10 jul. 2023

SHIVA, Vandana. Biopirataria: A pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

VÁSQUEZ, Silvia Patricia Flores. et al. Etnobotânica De Plantas Medicinais Em Comunidades Ribeirinhas Do Município De Manacapuru, Amazonas, Brasil. v. 44, n. 4, p. 457–472, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/VygsxBjLYBdf8NcWBHGYF8Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jul. 2023.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E PENSAMENTO INDÍGENA: UMA PROPOSTA DECOLONIAL CONTEMPORÂNEA

  10.56238/costurandosaberes-004

Gabrielly Jacob Menezes

Lattes: 4157774443237990

Discente do Bacharelado em Engenharia Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Hugo Rodrigues da Silva

Lattes: 9421959144934721

Discente do Bacharelado em Engenharia Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Willians Prestes de Almeida

Discente do Bacharelado em Engenharia Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Ricardo Valim

Lattes: 3074004049762932

ORCID: 0000-0002-7790-6148

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Professor de filosofia Tecnologias do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia

RESUMO

Em essência, a filosofia busca se ocupar de questões importantes. Considera-se a filosofia como não alienada, mas arraigada em meios aos problemas do mundo. É preciso pensar filosoficamente a realidade a partir de conceitualizações amazônicas. A educação baseou-se durante muito tempo em modelos eurocêntricos que não consideram saberes outros. Neste contexto, a inserção do pensamento indígena em relação ao ser humano e a natureza se mostra como uma das contribuições para a educação no processo de decolonização epistêmica. Objetiva-se refletir sobre as epistemologias indígenas como problema filosófico no qual a própria filosofia da educação deve se ocupar. A metodologia configura-se como revisão bibliográfica. Os resultados da discussão apontam para a necessidade de refletir filosoficamente sobre a importância do pensamento literário indígena em um processo decolonial epistêmico. Conclui-se que um processo decolonial educativo passa pelo crivo da sabedoria indígena e pensado à luz da filosofia da educação, possibilita uma educação integral.

Palavras-chave: Filosofia, Educação, Pensamento indígena, Epistemologia, Decolonização.

1 INTRODUÇÃO

Os caminhos da filosofia e da educação sempre estiveram estreitamente ligados. Desde tempos imemoriais o ser humano se questiona sobre o cosmos circundante e procura de uma forma ou outra fazer a transmissão destes saberes para as novas gerações. Revisitar a história da humanidade é sempre importante para descobrir novos caminhos de sabedoria com os quais as pessoas foram se organizando para propiciar às novas gerações elementos educacionais para

aprimorar suas culturas.

Em locais, como por exemplo, Atenas clássica, se pensava em uma formação na qual se pretendia “[...] a formação de um elevado tipo de homem” (JAEGGER, 2003, p.7). Este fato é importante porque nos conduz a um caminho de entendimento no qual se compreende que “não viver numa cidade é, para um grego da época clássica, não viver politicamente (isto é, de maneira *civilizada*)” (WOLFF, 1999, p. 9). Sendo “o homem é um eterno insatisfeito. Ele quer a perfeição. Ele quer o absoluto. E sempre continua procurando” (SCHMITZ, 1984, p. 183). Mas afinal de contas o que este ser humano inquieto continua incessantemente a procurar? Certamente podemos considerar o aspecto do esclarecimento. De uma forma ou de outra é da natureza humana a busca pelo esclarecimento, seja para questões de ordem natural, seja para questões que demandam explicações sobrenaturais.

Desta forma, assim como é dito por Jonas Hans: Todo problema, em essência, é uma colisão entre uma visão ampla (seja uma hipótese ou uma fé) e um fato particular que com ela não se coaduna (HANS, 2004, p.19). Seguindo este pensamento, verifica-se que as inquietações a respeito de hesitações humanas para com o meio a qual se vive são, de fato, falhas sociais e educacionais presentes na política inadequada de ensino, posto isso é notório que a visibilidade de culturas tal como a indígena possui, ainda, um menor reconhecimento civil se comparado com acontecimentos europeus, por exemplo.

Na atual conjuntura social se faz urgência o incentivo a espaços que ajudem na maturação dos discentes como protagonistas do saber. Assim, pode-se começar um processo de decolonização em que é assumida uma nova postura de compreensão de que pensamentos outros também devem ser valorizados. E deste modo, formar cidadãos que são detentores do seu conhecimento tanto do ponto de vista social quanto cultural.

Na atualidade nota-se uma busca por revisitar as antigas tradições dos povos originários brasileiros, sobretudo, os indígenas. Seus saberes foram desconsiderados durante muito tempo por uma modernidade que considera e torna válidos apenas saberes de ordem eurocêntrica. Ou seja, conhecimentos que atendem uma determinada ordem estabelecida, métodos científicos rigorosos, que separa o ser humano da natureza.

O objetivo desta pesquisa é desenvolver um estudo que vise refletir sobre as epistemologias indígenas como problema filosófico no qual a própria filosofia da educação deve se ocupar.

O pensamento indígena brasileiro contemporâneo possui uma perspectiva epistêmico-normativa importante para o descentramento, relativamente à perspectiva europeia e, na verdade, de decolonização da mesma. E isso se verifica por meio de uma uma revisão de literatura que alicerçará o estudo, portanto, a pesquisa será de caráter bibliográfico.

Ao se fazer uma análise do estado da arte, nota-se o crescimento da produção literária indígena brasileira contemporânea. Autores como Ailton Krenak, Daniel Munduruku, Davi Kopenawa, Kaká Werá Jecupé (só para citar alguns) são nomes importantes neste cenário da produção literária intelectual brasileira. Além destes autores indígenas, podemos citar ainda intelectuais acadêmicos como o Prof. Dr. Leno Francisco Danner da Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR que através de seus estudos têm demonstrando a atualidade, pertinência, profundidade, beleza e riqueza destas tradições ancestrais para a sociedade de um modo geral e também para a filosofia.

2 RELAÇÃO ENTRE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

Filosofia é uma palavra grega (REALE, 2003, p. 3) que remete a um significado de amor ou amizade à sabedoria, ao saber. Sua aplicação pode-se dar a vários campos do conhecimento, em nosso caso a preocupação se centra no aspecto da educação enquanto tal. Sua origem está em contraposição ao pensamento mitológico que em sua raiz visava explicar a realidade a partir de elementos transcendentais a realidade como é o caso dos deuses, terras distantes e demais forças sobrenaturais e maravilhosas. Essas histórias e lendas contadas ao redor das fogueiras agora não mais preenchem o vazio de inquietações do ser humano. Afinal, como aponta o filósofo Aristóteles em sua metafísica, o ser humano tem o desejo de conhecer. Essa busca por desvendar os segredos do universo e explicar a realidade a partir de elementos racionais é que levou os filósofos da primeira hora como é o caso dos pré socráticos em sua arché. Estes pensadores procuravam encontrar a origem de todas as coisas.

Agora pensando a filosofia aplicada ao contexto da educação percebemos que o ser humano ainda é um constante inquieto em relação ao saber e que constantemente está em busca para alcançar a meta de explorar novos areópagos dos saberes. Essa busca pela verdade permite ao ser humano contemplar a realidade atentamente e a partir de elementos existentes na mesma possa criar espaços de reflexão e conteúdos pelos quais irá lançar mão de novas argumentações questionadoras. Mas para que isso aconteça é necessário estar suficientemente sensível e aberto aos sinais dos tempos presentes na realidade. Paulo Freire é um daqueles autores que por onde passam marcam história, não porque fazem grandes feitos, mas sim porque conseguem fazer o extraordinário no ordinário. Sua sensibilidade para com a realidade leva a pensar em mudanças que carecem de serem efetivadas:

Uma das primordiais tarefas da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta. É trabalhar a genuinidade desta luta e a possibilidade de mudar, vale dizer, é trabalhar contra a força da ideologia fatalista dominante, que estimula a imobilidade dos oprimidos e sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento dos dominadores. É defender uma prática docente em que o ensino rigoroso dos conteúdos jamais se faça de forma fria, mecânica e mentirosamente neutra (FREIRE, 2000, p. 22).

Quando se dá atenção a estas palavras de Paulo Freire inevitavelmente o pensamento corre em direção aos povos originários brasileiros, sobretudo, os indígenas. É notório que ao longo de todo o processo de constituição do Brasil enquanto povo e nação livre estes povos e sua carga de conceitos e sua sabedoria foi simplesmente silenciada. Porém, as novas gerações vem buscando conquistar espaços para através de suas vozes presentes nas mídias, na literatura, na arte para exporem suas próprias cosmovisões.

A filosofia em sua essência busca se ocupar de pensar questões que são importantes mas que no momento não é dada a devida atenção. Por sua vez, a filosofia da educação é um ramo da filosofia que como seu próprio nome anuncia é voltada para a questão da educação mesma. Segundo Paulo Ghiraldelli Junior (2006, p. 30):

A filosofia se ocupa do que é banal, propondo questões que, em geral, outros campos da atividade intelectual não só não elaboram como também desprezam, alegando que são perda de tempo ou “fora de propósito”. Pois bem, e a *filosofia da educação*? A filosofia da educação, por sua vez, se preocupa com a educação, levantando observações que os outros setores do campo educacional não acham pertinentes ou nos quais nem mesmo veem inteligibilidade. Podemos explicar isso considerando as separações entre o cientista, o religioso e o filósofo, tomando aqui o que cada um deles faz quando está envolvido com o ensino.

É, portanto, a filosofia da educação responsável por pensar questões referentes à educação de forma mais profunda sua percepção epistêmica e ontológica permite lançar mão de um novo olhar e compreender que sim, a educação deve passar por um processo transformador, porque sua natureza mesma é a transformação. Uma educação que não cumpre este papel em meio a sociedade não está existindo em plenitude, mas sim apenas servindo de massa de manobra para a política e grupos interessados.

O filósofo da educação, por sua vez, não despreza a atividade do religioso que lida com a educação e que quer, por meio dela, proporcionar aos jovens um sentido para a vida, dando uma significação (moral e teológica) para a própria educação. O filósofo da educação não faz pouco-caso do cientista da educação que procura explicar o funcionamento educacional de povos, grupos e indivíduos. Mas o filósofo da educação não fica nisso. Ele é especialista em criar um discurso a respeito da boa pedagogia; e esta, não raro, é a negação da pedagogia vigente de algum local ou tempo. O filósofo da educação é tão aborrecedor para os que se recusam a ver problemas na educação quanto o filósofo em geral o é para aqueles que odeiam questionar qualquer coisa. Mas o filósofo da educação não é inimigo do pedagogo. Ele é um bom amigo - ao menos do pedagogo inteligente (GHIRALDELLI, 2006, p. 31).

É o filósofo da educação responsável por se relacionar adequadamente e pacificamente com os mais variados setores educacionais para que de todos eles possa lançar mão de um diálogo crítico e construtivo que venha de fato a lançar mão de novas argumentações que visam o aprimoramento prático educativo. Suas inquietações filosóficas são indispensáveis para que a mudança no espaço

educacional possa de fato vir a acontecer. Sem essa percepção acaba-se por sempre considerar os mesmos elementos o que torna o progresso educacional inviável sem o apoio reflexivo que pensa o mesmo tema sempre por outras perspectivas.

O filósofo da educação cria um invólucro teórico para acolher sua pedagogia que, ele sabe, talvez seja irrealizável. Mas esse invólucro é para deixar todos com dúvidas a respeito do que estão fazendo e acreditam que é correto; é para tirar o tapete daqueles que agem sem discussão — como gostam os dogmáticos — ou com discussão demais, que não leva à mudança de rumo - como gostam os burocratas de 99% dos governos (GHIRALDELLI, 2006, p. 31).

A valorização de um espaço discursivo possibilita aos agentes relacionais um encontro de pensamentos e saberes que muito dificilmente seriam compreendidos fora do espaço dialógico.

Aquele que se propõe a refletir sobre os caminhos educacionais deve minimamente se permitir por via de sua sensibilidade ler os sinais dos tempos presentes na natureza humana que muitas vezes clama por entendimento. E esse entendimento pode estar relacionado a qualquer tipo de temática, basta apenas que o ser humano se coloque em um movimento de dúvida que imediatamente surge a necessidade de sanar a mesma.

Neste sentido é indispensável uma reflexão sobre nossa própria identidade histórica enquanto constituição de povo aqui nas américas. Até porque com a conquista do Novo Mundo em 1492, com a descoberta do Brasil em 1500, houve um fluxo contínuo de europeus que trouxeram consigo a invisibilização e subalternização do outro. Esse movimento se refere ao aspecto do modo como o colonizador vê o colonizado, vendo-o como aquele que não tem nada em comum, sem qualquer possibilidade de similaridade.

Aportou em nossas praias também o sistema capitalista que até então era completamente desconhecido pelas populações indígenas locais. É preciso destacar ainda que o fenômeno da Modernidade (passagem do mundo feudal para o mundo capitalista séc. XV ao XVIII na Europa) não pode existir sem a colonialidade. Por isso é necessário fazer essa relação entre a modernidade e os processos coloniais que levaram ao longo do tempo a uma mobilização mercantilista em todas as terras conquistadas. Mercantilização essa que não foi somente de matérias primas, mas também de corpos, de mentes e de corações que já pulsava a muito tempo por essas paragens.

Com o processo colonial se instituiu nas américas uma nova forma de organização do mundo, organização essa que atingiu todas as esferas da vida humana. Incluindo uma nova forma de constituição dos saberes, da linguagem, da memória e dos imaginários de todos aqueles que fizeram parte desse processo histórico. Nota-se, que o empreendimento colonial, por sua vez, se tornou com o tempo uma espécie de legitimadora de certos saberes. Todos os conhecimentos que não provenientes do velho continente se tornam então apenas, superstição, mitologia e selvageria. Não

há, portanto, neste contexto histórico a possibilidade de consideração por outras cosmovisões e cosmopolíticas que não aquelas tradicionalmente instituídas pela religião e pelos poderes das realezas envolvidas nos processos coloniais.

Estes povos que aqui habitavam foram simplesmente catequizados e classificados, hierarquizados. E isso acontece porque no desenvolvimento da ideia de Estado-Nação que é uma criação moderna se estabelece que em um mesmo território devem habitar pessoas que possuem um mesmo credo, com mesmo sangue, mesmo passado histórico comum.

Neste contexto é que os povos originários foram excluídos. Reflexo disso está no fato de nada estudarmos sobre seu passado pré 1500. Sua própria identidade foi desconsiderada e identificada a partir de elementos que não pertenciam a sua realidade, mas sim segundo a compreensão européia. A este respeito podemos então concordar com Ailton Krenak (2015, p. 239) quando afirma que:

E o outro desconforto era me identificar como índio, porque índio é um erro de português, plagiando Oswald, que disse que, quando o português chegou no Brasil, estava uma baita chuva, aí ele vestiu o índio, mas, se estivesse num dia de sol, o índio teria vestido o português, e estaria todo mundo andando pelado por aí. Isso continua valendo até hoje, e eu atualizei dizendo que o índio é um equívoco do português, não um erro, porque o português saiu para ir para a Índia. Mas ele perdeu a pista e veio bater aqui nas terras tropicais de Pindorama, viu os transeuntes da praia e acabou carimbando de índios. *Aquele carimbo errado, equivoco, ficou valendo para o resto das nossas relações até hoje*, e a resposta para uma pergunta tão direta e simples poderia ser tão direta e simples quanto. Quando foi que eu atinei que eu tinha que fazer essas coisas que ando fazendo nos últimos 50 anos da minha vida, que é quase que repetir o mesmo mantra, dizendo para esse outro: ‘ô, cara, essa figura que você está vendo no espelho não sou eu não, é você, esse espelhinho que você está me vendendo não sou eu, isso é um equívoco!’? E saí do sentimento para a prática na pista dos meus parentes mais velhos do que eu, que estavam sendo despachados da zona rural para as periferias miseráveis do Brasil, o que acontece em qualquer canto, no Norte, no Sul, em qualquer lugar.

A voz-práxis literária de Ailton Krenak (2015) revela um movimento que conduz para uma percepção de um desconforto histórico causado justamente por um equívoco que é fonte geradora de uma crise identitária. No entanto, vemos a apropriação dessa temática como fonte e possibilidade educativa para o debate público, e é justamente o elemento chave de sua jornada. Não se trata de uma jornada estéril, e sim de um caminhar para a transformação de consciência que é necessária para a superação de velhos sistemas que perpetuam e marginalizam uma multiplicidade de culturas e dentro delas as próprias culturas nativas brasileiras.

Essa jornada de Ailton Krenak revela ainda algo muito peculiar do pensamento filosófico indígena brasileiro contemporâneo que é a busca por uma releitura do fenômeno da modernidade e do diálogo com a mesma. Essa releitura é fundamental porque agora aquele outro da modernidade que estava invisibilizado toma posse de seu lugar de fala e abre para o mundo uma gama de conhecimentos que até então não eram legitimados pela pretensa universalização eurocêntrica.

Essa abertura acontece principalmente pela dinâmica literária, meios de comunicação e demais artifícios tecnológicos pelos quais os povos indígenas brasileiros contemporâneos têm se apropriado com a finalidade de demarcar novos espaços para a propagação de suas epistemologias.

Segundo Kaká Werá Jecupé (2001, p. 95) ao relatar a imagem que se tem dos indígenas:

O índio foi imaginado pela mente ocidental do século XVI como uma cultura sem rei, sem fé, sem lei – assim registraram alguns escritos da época. No século XX, a sociedade brasileira de maneira geral chama de índio o sujeito violento, bárbaro ou o miserável que mora em casas improvisadas. Chama de índio também os representantes das etnias que ainda vivem dentro da proteção de um ecossistema, como o amazônico ou o mato-grossense. Costuma qualificar o índio pela aparência (preferencialmente nua e pintada), pelo exotismo e, sobretudo pela dificuldade de comunicação com a sociedade vigente.

Novamente vemos uma série de elementos que acabam por rotular os indígenas como se sua existência fosse apenas restrita e configurada por estes dizeres que a sociedade faz por sobre as populações indígenas.

Educar também passa pela esfera de compreender historicamente e filosoficamente a história e até mesmo aos poucos ir ressignificando essa mesma história como forma de superar elementos colonialistas ainda presentes em nossa sociedade. Faz-se necessário descolonizar corações e mentes a partir da educação para que haja de fato a formação de um novo ser humano capaz de construir uma nova sociedade cada vez mais aberta para a diversidade epistêmica.

3 UMA FILOSOFIA AMAZÔNICA DA EDUCAÇÃO

Se considerarmos que a filosofia não é alienada a realidade mas sim encarnada em meio aos problemas do mundo, logo faz sentido pensarmos a filosofia como elemento chave fruto de uma realidade amazônica. Neste caso se propõe pensar a realidade a partir de conceituações próprias amazônicas. Não se trata de instaurar extremismos nos quais podem vir a entender que se faz necessário pensar a organização mundial a partir da Amazônia. Não, não é este o foco. Mas sim, elaborar uma linha dialógica que valorize essa multiplicidade epistêmica e ontológica presentes neste cosmos amazônico.

Se for considerada a Amazônia como lugar de fala, como sendo um espaço onde cada sujeito pode exercer sua autonomia e autoria do próprio pensamento refletindo sobre aspectos mais profundos da sociedade em que reside é necessário que haja um engajamento como verdadeiro protagonista. Exemplo disso, é a análise que Márcia Mura (2016, p. 23) faz sobre a realidade amazônica contemporânea:

Essa Amazônia urbana, que constrói uma cartografia oficial em cima de territórios indígenas e invisibiliza a presença indígena na cidade, que ainda em nossos dias demole os modos de

vida amazônicas para em cima construir novos espaços e modos de vida do dito modelo de desenvolvimento, que representa a desestruturação e morte para quem vive ou vivia dentro de seu próprio modo sustentável e apesar de toda política desenvolvimentista e embranquecedora, antigos e novos espaços de cultura local se mantêm como resistência.

Sua reflexão faz o resgate de detalhes que podem passar despercebidos à primeira vista de quem não está habituado a fazer uma análise mais aprofundada do teor das relações cotidianas que existem na Amazônia. Márcia Mura (2016) conduz seu leitor a compreender a existência de uma realidade que foi ao longo do tempo soterrada pela avalanche cultural e epistêmica com a promessa de um desenvolvimento sem paralelos. Na verdade, essas promessas oportunizaram epistemicídio. No entanto, nota-se uma resistência por parte dos povos originários indígenas brasileiros contemporâneos que a muito custo vem se mantendo diante do embranquecimento desenvolvimentista.

Márcia Mura, de seu lugar de fala, lança mão de sua voz-práxis para fazer uma crítica contundente perante a vivência contemporânea amazônica. E sua crítica está profundamente ligada à realidade na qual cada sujeito em sociedade. Também é uma espécie de chamada à responsabilidade porque cada sujeito nessa realidade amazônica de forma direta ou indireta pode acabar por contribuir com a perpetuação ou não deste modelo desenvolvimentista e epistemicida.

A questão indígena em nosso país ainda enfrenta dificuldades. De fato houveram muitos avanços para a emancipação desses povos e o resguardo normativo de sua dignidade humana e seus direitos de vivências tradicionais. Infelizmente ainda existem concepções sobre estes povos que ainda são retrógradas e não oferecem outra coisa senão críticas sem fundamento porque se pautam em falácias ou modos de pensar herdados dos tempos coloniais. Mitos se espalham como rastilho de pólvora quando simplesmente não consideramos os povos originários como capazes de gerir suas próprias existências. É como se ainda estivesse incutido dentro de nós um espírito paternalista que não valoriza a essência e cultura desses povos. Nossas vãs concepções estão ainda muito aquém do que realmente importa que é justamente uma mudança radical de corações e mentes.

Felizmente em nossa atual conjuntura social, mesmo que “aos trancos e barrancos”, temos buscado o desenvolvimento de uma consciência crítica por sobre a questão indígena em várias frentes. Muitas delas atreladas à educação, saúde, direito, filosofia, ciências e tantas outras. E por falar em filosofia é necessário considerar o fato de que a sabedoria ocidental se colocou ao longo do tempo e sobretudo com o advento da modernidade como referencial epistêmico e normativo para todo o mundo. Podemos concordar com José Benedito de Almeida Júnior (2018, p. 116-117) quando afirma que:

Uma das características da filosofia ocidental, especialmente européia e norte-americana, é supor que seus valores culturais representam o ápice do desenvolvimento do espírito humano e que, portanto, possuem um caráter universal, ao passo que as outras manifestações culturais são caracterizadas por alguma carência, por isso, em sua apresentação devem ser hifenizadas como africanas, latino-americanas, ameríndias etc.

Esse desenvolvimento reflexivo é de suma importância porque estimula novas formas de pensar sobre estes nichos sociais. O olhar crítico indígena permite a formulação de novas possibilidades de organização de uma forma harmônica, participativa e de fato que venha a tornar o discurso mais amplo do que o tradicionalmente proposto.

No passado os povos originários sobretudo com o advento da constituição e antes ainda com o movimento indígena brasileiro se ocuparam de questões ambientais, das demarcações de terras e da dignidade da pessoa humana. Esse fato possibilitou que os povos originários conquistassem e fossem peças fundamentais na formulação da Constituição Federal de 1988.

A grande preocupação das novas gerações dos povos originários reside na demarcação de novos espaços para que ali possam manifestar seus conhecimentos e também revelar seus pensamentos e opiniões sobre os mais variados temas, além é claro dos temas tradicionalmente discutidos, como as questões ambientais. Esse fato mostra que os povos originários têm se adaptado a cada geração buscando resguardar e avançar em seus direitos enquanto povos que antecedem a ideia de Estado.

Para os indígenas, a terra é um ser vivo, um ente próximo, a quem se pode chamar de mãe e de irmã, e essa ligação é de fundamental importância para resgatar na sociedade a ideia de integração do ser humano com o meio natural, diferente do pensamento impetrado atualmente de “recurso natural”, que atribui valor econômico à natureza, nos separando do meio e colocando-nos na posição de meros exploradores, como se não integrassem e sofressem as consequências dessa exploração.

No contexto da educação, a inserção desse pensamento indígena sobre o ser humano e a natureza como dom e não como objeto a ser explorado e vendido, se mostra como uma das contribuições mais relevantes dos indígenas para a sociedade brasileira de não indígenas, principalmente neste momento que há uma urgente necessidade de novas alternativas em relação ao desenvolvimento, pois a natureza é um patrimônio de todos, que une as gerações passadas às presentes e futuras. E para o enfrentamento da situação atual é necessário que de fato haja:

As relações têm de estar assentadas em bases de reciprocidade, em que uma parte adquire significados específicos, sem perder a característica central de igualdade entre sujeitos diferenciados. Por outro lado, num tipo de sociedade que se estrutura por uma atividade econômica de exploração dos recursos naturais e de recursos humanos, sem considerar os aspectos ecológicos e simbólicos, compreender a natureza como um sujeito igual requer uma mudança de mentalidade e de modo de vida (SILVA, 2002, p. 28).

De marginalizados a protagonistas de novos saberes, essa é a realidade em que se encontram os povos indígenas. Durante muito tempo seus saberes foram limitados segundo uma configuração de saberes que pertencia a uma outra dinâmica existencial, a saber o pensamento eurocêntrico que em sua vã concepção pretende abarcar e determinar todos os saberes. Aliás, saberes aqui entendidos segundo seus parâmetros estabelecidos. Criou-se uma cultura que afetou não somente os corpos, mas as mentes de milhões de pessoas em todo o mundo de uma forma drástica a eliminar sistematicamente outras expressões de saberes. Quando se elimina outros saberes se extingue também outras formas de conceber o mundo na sua integralidade gerando assim um empobrecimento cultural. Muitas vezes nos compadecemos por sobre espécies animais extintas, mas quem se compadece pelo epistemicídio operado ao longo de séculos pelos valentes desbravadores em terras até então desconhecidas.

Esse sistema perverso, mercantilista e excludente que nega a existência da essência do outro porque justamente nega suas formas de manifestação de sua identidade cultural deve deixar de existir. Os males que tal mentalidade provocam são indescritíveis em palavras humanas, porque talvez não existam palavras suficientes para dizer o que é de fato o racismo, a xenofobia e, em um grau mais acentuado, o próprio terrorismo. Balbucia-se e especula-se superficialidades quando na verdade a essência do problema transcende as meras especulações razas.

Contudo, muitos são os brancos que continuam ignorando nossas palavras. Mesmo que elas cheguem aos seus ouvidos, seu pensamento continua fechado. Seus filhos e netos talvez as escutem um dia. Então pensarão que são palavras de verdade, claras e direitas. Perceberão como é bela a floresta e entenderão que seus habitantes querem viver nela como seus ancestrais antes deles. Irão se dar conta do fato de que não foram os brancos que a criaram, nem ela nem seus habitantes, e que, uma vez destruídos, seus governos não poderão fazer com que voltem à existência. Se, por fim, os brancos ficassem mais sensatos, meu pensamento poderia recuperar a calma e a alegria. Eu diria a mim mesmo: “Que bom! Os brancos acabaram ganhando sabedoria. Eles começam a ter amizade pela floresta, pelos humanos e pelos xapiri”. Minhas viagens acabariam. Eu já teria passado tempo demais longe de casa a discursar para eles e a encher suas peles de papel com o desenho de minhas palavras. Passaria a visitar a terra dos brancos só de vez em quando. Diria então a meus amigos de lá: “Parem de me convidar tanto! Quero me tornar espírito e continuar estudando com os xapiri. Só quero adquirir mais conhecimento!”. Então eu me esconderia na floresta com os xamãs mais antigos, para beber o pó de yãkoana até ficar bem magro e esquecer a cidade. (KOPENAWA, 2015, p. 486-487).

Essa perspectiva esperançosa de Davi Kopenawa Yanomami leva-nos a outro patamar de reflexão em que demonstra consciência de uma humanidade que ainda não está pronta para de fato conhecer a verdade em suas profundidades, mas que possivelmente, um dia a encontrará e a partir deste encontro mudanças virão na perspectiva de mudanças de paradigmas. Essas mudanças são necessárias para evitar incorrer em erros como os já perpetrados ao longo da história da humanidade. Não dá mais para simplesmente manter estruturas que em sua dinâmica passivamente permitem o avanço das inconsistências excludentes e falaciosas.

É interessante observar a capacidade de resiliência que os povos indígenas possuem de se apropriar de outras ferramentas que não fazem parte de seu repertório original para difundir suas culturas, bem como encontrar espaço dialógico.

As minorias político-culturais têm de fundamentar, dinamizar e aplicar sua voz-práxis por meio da utilização de um paradigma epistemológico-político extemporâneo, alienígena em relação a elas, recusando sua mais básica constituição antropológico-ontológica, sociocultural e epistemológico-política, e abandonando sua singularidade como condição do sentido objetivo e da validade intersubjetiva de suas reivindicações. (DANNER, L.; DANNER, F.; DORRICO, J. 2020, p. 373).

Esse desprendimento revela uma abertura para o diálogo com base na necessidade mesma de manter sua posição frente aos desafios que se impõe. Nesta mesma perspectiva é que encontra-se o uso da literatura como forma de manifestação da voz-práxis que visa a perpetuação dos saberes dos povos indígenas brasileiros contemporâneos.

4 LITERATURA INDÍGENA COMO FONTE EPISTÊMICA E ONTOLÓGICA

Ao se falar de literatura indígena brasileira contemporânea é preciso entender que ela é um fenômeno recente em nosso país, o que não significa que sua densidade de significados e sua importância na história de nosso país esteja em descrédito pela sua breve existência.

A literatura indígena contemporânea é uma expressão artística enunciada pelos próprios indígenas, que se desenvolve com intensidade a partir da década de 1990 no Brasil. Tal enunciação caracteriza-se na apropriação de ferramentas como a escrita alfabética em língua portuguesa, a literatura e as mídias sociais, conjugando-as à língua materna, à oralidade e aos saberes ancestrais próprios aos povos indígenas. A produção material dos escritores indígenas, em caráter coletivo ou individual, ressignificada graças às suas especificidades culturais, portanto, caracteriza o consenso em torno desta expressão emergente e de matriz extraocidental. (DANNER, L; DORRICO, J.; DANNER, F. 2018, p. 257).

A literatura indígena brasileira contemporânea possibilita aos que dela usufruem um campo para a reflexão por sobre tradições cujas origens se perdem no tempo. Porém, não são apenas produções que se remetem exclusivamente ao passado, mas sim estão profundamente ligadas à dinâmica atual da sociedade. Suas memórias, sua poética, as imagens ancestrais, a cosmovisão e até mesmo sua cosmopolítica são elementos chave importantes para o entendimento da realidade a partir de uma fonte epistêmica plural. Essa diversidade permite também a existência de uma pluralidade de ontologias que irradiam a beleza da vida presente nas artes e no cotidiano das pessoas.

A literatura indígena, por exemplo, traz em sua narrativa a valorização da ancestralidade por meio da criação e da memória/histórias antigas e ancestrais, mas também a denúncia das violações contra os povos indígenas, ora de modo mais explícito, ora mais elíptico. De igual maneira, as artes plásticas e os veículos de comunicação gerenciados pelos próprios indígenas assumem um cunho e uma orientação diretamente promotores e fomentadores da condição e

da causa indígenas, a fim de divulgar as culturas indígenas e o histórico opressivo sobre suas vidas e modos de viver, ontem e hoje. (DANNER, L; DORRICO, J.; DANNER, F. 2018, p. 254).

Essa mesma literatura com sua poética e sua voz-práxis abrem novos espaços de saberes. Esse fator é importante porque revela uma perspectiva de saberes outros que desvelam novas cosmovisões, cosmopolíticas para uma atuação frente os desafios que se impõe a contemporaneidade. Segundo José Benedito de Almeida Júnior (2018, p.117) ao refletir sobre os aspectos que compõem a tradição filosófica ocidental diz que:

A tradição filosófica ocidental, apesar de suas divergências, não tem dúvidas de afirmar sua superioridade ontológica em relação às outras experiências culturais e isso se configura em formas de epistemicídio, uma vez que outras formas de conhecimento do mundo são classificadas como primitivas ou arcaicas e, portanto, inferiores ontológica e epistemologicamente.

Davi Kopenawa (2015) é o retrato vivo dos intelectuais indígenas brasileiros contemporâneos. Seus escritos estão permeados de uma sabedoria que provém de uma fonte que transcende o espaço e o tempo e se ancora nas crenças Yanomami mais profundas. Essa tradição que confere sentido aos pertencentes a cultura Yanomami agora pode ser compartilhada com outros tantos que não fazem parte daquele núcleo epistêmico graças ao trabalho de Bruce Albert.

O conteúdo esboçado dentro da obra visa mais do que somente uma viagem pela cosmovisão Yanomami, mas também são páginas de encontros de cosmovisões onde se pode acessar uma cultura que até então não pode dizer por ela mesma a sua própria definição.

O leitor também pode fazer uma experiência mística e filosófica no caminho em busca por sabedoria através dos relatos do autor que soam muitas vezes como um convite para o aprofundamento da compreensão deste universo.

Durante todo o percurso da obra é possível identificar os elementos da cultura Yanomami presentes no escrito, é como se autor e tradição não pudessem em hipótese alguma se separarem. Esse fato é importante porque reflete um pouco de como funciona a racionalidade indígena brasileira contemporânea que não consegue ou minimamente entende que não pode separar suas origens da obra composta.

A obra *A Queda do Céu* é um convite para uma virada epistêmica na medida em que estimula a todo aquele que trilhar o caminho de suas páginas que o pensamento indígena Yanomami se situa em uma outra esfera que não a ocidental. A floresta nesta perspectiva não é um recurso material ou natural. É mais do que isso porque se situa para além de meras compreensões mercantilistas. Davi Kopenawa visa uma aproximação consciente dos seres humanos destes espaços naturais como forma de entender uma dinâmica que não a capitalista predatória que muitas vezes temos destes espaços que

são sagrados para as culturas ancestrais. Neste sentido Davi Kopenawa (2015) quer levar os seres humanos brancos a uma compreensão mais profunda onde possam eles entender a dinâmica espiritual da floresta:

Quero fazê-los escutar a voz dos xapiri, que ali brincam sem parar, dançando sobre seus espelhos resplandecentes. Quem sabe assim eles queiram defendê-la conosco? Quero também que os filhos e filhas deles entendam nossas palavras e fiquem amigos dos nossos, para que não cresçam na ignorância. Porque se a floresta for completamente devastada, nunca mais vai nascer outra. Descendo desses habitantes da terra das nascentes dos rios, filhos e genros de Omama. São as palavras dele, e as dos xapiri, surgidas no tempo do sonho, que desejo oferecer aqui aos brancos. Nossos antepassados as possuíam desde o primeiro tempo. Depois, quando chegou a minha vez de me tornar xamã, a imagem de Omama as colocou em meu peito. Desde então, meu pensamento vai de uma para outra, em todas as direções; elas aumentam em mim sem fim. Assim é. Meu único professor foi Omama. São as palavras dele, vindas dos meus maiores, que me tornaram mais inteligente. Minhas palavras não têm outra origem. As dos brancos são bem diferentes. Eles são engenhosos, é verdade, mas carecem muito de sabedoria. (KOPENAWA, 2015, p. 65).

É interessante a humildade de Davi Kopenawa ao colocar a disposição para o ensino das coisas mais elevadas e sagradas de povo para os brancos. Este fator é importante porque revela uma importante abertura para o diálogo que pode com sucesso produzir bons frutos refletidos na paz e preservação tanto dos costumes antigos como também da proteção ambiental mesma. Davi Kopenawa fala dessas coisas porque é um homem que conhece suas origens e sobretudo seu lugar de fala e por isso mesmo possui autoridade suficiente para se posicionar frente às mudanças agressivas pelas quais tende a passar nossa sociedade. A voz do ator é uma voz que clama para que a humanidade volte às suas origens mais profundas como forma de reconhecer e preservar os valores presentes em nossa natureza.

É preciso sempre trazer a mente de forma consciente que dentro da espiritualidade dos povos originários a natureza é fruto da criação das divindades ancestrais que através de sua sabedoria infinita soube criar tudo que existe inclusive os ritos e costumes de cada povo, portanto, nada é por acaso em meio a natureza, mas tudo está repleto de sentido. Pois, segundo Davi Kopenawa foi:

Omama tinha muita sabedoria. Ele soube criar a floresta, as montanhas e os rios, o céu e o sol, a noite, a lua e as estrelas. Foi ele que, no primeiro tempo, nos deu a existência estabeleceu nossos costumes. Ele também era muito bonito. (KOPENAWA, 2015, p. 70).

A compreensão da realidade é fundamental para um povo como é o caso dos Yanomami. Como o sentido de sua existência está estritamente arraigado a dinâmica do cosmos circundante é compreensível o fato do encontro com a sabedoria que está nestes vastos espaços naturais. Se de fato tudo foi criado com e pela força da sabedoria de Omama, logo nada mais natural do que estarmos sendo beneficiados com a possibilidade de obter toda essa sabedoria que emana de tudo que existe.

A sabedoria proveniente de Omama colocou no seu devido lugar segundo sua vontade e inteligência. É interessante, por exemplo, observar e considerar o argumento do Yanomami referente a forma como une perfeitamente a tradição de seu povo para explicar a explosão demográfica no mundo e o como ela afeta de forma direta as comunidades originárias vivem:

Omama depositou a espuma com a qual criou os antigos brancos muito longe de nossa floresta. Deu-lhes uma outra terra, distante, para nos proteger de sua falta de sabedoria. Mas eles copularam sem parar e tiveram mais e mais filhos. Então, foram tomados de euforia, fabricando um sem-número de mercadorias e máquinas. E acabaram achando sua própria terra apertada. Ainda guardavam de seus avós antigas palavras acerca dos habitantes de Hayowari e sua floresta. Então declararam a seus filhos: “Existe, bem longe, uma outra terra, muito bonita, onde há muito tempo Omama criou os nossos antepassados. Os habitantes da floresta dos quais se originaram ainda vivem lá. Não são outra gente diferente de nós!”. Tais palavras devem ter se espalhado entre os brancos de antigamente, já que acabaram atravessando o grande lago que os separava de nós. Navegaram nele durante várias luas, em grandes canoas. Escaparam do vendaval e dos seres maléficos que povoam o centro dessas águas. E, por fim, conseguiram retornar a esta terra do Brasil. (KOPENAWA, 2015, p. 252).

Essa fala de Davi é importante porque aponta para um fator determinante para descolonizar o pensamento. Autores como Davi Kopenawa vem buscando cada vez mais contar a sua versão da história de seu país.

Durante muito tempo nossa educação se pautou em modelos eurocentrismo que por causa de sua capacidade auto referencialista simplesmente negou os demais saberes presentes na realidade. Foi praticamente impossível para os povos originários poderem se expressar. Porém, desde os anos 70 os povos originários vêm conquistando não somente espaços físicos, mas também espaços virtuais onde eles mesmos a seu modo podem contar suas histórias ou melhor dizendo suas versões históricas de um Brasil que ainda não conhecíamos.

Como todo ser humano Davi Kopenawa para pôr um amadurecimento enquanto ser humano em sua trajetória. Grandes líderes não nascem prontos, eles vão sendo preparados ou vão se preparando ao longo do tempo por esforço próprio ou por influências externas.

Todas essas viagens por nossa floresta e pelas cidades acabaram fazendo com que eu entendesse melhor o que estava ocorrendo com a nossa terra. Graças a essa experiência, pouco a pouco, fui me tornando adulto e ganhando sabedoria. Foi por causa dessas viagens que comecei a pensar: “Você deve proteger sua gente! Precisa defender a floresta!”. Antes disso, eu não passava de uma criança e estava muito longe de pensar direito! (KOPENAWA, 2015, p. 319-320).

Este processo evolutivo na trajetória do autor lhe permitiu não somente um amadurecimento, mas sobretudo, ter uma noção real dos problemas pelos quais passava seu povo e os demais seres humanos. Davi com o passar do tempo pode perceber que a degradação do meio ambiente que está

ocorrendo, ocorre por ação direta do ser humano que tomando posse e não contentes com o que é seu agora buscam se apossar de mais e mais terras.

A floresta deles foi picotada por todos os lados. Esses pensamentos me deixavam triste. Dizia a mim mesmo: “Os brancos não possuem sabedoria nenhuma. Dizem que o Brasil é muito grande. Então, por que ficam vindo de todas as partes para ocupar nossa floresta e devastá-la? Cada um deles não tem sua própria terra, onde sua mãe o fez nascer?”. Pensava também, com tristeza, em nossos antigos, que desde a infância eu tinha visto serem devorados um a um pelas epidemias, e em todos os nossos que não tinham parado de morrer desde a abertura da estrada. (KOPENAWA, 2015, p. 325).

Neste caminho de Davi Kopenawa está sempre presente, o que o autor considera como sabedoria de seu povo e suas tradições em oposição, a não sabedoria dos brancos. Por devastar a floresta e transformar os rios em lamaçais na perspectiva do Yanomami não existe sabedoria alguma nisso.

Nas tradições indígenas todos os membros pertencentes a uma determinada comunidade são responsáveis pela formação das novas gerações. É a comunidade que confere identidade ao indivíduo e não o contrário como vemos nas sociedades ocidentais. Desse modo é compreensível quando Davi Kopenawa expõe a influência de seu próprio sogro devido a sua experiência de vida como Xamã:

Meu sogro não viajou tão longe quanto eu na terra dos brancos. No entanto, é um xamã antigo e seus espíritos já conhecem todas essas coisas. Quando conto a ele minhas viagens, declara apenas: “Você diz palavras verdadeiras! O pensamento dos brancos é cheio de ignorância. Eles não param de devastar a terra em que vivem e de transformar as águas que bebem em lodaçal!”. Foi ele quem me deu sabedoria, me propiciando contemplar o que os xapiri veem. Costumava me chamar e dizer: “Venha cá! Vou alargar seu pensamento. Você não deve envelhecer sem se tornar um verdadeiro homem espírito. Senão, jamais poderá ver a imagem da floresta com os olhos dos xapiri!”. Então, eu me agachava e bebia yãkoana com ele durante um longo tempo. Aos poucos, meus olhos morriam sob a potência de seu pó. Era assim que, depois de eu ter virado fantasma, os espíritos de meu sogro me carregavam até o peito do céu. Voavam em alta velocidade com minha imagem e meu sopro vital. Minha pele permanecia no chão da casa, enquanto meu interior atravessava as alturas. Então, de repente, eu era capaz de ver do mesmo modo que os xapiri e, assim, tudo se esclarecia. Eu via, de um lado, a beleza de nossa floresta e, do outro, a terra dos brancos, devastada e coberta de desenhos e recortes, como uma velha pele de papel rasgada. (KOPENAWA, 2015, p. 328-329).

Esse processo de busca pela sabedoria que aos olhos do pensamento ocidental apenas representa um ritualismo primitivo na verdade é o modo de encontro com a sabedoria e com as verdades mais profundas que somente aqueles abertos a essa busca podem acessar. Davi Kopenawa de forma categórica aponta para os elementos constitutivos de sua formação humana e espiritual que se deram por via sensorial:

Eu não aprendi a pensar as coisas da floresta fixando os olhos em peles de papel. Vi-as de verdade, bebendo o sopro de vida de meus antigos com o pó de yãkoana que me deram. Foi desse modo que me transmitiram também o sopro dos espíritos que agora multiplicam minhas palavras e estendem meu pensamento em todas as direções. (KOPENAWA, 2015, p. 76)

Davi Kopenawa traz em vários momentos de sua obra que os responsáveis por ensiná-lo, bem como os outros xamãs foram os xapiri. Tal fato demonstra a forma como o conhecimento na tribo Yanomami ocorre, essa construção, contrapõe-se à visão de muitos filósofos europeus, como por exemplo a de Aristóteles que coloca:

Todos os homens, por natureza, tendem ao saber. Sinal disso é o amor pelas sensações. De fato, eles amam as sensações por si mesmas, independentemente da sua utilidade e amam, acima de todas, a sensação da visão. Com efeito, não só em vista da ação, mas mesmo sem ter nenhuma intenção de agir, nós preferimos o ver, em certo sentido, a todas as outras sensações. E o motivo está no fato de que a visão nos proporciona mais conhecimentos do que todas as outras sensações e nos torna manifestas numerosas diferenças entre as coisas (ARISTÓTELES, p. 11)

A visão de Davi Kopenawa de como a construção de conhecimento nos dá noção do quão complexa e elaborada é a filosofia dos povos presentes na Amazônia. De forma independente essas tribos desenvolveram seus próprios conceitos e formas de explicação para diversos conceitos e processos tal qual ocorreu, por exemplo na Grécia antiga. Não se trata aqui de uma superioridade conceitual, epistêmica, ontológica e ética, mas sim de saberes que se desenvolvem ao longo do tempo de forma independente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto fica evidente o potencial intelectual proveniente dos povos originários indígenas brasileiros, sobretudo, dos saberes que são retratados a partir da própria literatura indígena brasileira contemporânea. Estes saberes que originalmente provém de uma tradição oral que se perdeu nas areias do tempo agora são fixadas e reportadas à sociedade através da palavra escrita.

Compreender a nossa estrutura social bem como a composição antepassada pode, por exemplo, justificar costumes e crenças contemporâneas que acarretam em questionamentos intrapessoais e interpessoais. Desta maneira, é fundamental que o ato de questionar-se se faça presente a fim de cessar preconceitos para com os outros povos, sobretudo os povos originários indígenas brasileiros contemporâneos.

Sendo assim é de suma importância evidenciar a pertinente necessidade do conhecimento cultural e histórico de um todo, pois, com base nos tópicos produzidos acima, pode-se verificar que em todas as tentativas de soberania e prevalência de uma cultura, logo, se chegava à ignorância de um povo. Isso acontece pelo empobrecimento epistêmico que a ausência da diversidade pode proporcionar.

Desta forma, entende-se que buscar um conhecimento pleno a respeito de determinada cultura é imprescindível que seja desvinculado a prepotência eurocêntrica e os conceitos ultrapassados e já

pré estabelecidos. Por tudo isso, evidenciar a importância da educação filosófica atrelada à educação da história são passos alicerçadores para evolução de uma cultura.

Em suma, é a literatura indígena brasileira contemporânea, o palco perfeito para o compartilhamento dos saberes originários. Nela encontram-se os elementos necessários para se pensar a realidade sob outra perspectiva. Se a filosofia da educação ao longo do tempo se ocupou de refletir sobre as conceituações e elementos necessários para uma busca pela verdade, de igual modo a sabedoria dos povos indígenas visa um caminho de sabedoria. Neste encontro epistêmico pela verdade é que se percebe como tanto a Filosofia da Educação quanto o Pensamento indígena podem caminhar juntos em prol de uma educação verdadeiramente integral e decolonial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JR, José Benedito de. UPAPITSI: Aspectos Da Alma Wauja. Relicário Revista do MAS, vol. 05, nº 10, p. 116-127, 2018. Disponível em: <https://revistarelicario.museudeartesaerauberlandia.com/index.php/relicario/article/view/34/28>. Acesso em: 1 nov. 2022.

ARISTÓTELES. Metafísica. Vincenzo Coceo. São Paulo: Coimbra, 1984.

DANNER, Fernando. Biopolítica e racismo de Estado: Uma leitura do curso Em Defesa da Sociedade (1975-1976) de Michel Foucault. Aufklärung: Revista de filosofia, [S. l.], v. 7, n. esp, p. p.65–80, 2020. DOI: 10.18012/arf.v7iesp.56953. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/arf/article/view/56953>. Acesso em: 14 jul. 2022.

DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco. Descentramento, Crítica e Transformação: uma história da modernidade a partir da descolonização africana e do pensamento indígena. Philosophos - Revista de Filosofia, Goiânia, vol. 26, nº 1, pg. 147 a 196, 2021. DOI: 10.5216/phi.v26i1.67351. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/67351>. Acesso em: 26 ago. 2022.

DANNER, Leno Francisco; DANNER, Fernando; DORRICO, Julie. A Alteridade na Literatura: Da voz-práxis Da Diferença como Literatura – O caso da Literatura Indígena Brasileira Contemporânea. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 14, nº 2, p. 360, 2020. DOI: 10.22456/1982-6524.105664. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/105664>. Acesso em: 27 jul. 2022.

DANNER, Leno Francisco. O *ETHOS* Democrático Contemporâneo: Das Culturas Tradicionais À Fusão de Culturas. Pensando - Revista de Filosofia, Teresina/PI, vol. 4, nº 8, pg. 116 a 139, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/pensando.v4i8>. Acesso em: 14 de novembro de 2021.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie, & DANNER, Fernando. Decolonialidade, Lugar de Fala e Voz-Práxis Estético-Literária: Reflexões desde a literatura indígena brasileira. Alea, vol. 22, nº 1, pg. 59 a 74, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/alea/article/view/33525>. Acesso em: 13 set 2022.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie, & DANNER, Fernando. Literatura indígena entre tradição ancestral e crítica do presente: sobre a voz-práxis indígena em termos estético-literários. Scripta, vol. 24, nº 50, pg. 205 a 256, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2020v24n50p205-256>. Acesso em: 15 nov 2022.

DANNER, L. F.; DORRICO, J.; DANNER, F. A Literatura Indígena Brasileira, O Movimento Indígena Brasileiro e o Regime Militar: Uma Perspectiva Desde Davi Kopenawa, Ailton Krenak, Kaká Werá e Álvaro Tukano. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 252, 2018. DOI: 10.22456/1982-6524.83424. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/83424>. Acesso em: 9 jun. 2023.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie. Literatura de Minorias como crítica do presente e politização radical: reflexões sobre a literatura indígena brasileira. Revista Crioula, [S.l.], nº 21, pg. 197 a 233, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/143341>. Acesso em: 15 nov 2022.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie, & DANNER, Fernando. Pacificando o Branco: Uma história da modernidade contada pelos indígenas. EDITORIAL, E. Transformação v. 45, edição especial, 2022: Filosofias do Sul: entre a África e a América Latina.

TRANS/FORM/AÇÃO: Revista de Filosofia, [S. l.], v. 45, p. 1–468, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/12802>. Acesso em: 12 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GHIRALDELLI JR, Paulo. Filosofia da Educação. São Paulo: Àtica, 2006.

JAEGER, Werner. Paidéia – A Formação do Homem Grego. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JECUPÉ, Kaka Werá. Tupã Tenondé – A Criação do Universo, da Terra e do Homem segundo a tradição oral Guarani. São Paulo: Peirópolis, 2001.

KRENAK, Ailton. Encontros. Sergio Cohn (org.). Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A Queda do Céu – Palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.



REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia: Filosofia Pagã Antiga. Vol. 1. Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus 2003.

SCHMITZ, Egídio F. O Homem e sua Educação – Fundamentos de Filosofia da Educação. Porto Alegre: Sagra, 1984.

SILVA, José Pereira. Populações Indígenas e Resgate de Tradições Agrícolas. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2001.

WOLFF, Francis. Aristóteles e a Política. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

A POÉTICA LITERÁRIA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA COMO VIA DECOLONIAL FILOSÓFICA

  10.56238/costurandosaberes-005

Maria Eduarda Fonsêca Casara Cavalcante

Discente do Bacharelado em Engenharia Química, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Ricardo Valim

Lattes: 3074004049762932

ORCID: 0000-0002-7790-6148

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Professor de filosofia Tecnologias do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia

RESUMO

Muitas das vezes, a sabedoria ancestral dos povos indígenas brasileiros é esquecida, juntamente com seus costumes e crenças. Hoje com o acesso à informação se faz necessário considerar que essa forma de transmitir suas artes e seus saberes acontece principalmente com a utilização da Literatura. Objetiva-se neste estudo refletir sobre a importância da poética presente na literatura indígena brasileira contemporânea como forma de quebrar a barreira imposta pelo eurocentrismo. Logo, é uma forma decolonial de mudar o pensamento brasileiro que é baseado no colonialismo, dando a ela uma importância para a contemporaneidade. Por esse motivo, este presente artigo trará como a poética literária indígena brasileira contemporânea pode ser usada como via decolonial filosófica para pensar a realidade a partir de seus próprios problemas.

Palavras-chave: Poética, Literatura Indígena, Filosofia, Decolonial.

1 INTRODUÇÃO

Desde tempos imemoriais, histórias ancestrais são contadas ao redor de fogueiras para celebrar a origem da humanidade. Nestas histórias estão presentes elementos vários que pela sua força simbólica tendem a ilustrar para as novas gerações as raízes de sua cultura.

Na atual conjuntura social vemos o alvorecer de uma literatura indígena que possui em sua estrutura uma poética que cativa pela sua simplicidade e ao mesmo tempo profundidade de significados.

A literatura indígena contemporânea potencializa o discurso contra uma mentalidade colonizada que desconsidera saberes outros que não fazem parte da realidade eurocêntrica. Realidade essa que somente considera como sendo verdadeiros aqueles capazes de passar pelo crivo epistêmico e normativo provinciano europeu.

Ainda de certa forma não foi superada aquela mentalidade que permeou o descobrimento do Brasil em 1500. E quando pensamos neste período e mais especificamente em relação a literatura daquela época, onde é retratado as primeiras impressões que os portugueses tiveram acerca dos povos

indígenas, por meio de seus textos escritos que eram enviados para a corte portuguesa, sendo esta, uma ótica do colonizador. “Apesar de ter uma história própria, o nativo das Américas nasce para a História Ocidental somente quando é construído nos textos coloniais. A partir de então, recebe seu registro civil, mas não tem reconhecidas sua cidadania nem civilidade” (THIÉL, 2012, p. 17).

Nota-se a existência de um olhar fascinado, curioso, interessado, mas também, preconceituoso, moralizante e condenatório. Tendo em vista, a forma que eles, os europeus, olhavam os índios com “pena’ por não acreditarem no Deus cristão e na forma em que eles se vestiam, concluindo que tinha a necessidade de “ajudá-los” a salvarem as suas almas e a “civilizá-los”.

Essa forma de julgamento acaba dificultando o reconhecimento desses povos e causando essa “má impressão” de que eles eram incultos e precisavam da ajuda do homem branco, visto que eles possuíam sim uma forma de cultura só que não era a mesma que a dos europeus. Não passava pelo crivo normativo, epistêmico da cultura ocidental eurocêntrica que é auto referencialista por sua natureza.

Nota-se neste ponto que não foram somente os territórios, os espaços geográficos que os europeus com suas culturas e tradições colonizaram. Mas houve também uma colonização dos espaços religiosos dos povos indígenas, de suas realidades espirituais, místicas, de suas filosofias de vida.

Os novos guerreiros indígenas da segunda metade do século XX e do século XXI fazem uso com armas de guerra, a caneta e o papel para através de sua voz-práxis manifestar seu posicionamento diante das mais variadas questões que se lhes impõem. Em busca de um giro decolonial e de mudança paradigmática é que a literatura indígena brasileira contemporânea imbuída de uma poética própria com características elementares muito peculiares vem como forma de posicionamento autêntico. Tradições que antes aqui nas terras baixas das américas transmitiam seus saberes por via da oralidade despertaram a algum tempo para a apropriação da palavra escrita, ocidental para manifestar-se e pontuar os elementos que consideram essenciais para uma mudança social.

Neste estudo objetiva-se refletir sobre a importância da poética presente na literatura indígena brasileira contemporânea como forma de revelar a sabedoria presente na vida e na tradição dos povos indígenas. Logo, é uma forma decolonial que caminha para uma mudança de horizonte de pensamento tão necessária neste mundo contemporâneo. Nesta perspectiva será abordada a importância da poética literária indígena brasileira contemporânea e como ela pode e deve ser usada como via decolonial filosófica para pensar a realidade a partir de seus próprios problemas.

2 A PRODUÇÃO EPISTÊMICA LITERÁRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA

Na contemporaneidade, os indígenas tentam recuperar o seu lugar no mundo por meio de livros, entrevistas e até mesmo por via de enfrentamentos com movimentos indígenas, a fim de garantir os seus direitos e principalmente, na demarcação de territórios. Na verdade, hoje, por meio da literatura indígena estes povos originários têm procurado demarcar outros territórios que são justamente os espaços virtuais para conscientizar a sociedade dos dilemas enfrentados por suas comunidades.

No âmbito literário é possível percebê-los em livros de caráter que remete a aspectos que podemos considerar filosóficos e reflexivos, justamente por que conduzem os leitores por meio de um caminho de sabedoria com o auxílio dos conteúdos ancestrais próprios de cada povo.

Podem ser destacados aqui dois dos principais autores, o Davi Kopenawa e o Ailton Krenak. Seus escritos revelam além da poética própria e seus elementos constitutivos de sabedoria antiga e sempre nova um forte senso ético e de responsabilidade seja pela natureza em si mesma, seja pela humanidade que nela se entrelaça. Davi Kopenawa (2015), por exemplo fazendo memória de sua existência nesta imanência reflete sobre os aspectos constitutivos de seu ser revelando também uma humildade frente a sabedoria que existe nos elementos naturais e espirituais segundo suas crenças:

Eu não detenho toda a sabedoria dos nossos antigos. No entanto, desde criança, sempre quis entender as coisas. Depois, uma vez adulto, foram as palavras dos espíritos que me fizeram mais inteligente e sustentaram meu pensamento. Agora sei que nossos ancestrais moraram nesta floresta desde o primeiro tempo e que a deixaram para nós para vivermos nela também. Eles nunca a maltrataram. Suas árvores são belas e sua terra é fértil. O vento e a chuva conservam seu frescor. Nós comemos seus animais, seus peixes, os frutos de suas árvores e seu mel. Bebemos a água de seus rios. Sua umidade faz crescer as bananeiras, a mandioca, a cana-de-açúcar e tudo o que plantamos em nossas roças. Viajamos por ela para comparecer às festas reahu a que somos convidados. Nela fazemos nossas expedições de caça e coleta. Os espíritos nela vivem e circulam por toda parte à nossa volta. Omama criou esta terra e aqui nos deu a existência. Pôs no seu chão as montanhas, para mantê-la no lugar, e fez delas as casas dos xapiri, que deixou para que cuidassem de nós. É nossa terra e essas são palavras verdadeiras. Ver os brancos rasgarem a floresta com suas máquinas e a sujarem com suas fumaças de epidemia me deixou furioso. Antigamente, eles moravam muito longe de nós, pensando que para além deles só havia um grande vazio. Não é verdade. No primeiro tempo, Omama só os manteve afastados de nossa floresta para que não pudessem se aproximar dela. Avisou os ancestrais deles: “Esta é a minha terra. Vocês, gente de Teosi, que não têm nenhuma sabedoria, irão viver noutro lugar, bem longe dela, para não devastá-la. Só meus filhos permanecerão aqui, pois têm amizade por ela!”. É por isso que os brancos tiveram tanta dificuldade para chegar até nós, mesmo com seus barcos a motor e depois seus aviões. (KOPENAWA, 2015, p. 331).

Essas imagens poéticas e belíssimas que perpassam seus escritos apresentam a dinamicidade de uma realidade espiritual que é desconhecida pelo ocidente. Seu desconhecimento é fruto do ocultamento e muitas vezes até desconsideração de saberes outros que não os legitimados pela razão ocidental. “Para o colonizador, o nativo não é visto como representante de uma civilização - assim

como o habitante das nações europeias - mas como primitivo, colocado numa posição de subalternidade, sob o domínio ou a autoridade do europeu” (THIÉL, 2012, p. 17).

Outro fator que merece destaque é que quando se fala de sabedoria indígena de imediato as pessoas costumam se referir como se fosse algo exclusivamente do passado. Na verdade sim, existem elementos que se constituem ao longo dos tempos e que perpassam as gerações por via de sua reserva de sentido.

A sabedoria indígena é atual, contemporânea e por isso ela é um importante caminho decolonial e filosófico. Sua voz-práxis é indispensável para refletir sobre questões atuais e por essa atualidade requererem respostas. Um exemplo dessa forma de pensamento é um fragmento do livro de Ailton Krenak, cujo nome se denomina “O Amanhã Não Está À Venda”, publicado no período da pandemia da Covid-19:

Esse vírus está discriminando a humanidade. Basta olhar em volta. O melão-de-são-caetano continua a crescer aqui do lado de casa. A natureza segue. O vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos. Quem está em pânico são os povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento que entrou em crise. (KRENAK, 2020, p. 6-7)

Esse pequeno trecho, já é possível perceber uma linguagem de fácil entendimento com bastante significado, na parte que diz “O vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos”, nos transmite a ideia que existe várias vidas no planeta não somente a da humanidade, portanto não é só a vida do ser humano que importa, mas sim todas. Porém, naquele momento histórico pandêmico era a existência humana que estava em jogo. Ailton Krenak passa a ideia de que embora a humanidade venha a sofrer baixas e com riscos mesmo até de extinção, os demais seres da natureza continuariam suas existências. É esporádico às vezes ouvir nos meios de comunicação a extinção de alguma espécie animal, mas como seria se a humanidade fosse extinta, certamente não haveria ninguém para contar a história.

Esse senso crítico desperta no leitor um senso profundamente ético ligado à vida em toda a sua extensão. Se a humanidade de fato quer mudar a realidade, as pessoas precisam compreender essa perspectiva apresentada por Ailton Krenak, onde toda a vida é importante e sobretudo, a humanidade que na Covid-19 sentiu seu fim se aproximar.

Deste modo entende que a produção epistêmica literária indígena contemporânea não está engessada apenas no passado e se remetendo a um saudosismo, pelo contrário, está intimamente ligada à atual conjuntura social e buscando oferecer respostas para os dilemas atuais.

3 A SABEDORIA ANCESTRAL: SENSO ÉTICO, RESPONSÁVEL E FILOSÓFICO

Ao se falar de filosofia de imediato vem na mente das pessoas as aulas em escolas, universidades, faculdades ou demais centros de ensino que exploram essa temática. De súbito nos vem à mente a pretensão de afirmar que disciplinas como a ética (REALE, 2003,p. 217), a metafísica (REALE, 2003,p. 137), a lógica (REALE, 2003,p. 225), e até mesmo a própria filosofia (REALE, 2003,p. 3) tem suas raízes muito bem fundadas na Grécia antiga. E é verdade, não se trata de uma falácia, porém, na atualidade compreende-se que existem saberes outros que carecem de evidência justamente pela sua riqueza em ser diferentes. A diferença produz melhoria e aperfeiçoamento para a humanidade. Exemplo disso é o pensamento de Davi Kopenawa (2015) que tensiona para uma esperança viva de dias melhores sobre a égide da escuta atenta dos espíritos dos antigos xamãs da floresta:

Os espíritos de nossos xamãs antigos, que têm amizade pela floresta, não nos permitem deixar seus inimigos se instalarem nela — garimpeiros, fazendeiros e madeireiros. Essa gente só sabe desmatá-la e sujá-la. Querem nos eliminar, para construir cidades no lugar de nossas casas abandonadas. Isso, porém, não nos entristece, pois os xapiri estão sempre ao nosso lado para nos dar coragem: “Muitos de vocês morreram, mas se defendem sua floresta, voltarão a ser muitos! Suas mulheres ainda vão lhes dar muitos filhos! Seus maiores se foram, mas as palavras de Omama ainda estão em vocês, sempre igualmente novas. Vocês têm sabedoria e, enquanto estiverem vivos, jamais cederão sua terra!”. Desde o tempo da estrada, penso muitas vezes em todas essas coisas a respeito de nossa floresta. Tudo isso faz crescer cada vez mais em mim palavras para recusar a abertura de nossa terra para os brancos. Quero que meus filhos, seus filhos e os filhos de seus filhos possam nela viver em paz, como nossos antigos antes de nós. Esse é todo o meu pensamento e meu trabalho. Sou xamã e vejo todas essas coisas bebendo yãkoana e no meu sonho. Meus espíritos xapiri nunca ficam quietos. Viajam sem descanso para terras distantes, para além do céu e do mundo debaixo da terra. Voltam de lá para me dar suas palavras e me avisar sobre o que viram. É através de suas palavras que sou capaz de compreender todas as coisas da floresta. (KOPENAWA, 2015, p. 332).

Logo, é transmitido ao leitor, as crenças e os desejos de um povo, como o mundo pode melhorar graças a esses espíritos da floresta e como esses espíritos vão os ajudar avisando o que está por vir. Essa forma de pensar, apesar de diferente, é fascinante, pois eles procuram uma conexão com a floresta sem prejudicá-la e concluem que somos apenas mais um de um todo, por isso essa necessidade de afastar aqueles que querem prejudicar a floresta. Assim como é dito no trecho, que esses espíritos têm amizade com a floresta tendo os garimpeiros, fazendeiros e madeireiros como seus principais inimigos, isso é também uma forma que o Davi Kopenawa encontrou para denunciá-los, por terem causado tantos problemas para a floresta direta ou indiretamente. Portanto, os saberes indígenas, nos fazem parar e refletir, se o que estamos fazendo é realmente o certo, e quais consequências esse tipo de pensamento pode trazer de forma pessoal ou coletiva.

É válido destacar que há vários povos nativos no Brasil e, portanto, várias formas de interpretar o mundo, sendo assim é necessário desenvolver formas de comunicar estes outros saberes.

Entretanto, é preciso considerar que não é da mesma forma como nós nos comunicamos enquanto povo ocidental, pela forma escrita, por exemplo. Estes povos indígenas brasileiros originários usam bastante a oralidade e a própria forma escrita apropriada por eles. Da mesma forma como o Daniel Munduruku (2015) diz na entrevista no Canal Futura, respondendo uma pergunta feita pelo apresentador Cristiano Reckziegel:

Nós somos sabedores de que, entre os Munduruku por exemplo, há uma comunicação que não é uma comunicação escrita, é uma comunicação em que inclusive mental né, é uma comunicação de olhares, é uma comunicação que vai muito além da coisa escrita. Então as pessoas às vezes confundem essa coisa da escrita com a escrita ocidental, enfim, a escrita formal alfabética e esquece de que há outras tantas maneiras de se comunicar e que efetivamente esses povos antigos de todas as partes do mundo sempre tiveram.

Ou seja, para os indígenas Munduruku, sua perspectiva da comunicação já se difere, na qual propõe uma comunicação além da escrita e reforça que há várias maneiras de se comunicar. Dessa forma, certamente há outros povos com uma outra visão da comunicação e assim conclui-se que a nossa concepção é só uma de muitas. Saber disso é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência crítica e decolonial na qual os saberes desses povos são levados em consideração como forma de enriquecer nossa compreensão de mundo.

4 O PAPEL PRESTADO PELA LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

A literatura indígena brasileira contemporânea tem prestado um importante serviço da formação crítica da sociedade brasileira. Por ser parte integrante da já mencionada sociedade estes povos originários encontram-se em posição de autoridade e autenticidade de pensamento para expor através de seus escritos críticas construtivas ao modelo capitalista estabelecido e que vem levando a humanidade por caminhos tão diversos. Márcia Mura (2016), por exemplo, reflete sobre a realidade histórica e atual da região amazônica mostrando justamente este caráter de criticidade tão necessário:

Essa Amazônia urbana, que constrói uma cartografia oficial em cima de territórios indígenas e invisibiliza a presença indígena na cidade, que ainda em nossos dias demole os modos de vida amazônicos para em cima construir novos espaços e modos de vida do dito modelo de desenvolvimento, que representa a desestruturação e morte para quem vive ou vivia dentro de seu próprio modo sustentável e apesar de toda política desenvolvimentista e embranquecedora, antigos e novos espaços de cultura local se mantêm como resistência (MURA, 2016, p. 23).

Seu argumento possibilita ao leitor refletir sobre como está sendo vivenciado esse desenvolvimento que promove o ocultamento do outro, a saber os povos indígenas. Através deste importante espaço literário os seus representantes podem expor com profundidade seu modo de

pensar a sociedade, a si mesmos, a natureza, a espiritualidade e tantas outras temáticas que são recorrentes em seus escritos.

Contar e recontar a história é parte constitutiva da dinâmica humana porque é o ser humano mesmo, cada pessoa, uma história viva e que peregrina por este imenso espaço terrestre. Em nosso caso se faz necessário um relato da história do próprio país. Recontar essa história é a possibilidade de detectar as origens do silenciamento epistêmico dos povos indígenas pela narrativa oficial.

A literatura tornou-se mais do que uma arte, mas tornou-se uma importante arma no combate à desinformação sobre os povos originários no que se refere a sua identidade, suas crenças e cultura.

Muito se especula sobre os povos indígenas, mas pouco se sabe realmente sobre quem realmente são, ou se tem muitas vezes ou são especulações ou apenas o que especialistas dizem ou disseram sobre estes povos. No entanto, desde a década de 1990 estes povos originários vêm buscando assumir o protagonismo de suas próprias vozes e consequentemente isso tem um efeito imenso no desenvolvimento da consciência crítica não somente destes povos, mas do próprio restante da sociedade que vem sentindo essa mudança a partir da fala destes mesmos indígenas.

É por isso que, na arte-literatura de minorias de um modo geral e na literatura indígena em particular, a voz-práxis estético-literária é o veículo e a arena para a auto afirmação e a autoexpressão das vítimas por si mesmas e desde si mesmas, sob a forma de um eu-nós lírico-político ativista, militante e engajado, vinculado, carnal e pungente (DANNER; DORRICO, 2020, p. 215-216).

Dentro de uma perspectiva filosófica decolonial da história destes povos originários é importante se questionar a quais interesses podem ser atendidos a partir de uma história contada por outros que não os próprios povos indígenas. Talvez nunca venhamos a saber, mas o fato é que por mais benevolente que tenha sido a atitude de pesquisadores no passado, o fato de especular sobre os povos levou a um silenciar destes mesmos povos, ou seja, já havia alguém para dizer o que eles eram. Assim, a literatura decolonialmente falando presta este serviço de possibilitar aos povos originários o resgate de seu espaço por direito na busca por uma transformação social de corações e mente na sociedade brasileira contemporânea.

Com base na sua tradição comunitária, o indígena pode de modo aberto argumentar publicamente em torno ao sentido metafísico, normativo e político da terra, da natureza, do humano, inclusive apontar para a existência da diversidade paradigmática que constitui e que perpassa nossas interpretações sobre nosso lugar no mundo e frente aos outros e sobre o modo como podemos abordá-los, relacionarmos-nos com eles (DANNER, L. F.; DORRICO, J.; DANNER, F. 2020, p. 251).

Essa mudança é importante sobretudo no campo educacional para que de fato uma revolução possa acontecer a partir de sua mais influente esfera social que é a educação. Através de uma educação

descolonizadora novas concepções de mundo podem ser trabalhadas ampliando assim os horizontes de percepção da realidade que demanda uma atualização constante devido às novas questões que surgem oriundas das inquietações humanas frente às problemáticas sociais.

Somente através de uma educação que prioriza uma mudança de ótica é que será possível que as novas gerações entendam que estes povos originários não são originários porque são pessoas do passado, mas porque são constituintes da nossa formação enquanto povo brasileiro e que estão profundamente engajados em nossa sociedade.

Essa virada epistêmico-filosófico-histórico-decolonial é fermento na massa de novos espaços de reflexão sobre de que forma e por que a história de nossos povos originários e consequentemente a história de nosso próprio país vem sendo escrita, a quais interesses estão sendo atendidos.

5 A VIRADA EPISTÊMICO-FILOSÓFICO-HISTÓRICO-DECOLONIAL DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Ao assumir o protagonismo de suas existências os povos originários têm manifestado sua poética única que transcende não somente nossa mera compreensão de que são eles, mas transcende até mesmo o tempo e o espaço. A poética indígena brasileira contemporânea sendo ela em um primeiro lugar tendo sua origem na tradição oral e agora fixada na palavra escrita possui cor, possui vida, sua dialética parte da imanência mesma destes povos. Por isso que refletir sobre a história de nosso país a luz do protagonismo indígena leva a compreensão de que estes povos que foram subalternizados e tutelados ao longo do tempo possuem uma ebulição de saberes que carecem de serem ouvidos.

A filosofia da história dos povos indígenas através da literatura tem recontado e ressignificado suas existência e história para além da história ou histórias oficiais. Pois como se sabe a filosofia da história enquanto tal busca uma reflexão por sobre fatos e interpretações da história humana, e neste caso visamos na perspectiva decolonial indígena brasileira contemporânea.

Esse fato é importante em um contexto em que a história destes povos tem sido contada e recontada não por eles mesmos, mas por terceiros que com sua epistemologia oriunda de uma realidade eurocentrada, agora ousa dizer o que os povos originários quando na verdade seus conceitos por mais estruturados que possam ser não dão conta de abarcar toda a dinâmica existencial em sua totalidade. Assim, faz todo sentido o desenvolvimento de uma perspectiva da filosofia da história que segundo Leopoldo Zea (1978, p. 22) "Filosofía de la historia, que, por ser lo, tratará de trascender los hechos, la realidad , ir más allá de ella, pretendiendo transformarla". Mais adiante insiste que "toda la filosofía de la historia, por supuesto, implica un proyecto. Es decir, algo que trasciende el conocimiento de los hechos históricos, lo que da sentido a este conocimiento" (ZEA, 1978, p. 25). O

filósofo mexicano chama a atenção nesta passagem para a função primeira de uma filosofia da história que a partir da realidade histórica procura transcender esta mesma realidade histórica em um movimento que visa uma transformação. Neste aspecto com relação aos povos originários indígenas brasileiros, sobretudo, dos amazônicos, a disciplina em questão, pode auxiliar na busca por superar uma visão eurocêntrica e provinciana com pretensões de universalidade, que foi ao longo do tempo negando os saberes outros dos povos originários. Se partirmos do pressuposto que para existir filosofia é necessário que haja cultura, como poderá então haver filosofia se essa cultura é subalternizada e negada? Esse é o mal perpetrado pela modernidade com sua negação de saberes outros dos povos originários, ao passo que lhes são negados o reconhecimento de seres pensantes e que são colocados sob a tutela de terceiros automaticamente seu protagonismo é descartado porque se dirá que não a mínima possibilidade de existência, segundo os moldes epistêmico-normativos do ocidente, de uma racionalidade. Exemplo disso, é a fala do filósofo alemão Jürgen Habermas quando afirma categoricamente que:

Para entender o significado dessa pretensão de universalidade, recomenda-se fazer uma comparação com a compreensão de mundo mítica. Em sociedades arcaicas, os mitos cumprem de maneira exemplar a função unificadora própria às imagens do mundo. Ao mesmo tempo, no âmbito das tradições culturais a que temos acesso, eles proporcionam o maior contraste em relação à compreensão de mundo dominante em sociedades modernas. Imagens de mundo míticas estão muito longe de nos possibilitar orientações racionais para a ação, no sentido que as entendemos. No que diz respeito às condições de condução racional da vida no sentido anteriormente apontado constituem até mesmo uma contraposição à compreensão de mundo moderno. (HABERMAS, 2012, p. 94).

Nota-se que na fala do filósofo expõe uma dinâmica reflexiva em que são descartados os conhecimentos ditos míticos da realidade. Ao passo que isso é feito demonstra-se que se estes saberes não são considerados como possibilidade de explicação da realidade simplesmente porque não atendem uma dinâmica de compreensão de mundo segundo o que o império cognitivo considera que seja.

Essa percepção distorcida empobrece o campo do saber porque coloca os saberes dos povos originários em um patamar de inferioridade como se fosse algo primitivo na contemporaneidade como se os povos originários fossem seres de um outro tempo que não faz parte desta realidade. Mas este não é um caso isolado, se observarmos com devida atenção a obra de Enrique Dussel (1993) *1492 O Encobrimento do Outro - A Origem do Mito da Modernidade*, na primeira conferência "Eurocentrismo" vemos o autor citar várias situações que no campo da filosofia este outro da modernidade que são os povos originários são colocados sempre como negatividade colocando assim estes mesmos povos fora da realidade intelectual mundial. Neste sentido, Davi Kopenawa (2015) expõe uma triste realidade da dinâmica de relações entre culturas e que deixou suas marcas profundas:

Apesar de tudo isso, os brancos já nos ameaçaram muitas vezes para nos obrigar a abandonar os xapiri. Nessas ocasiões, só sabiam dizer: “Seus espíritos estão mentindo! São fracos e estão enganando vocês! São de Satanás!”. No começo, quando eu ainda era muito jovem, tinha medo da fala desses forasteiros e, por causa delas, cheguei a duvidar dos xapiri. Por algum tempo, me deixei enganar por essas más palavras e até tentei, com muito esforço, responder às palavras de Teosi. Mas isso acabou mesmo! Faz muito tempo que eu não deixo mais as mentiras dos brancos me confundirem e que não me pergunto mais: “Por que eu não tento virar um deles?”. Tornei-me homem, meus filhos cresceram e tiveram seus próprios filhos. Agora, nunca mais quero ouvir más palavras sobre os xapiri! Omama os criou depois de ter desenhado nossa floresta e, desde então, eles continuaram cuidando de nós. Eles são muito valentes e muito bonitos. Seus cantos fazem nossos pensamentos aumentar em todas as direções e ficar firmes. E por isso vamos continuar fazendo dançar suas imagens e defendendo suas casas, enquanto estivermos vivos. Somos habitantes da floresta. É esse o nosso modo de ser e são estas as palavras que quero fazer os brancos entenderem (KOPENAWA, 2015, p. 511).

Davi Kopenawa, faz um movimento de reflexão sobre suas vivências existenciais e como elas foram marcantes e que se não tivesse sido ousado o suficiente poderia ter sucumbido diante de uma cultura que visava se sobrepor a tudo aquilo que conferia sentido à sua própria existência.

Esse movimento filosófico reflexivo por sobre a história operado por Davi Kopenawa lhe permite compreender e afirmar com convicção os valores ancestrais de seu povo Yanomami.

Esse relato de Davi Kopenawa é importante pelo seu evidente caráter de testemunho pessoal, mas também porque demonstra um enfrentamento a uma epistemologia que visa se sobrepor a sua. Boaventura de Souza Santos (2019) explora as características desse modelo normativo eurocêntrico dos saberes;

Ao compararmos as epistemologias do Sul e as epistemologias do Norte, é fácil cairmos na tentação da imagem refletida, que muito tem a ver com a estrutura dualista binária da imaginação ocidental. As correntes dominantes das epistemologias do Norte concentraram-se na validade privilegiada da ciência moderna, que se desenvolveu predominantemente no norte global desde o século XVII. Tais correntes baseiam-se em duas premissas fundamentais. A primeira é a de que a ciência apoiada na observação sistemática e na experimentação controlada é uma criação específica da modernidade ocidentalocêntrica, radicalmente distinta de outras “ciências” com origem noutras regiões e noutras culturas do mundo. A segunda premissa é a de que o conhecimento científico, dado o seu rigor e potencial instrumental, é radicalmente diferente de outros saberes, sejam eles laicos, populares, práticos, do senso comum, intuitivos ou religiosos (SANTOS, 2019, p. 22-23).

Através deste panorama estabelecido por Boaventura de Souza Santos vemos a dinâmica interna com sequelas externas do pensamento eurocêntrico. Dinamicidade interna se explica na medida em que existem características próprias do processo. Já no que se refere às sequelas externas estas se traduzem em epistemicídio, ou seja, na morte de outros saberes que não os estabelecidos por este processo hegemônico eurocêntrico.

A filosofia da história nesta perspectiva é indispensável para justamente questionar sobre qual é a história que vem sendo contada e recontada ao longo do tempo e na sucessão das gerações.

A História está muitas vezes regada de adjetivações de proezas, mas que pode ocultar uma dinâmica traumática sobretudo para as minorias excluídas e marginalizadas e verdadeiras periferias existenciais. Se espera, de fato, uma transformação é preciso que minimamente se cogitem outras possibilidades de conhecimentos. Afinal de contas, não dá para esperar resultados diferentes fazendo sempre mais do mesmo.

6 FILOSOFIA DA HISTÓRIA E DESCOLONIALIDADE DOS SABERES DOS POVOS ORIGINÁRIOS: UMA POÉTICA ENCARNADA

A filosofia da história neste ponto torna-se importante pelo seu caráter reflexivo levando a um novo patamar de pensamento por sobre a temática histórica. Diante da questão dos povos originários se faz necessário um reconhecimento no que se refere à reflexão filosófica, uma espécie de meditação que esses povos vêm empreendendo na busca por solucionar seus próprios problemas. Neste sentido, a filosofia seria o resultado de sua necessidade de solucionar questões oriundas.

La filosofía no debe ser el resultado de un *poder hacerla*, sino de un *tener necesidad de hacerla*. La filosofía no puede ser considerada como un juego deportivo en el que haya que hacer gala de capacidades, sino como una necesidad de resolver problemas, los problemas urgentes de nuestra vida (ZEA, 1945, p. 22).

A filosofia é indispensável neste contexto de busca por entendimento porque existe a necessidade de se pensar criticamente no que se refere aos aspectos relativos à questão dos povos originários e como eles foram retratados por outros que não eles mesmos. É preciso dar vazão a esta dívida histórica intelectual com os povos originários no sentido do reconhecimento de sua literatura como promotora da verbalização dos saberes que durante muitos séculos foi ocultada ou desacreditada porque simplesmente não atendia a concepção eurocêntrica de saber.

Não podemos em hipótese alguma afastar-nos do entendimento de que a filosofia da história é a filosofia da história humana, dos problemas humanos. Mas esta mesma filosofia está atenta às interpretações da história humana e em nosso caso da história dos povos originários brasileiros, sobretudo, do recorte amazônico. Escutar neste caso a comunicação dos saberes desses povos é indispensável para um desenvolvimento sustentável na realidade amazônica. Para Édouard Glissant (2005 p. 42):

[...] a literatura sempre defendeu [...] uma concepção de mundo. Sob o poema aparentemente mais claro, pulsa em surdina uma visão de mundo. O poeta sempre reivindicou para o seu conhecimento essa relação com a "totalidade-mundo" que autoriza, ela, e apenas ela, as suas mais inocentes inflexões. Mas é apenas nos dias de hoje, graças à totalidade-mundo concreta e geograficamente realizada, que essa visão de mundo, que antes na literatura era "profética", pode manifestar-se ou exercer-se, tomando como objeto verdadeiramente aquilo que antes era apenas a sua pretensão. [...] Praticar uma poética da totalidade-mundo, é unir de maneira remissível o lugar, de onde uma poética ou uma literatura é emitida, à totalidade-mundo, e

inversamente. Ou seja, a literatura não é produzida em suspensão, não se trata de algo em suspensão no ar. Ela provém de um lugar, há um lugar incontornável de emissão da obra literária. Mas em nossos dias, a obra literária convirá tanto mais ao lugar quanto mais estabelecer uma relação entre esse lugar e a totalidade-mundo.

A obra literária neste contexto é importante porque ela é reflexo vivo dessa realidade na qual, nós enquanto seres humanos, somos seus partícipes. Se existe denúncia dentro da voz-práxis literária é porque justamente existem situações insustentáveis que carecem de atenção.

Se existem elementos como transmissão de valores também serve como fonte para que esses mesmos valores sejam propagados. Por exemplo, sobre os povos indígenas e seu cuidado, respeito com o meio ambiente e sua cosmovisão que aponta para valores que transcendem as meras especulações humanas abrem portas para o entendimento de que cada vez mais o ser humano demanda um religar-se com a natureza. De fato, se faz necessária uma humildade epistêmica que visa considerar outros saberes que estão fora de um eixo eurocêntrico. Para os pesquisadores da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), o Professor Dr. Fernando Danner e o também Professor Dr. Leno Francisco Danner:

A partir da descolonização, pluraliza-se os sujeitos epistêmico-políticos, as ontologias e, obviamente, para o que nos interessa aqui, as próprias histórias sobre a modernidade-modernização ocidental, inserindo-se a tríade eurocentrismo-colonialismo-racismo e/ou como fascismo enquanto eixo estruturante da crítica e da reconstrução dessa mesma modernidade-modernização ocidental (DANNER, F.; DANNER, L. F. 2021, p. 183).

Essa pluralização é benéfica na medida em que seus protagonistas que foram no passado marginalizados podem através de suas próprias conceituações estabelecerem paradigmas que fazem mais sentido para eles mesmos, até porque estes mesmos paradigmas partem de suas realidades existenciais mesmas.

A pluralização potencializa o desenvolvimento em prol de uma melhoria substancial da sociedade na perspectiva em questão dos povos originários isso significa que seu modo de ser e estar no mundo contribui de forma significativa para a construção de uma sociedade mais harmoniosa livre de discriminações e fanatismos como os ocorridos no passado.

Mais adiante os pesquisadores da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) já supracitados continuam sua argumentação demonstrando os aspectos relativos ao senso crítico operado pela descolonização dos saberes:

[...] com o descentramento epistêmico-político e a pluralização de sujeitos e de histórias em torno à modernidade-modernização ocidental, a descolonização africana e o pensamento indígena brasileiro viabilizam a constituição de interpretações normativas dessa mesma modernidade-modernização ocidental que são ao mesmo tempo imbricadas e descontínuas à versão eurocêntrica dela: imbricadas porque, como dissemos acima, só existe o negro (genérico) e o índio (genérico) por meio da expansão global da moder-

nidade-modernização europeia em termos de eurocentris-mo-colonialismo-racismo e sob a forma do dualismo antropológico; descontínuas porque, além da crítica à modernidade a partir do lugar de fala negro-indígena, temos a pluralização paradigmática e a proposição de outros mundos possíveis e de outras formas de ser e estar no mundo (DANNER, F.; DANNER, L. F. 2021, p. 190-191).

Considerar a existência de mundos possíveis e suas respectivas cosmologias representativas de significâncias para os povos originários é uma possibilidade ímpar de não somente se aproximar, se assim o quiser, destes saberes, mas também buscar a sabedoria escondida nestes outros saberes.

Em uma cultura marcadamente falaciosa no que se refere à generalização da humanidade dos povos originários indígenas através de termos como “índio” com o objetivo de definir todos os índios. Isso é um problema porque cada povo indígena possui sua percepção peculiar de mundo e de si mesmo. No entanto, essas cicatrizes coloniais permanecem introjetadas no mais íntimo de nossa cultura. Exemplo disso são as múltiplas formas em que o preconceito e os sintomas segregacionistas se manifestam muitas vezes.

É a partir destes elementos que se pode efetuar uma argumentação nova que possibilita novos entendimentos sobre a realidade. Mas para que isso venha a acontecer se faz necessário uma abertura epistêmica para justamente compreender este lugar de fala do outro que assinala para concepções outras.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com base nos estudos realizados que a poética literária indígena brasileira contemporânea desempenha um papel fundamental na formação humana de nossa sociedade. Sua prática é libertadora porque permite o exercício reflexivo consciente por sobre a história que vem sendo contada e recontada dos povos originários numa perspectiva decolonizadora. Ou seja, não são mais os conquistadores e seus relatos que passam a valer, mas sim, são agora ouvidas as vozes daqueles povos que ao longo do tempo foram subjugados e seus saberes desconsiderados.

Se seus saberes e até mesmo sua corporeidade foi invisibilizada ao longo do tempo por uma série de fatores, agora acontece uma retomada de consciência na qual estes povos por via da apropriação literária procuram escrever sua própria história. E mais do que isso, lançam mão de conceituações próprias a respeito de si mesmos a partir de suas próprias experiências.

Já não faz sentido que um especialista ocidental ingresse em uma realidade cultural indígena e diga o que aquelas pessoas são a partir de suas manifestações e das interpretações conceituais deste mesmo especialista. O que importa verdadeiramente é o que estas pessoas têm a dizer de si mesmas.

Esse novo perspectivismo ameríndio, por exemplo, leva o ser humano a se questionar sobre seus fundamentos existenciais, culturais, religiosos para que possa estar munido de novas ferramentas epistêmicas no sentido de encontro com outros saberes que ao longo de um processo histórico foram marginalizados e subalternizados.

Estes saberes são fonte de uma riqueza e dinâmica cultural peculiar que devem ser interpretados dentro de seus próprios conceitos e não por conceituações estrangeiras que exercem a força conceitual por sobre a dinâmica originária.

A poética indígena presente nessa literatura contemporânea tem uma manifestação diferenciada das demais poéticas. Seu diferencial reside justamente nessa capacidade reflexiva de pensar a vida, sua existência e os demais seres a partir de sua própria linguagem e vivências cotidianas. Todos os elementos que compõem esse dia-a-dia dos povos indígenas inevitavelmente são retratados dentro de um contexto de palavra fixada na escrita.

É preciso destacar ainda que essa poética apesar de estar voltada e centrada na cultura indígena em si mesma, não quer dizer que ela se fecha em si mesma. Muito pelo contrário, por via de sua voz-práxis literária, seus saberes são disseminados e chegam a outros espaços fomentando novos laços de saberes. Essa poética alimentada pela cultura indígena, fixada na palavra escrita da literatura é ponto culminante para refletir filosoficamente de forma autêntica e com autoridade.

Refletir sobre o papel desempenhado pela literatura indígena brasileira contemporânea como solo fértil onde tem brotado a partilha de saberes ancestrais. Essa mesma literatura auxilia na manutenção e perpetuação destes saberes que originalmente foram transferidos desde tempos imemoriais por via da oralidade.

A transição da palavra falada para a palavra escrita expõe a demarcação de um novo território para os povos originários onde estes podem de seu lugar de fala se posicionar com atualidade e destreza perante a sociedade como integrantes da mesma.

A literatura indígena brasileira contemporânea é uma ferramenta importante para os estudos no campo da filosofia da história, justamente porque é nela que se encontram os sinais dos tempos das culturas originárias que com voz ativa e política questionam e se questionam frente ao império hegemônico cognitivo ocidental e sua pretensa universalização epistêmico-normativa dos saberes.

Neste processo estes povos indígenas podem ser eles mesmos protagonistas de um novo tempo, no qual podem dizer a partir de suas próprias epistemologias suas compreensões ontológicas e éticas, suas cosmovisões sobre o mundo a sua parte.

REFERÊNCIAS

CONEXÃO FUTURA. Literatura Indígena. Youtube, 15 de set de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SNcJFw8eUjw>. Acesso em: 16 jun 2023.

DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco. Descentramento, Crítica e Transformação: uma história da modernidade a partir da descolonização africana e do pensamento indígena. *Philosophos - Revista de Filosofia*, Goiânia, vol. 26, nº 1, pg. 147 a 196, 2021. DOI: 10.5216/phi.v26i1.67351. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/67351>. Acesso em: 26 ago. 2022.

DANNER, Leno Francisco; DANNER, Fernando; DORRICO, Julie. A ALTERIDADE NA LITERATURA: Da voz-práxis Da Diferença como Literatura – O caso da Literatura Indígena Brasileira Contemporânea. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 14, nº 2, p. 360, 2020. DOI: 10.22456/1982-6524.105664. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/105664>. Acesso em: 27 jul. 2022.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie, & DANNER, Fernando. Decolonialidade, Lugar de Fala e Voz-Práxis Estético-Literária: Reflexões desde a literatura indígena brasileira. *Alea*, vol. 22, nº 1, pg. 59 a 74, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/alea/article/view/33525>. Acesso em: 13 set 2022.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie, & DANNER, Fernando. Literatura indígena entre tradição ancestral e crítica do presente: sobre a voz-práxis indígena em termos estético-literários. *Scripta*, vol. 24, nº 50, pg. 205 a 256, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2020v24n50p205-256>. Acesso em: 15 nov 2022.

DANNER, L. F.; DORRICO, J.; DANNER, F. A Literatura Indígena Brasileira, O Movimento Indígena Brasileiro e o Regime Militar: Uma Perspectiva Desde Davi Kopenawa, Ailton Krenak, Kaká Werá e Álvaro Tukano. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 252, 2018. DOI: 10.22456/1982-6524.83424. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/83424>. Acesso em: 9 jun. 2023.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie. Literatura de Minorias como crítica do presente e politização radical: reflexões sobre a literatura indígena brasileira. *Revista Crioula*, [S.l.], nº 21, pg. 197 a 233, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/143341>. Acesso em: 15 nov 2022.

DUSSEL, Henrique. 1492 O Encobrimento do Outro – A Origem do Mito da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

GLISSANT, Édouard. Introdução à uma Poética da Diversidade. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HABERMAS, Jürgen. Teoria do Agir Comunicativo I – Racionalidade da Ação e Racionalização Social. São Paulo: Editora WMP Martins Fontes, 2012.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

KRENAK, Ailton. O Amanhã Não Está À Venda. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A Queda do Céu – Palavras de um Xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MURA, Márcia. *Tecendo Tradições Indígenas* 05/05/2016 821 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18082016-134231/publico/2016_MarciaNunesMaciel_VCorr.pdf. Acesso 26 jan 2023.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: Filosofia Pagã Antiga*. Vol. 1. Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus 2003.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: Patrística e Escolástica*. Vol. 2. Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus 2003.



SANTOS, Boaventura de Souza. *O Fim do Império Cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

THIÉL, Janice. *Pele Silenciosa, Pele Sonora: A Literatura Indígena em Destaque*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ZEA, Leopoldo. *En Torno a Una Filosofia Americana*. México D.F.: El Colegio de México, 1945.

ZEA, Leopoldo. *Filosofia de La Historia Americana*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1978.

DIREITOS HUMANOS E DECOLONIALIDADE EPISTÊMICA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

  10.56238/costurandosaberes-006

Ricardo Valim

Lattes: 3074004049762932

ORCID: 0000-0002-7790-6148

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Professor de filosofia Tecnologias do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia

Cleyton Pereira dos Santos

Mestrando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação Tecnológica
Membro do GET- Grupo de Estudos em Educação, Filosofia Tecnologias do Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO

Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles

Lattes: 9341194702829612

ORCID: 0000-0002-5245-9193

Doutora em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Pedagoga do Instituto Federal de Rondônia (IFRO)

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar o percurso histórico e filosófico decolonizador do itinerário epistêmico e normativo pelo qual passaram os povos originários desde os primórdios do empreendimento colonial. Observa-se o caminho jurídico progressivo em defesa das culturas originárias, na preservação das tradições, na proteção da natureza e no respaldo jurídico para com suas próprias existências enquanto seres humanos com direitos fundamentais assegurados. A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa teórica assentada na leitura e análise de casos da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Constituição Federal de 1988. Valioso contributo para a pesquisa é a leitura e estudo das obras de autores indígenas brasileiros contemporâneos como: Ailton Krenak (2022), Daniel Munduruku (2016), Davi Kopenawa (2015) e Kaká Werá Jecupé (2017) que revelam através de sua difusão prolífico-literária de saberes a voz-práxis-política da floresta que clama em preocupação com a possibilidade de aniquilamento da humanidade pela falta de cuidado com o meio ambiente e no respeito à diversidade humana. A pesquisa se alicerça ainda a partir dos estudos desenvolvidos pelo pesquisador e Professor Leno Francisco Danner (2021) da Universidade Federal de Rondônia/UNIR que em seus estudos demonstra a atualidade e pertinência destas tradições ancestrais. Conclui-se que os ensinamentos dos povos originários e tudo o que mais venha a constituir suas identidades é digno de respeito e preservação e isso fica explícito quando entidades jurídicas nacionais e internacionais atestam por via de normativas estabelecidas em consenso.

Palavras-chave: Direitos humanos, Decolonialidade, Povos originários, Reconhecimento.

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais as pessoas têm obtido acesso a registros que contam a história de nosso país e a luta de seu povo por assegurar direitos fundamentais. E isso se deve a facilidade e praticidade de

acesso a informação que temos hoje com os avanços tecnológicos nesta área. Muitas minorias têm travado uma luta honrosa com bravura indomita para assegurar o seu direito de ir e vir, sua autonomia e protagonismo social. Porém, ainda existem barreiras epistêmico-normativas que somente com atitudes decoloniais de enfrentamento é que serão superadas a saber a barbárie do racismo, da violência contra as populações originárias.

Falta de humildade epistêmica, no reconhecimento da existência e importância dos saberes originários para os povos indígenas e para a humanidade como um todo. É preciso considerar a multiplicidade de saberes, de produção de conhecimento e sabedoria.

O objetivo desta pesquisa é desenvolver um estudo que vise desvendar os caminhos das epistemologias indígenas tendo como relevância substancial a busca por restituir o lugar de fala e de direito dos povos originários. Objetiva-se também através da pesquisa verificar como se deu o desenvolvimento gradual dos aspectos referentes às práticas dos direitos humanos na história e se de fato estão sendo observados e respeitados sobretudo no que se refere às minorias populações indígenas.

É fato que uma mentalidade colonizadora não considera a relevância dos saberes dos povos originários gerando assim um epistemicídio de outros saberes que não os legitimados pela razão ocidental. É preciso uma humildade epistêmica que compreenda que o pensamento indígena brasileiro contemporâneo, por exemplo, apresenta uma perspectiva epistêmico-normativa importante para o descentramento frente ao pensamento eurocêntrico provinciano com pretensões de universalidade. E isso é comprovado via uma importante bibliografia que alicerçará o estudo, portanto, a pesquisa será de caráter bibliográfico.

No que se refere ao estado da arte, nota-se um crescimento da produção bibliográfica-intelectual indígena brasileira contemporânea. Autores prolíficos como Ailton Krenak (2022), Daniel Munduruku (2016), Davi Kopenawa (2015) e Kaká Werá Jecupé (2017) (só para citar alguns) estão despontando como grandes nomes da produção literária intelectual brasileira. Além destes autores indígenas, podemos citar ainda intelectuais acadêmicos como é o exemplo do Prof. Dr. Leno Francisco Danner da Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR que através de seus estudos têm demonstrando a atualidade, pertinência, profundidade, beleza e riqueza destas tradições ancestrais para a sociedade de um modo geral e também para a filosofia.

Este artigo é componente dos estudos realizados até o presente momento em minha pesquisa sobre filosofia indígena com o tema “Ontologia e Ética no Pensamento Indígena Brasileiro: Análise das Ontologias Tupi-Guarani e Yanomami” no Mestrado Acadêmico em Filosofia, na Linha de Pesquisa em Ética e Filosofia Política Contemporânea da Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR e devidamente institucionalizado junto ao Departamento de Pesquisa, Inovação e

Pós-Graduação (DEPESP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO *Campus* Porto Velho Calama - conforme a homologação 4 do Edital N° 02/2022/PVCAL - CGAB/IFRO, de 12 de Janeiro de 2022 - edital este de seleção, sem concessão de recursos financeiros e bolsas, destinado à institucionalização de projetos de pesquisa de demanda espontânea, de mestrado, doutorado e projetos aprovados em editais externos com recurso de agências de fomento.

2 POR UMA SUPERAÇÃO DA MARGINALIZAÇÃO EPISTÊMICA DO OUTRO: 1492 E 1500

1492 e 1500 são datas que de fato marcaram de uma forma tão profunda os corações e mentes das pessoas que até hoje convivemos com sua influência para o bem ou para o mal. Além do fluxo contínuo de europeus por estas terras recém encontradas houve também a invisibilização e subalternização do outro. Essa expressão se refere ao aspecto do modo como o colonizador vê o colonizado, ou seja, o vê não de forma empática, mas o vê como aquele que não tem nada em comum, sem qualquer possibilidade de similaridade. Nestas praias da pátria tupiniquim também aportou o sistema capitalista completamente desconhecido pelas populações nativas. Em todos os vastos territórios do Novo Mundo que foram colonizados houve um processo mercantilista que não foi somente de matérias primas, mas também de corpos, de mentes e de corações.

Nas Américas uma nova forma de organização do mundo foi institucionalizada, atingindo todas as esferas da vida humana. Neste processo entrou em cena uma nova forma de constituição dos saberes, da linguagem, da memória e dos imaginários de todos aqueles que fizeram parte desse processo histórico. O empreendimento colonial se tornou aos poucos um legitimador de saberes, ou seja, todos os conhecimentos que não faziam parte do que os europeus entendiam por conhecimento se tornava automaticamente superstição, mitologia e selvageria. Não houve espaço para considerar outras epistemologias, cosmovisões e cosmopolíticas.

A cisão drástica no campo do conhecimento entre ser humano e natureza operado pelo pensamento de filósofos como Francis Bacon (1561-1626) e o Empirismo e o Racionalismo de René Descartes (1596-1650) viria a ser fatal para os povos indígenas. Porque para os povos originários não existe separação do que é humano com a natureza, tudo está interligado.

Mas existem cicatrizes perceptíveis numa perspectiva decolonial quando se reflete sobre características do pensamento hegemônico eurocêntrico. Isso porque o pensamento europeu é provinciano com pretensões de universal é também um pensamento auto referencialista que descarta demais saberes e descarta pelas razões que já mencionamos. Portanto, este modo de pensar se vê como o único protagonista da história da humanidade e legitimador de saberes. O retrato disso está estampado nas prateleiras de livros de nossas bibliotecas, nossas bibliografias de nossos cursos

acadêmicos, nossas referências em Dissertações e Teses, uma quantidade singular de autores europeus, sobretudo, franceses, ingleses, alemães e pensadores norte-americanos.

Nos escritos dos autores mais badalados dos currículos acadêmicos como Bacon, Descartes, Hobbes, Rousseau, Locke, Kant, Hegel, Hume, Voltaire, Montaigne, encontra-se a presença dos povos originários como negatividade¹, ou seja, são considerados seres pré-políticos, pré-sujeitos e pré-epistêmicos, reforçando a ideologia do pensamento europeu evoluído, superior, universal e autoreferencialista. Se analisarmos a teoria hobbesiana sobre o Estado de Natureza e o Estado Civil, por exemplo, o autor usa como base os fatos históricos da colonização das américas (Hobbes, 2003) para elucidar seu pensamento.

Nestes pressupostos encontra-se uma fundamentação eurocêntrica moderna para a existência do olhar subalternizador excludente do colonizador. Este olhar justificaria e legitimaria a conquista dos vastos territórios por considerar alguns elementos tais como: a) a região do Novo Mundo era percebida como um local vazio, despovoado e portanto, haveria a necessidade de se reivindicar estes territórios; b) Outro ponto a considerar é que seus habitantes se apresentavam como nômades e não teriam consciência de pertencer a um território; c) Esses povos também não teriam o mínimo entendimento sobre o que seria propriedade privada e a sua importância; d) Nestes espaços conquistados, existe um vazio de espiritualidade, de valores e sobretudo, de intelectualidade. Não existe, portanto, produção de conhecimento.

Os reflexos desse olhar epistemicída que inferioriza as demais epistemologias teve consequências dramáticas para a história da humanidade pelo seu caráter essencialmente excludente. Mas é preciso considerar que esse modo de operar colonial não acabou simplesmente da noite para o dia como veremos a seguir.

3 EFEITOS COLONILATERAIS

Um dos principais achados, durante a elaboração desta pesquisa, foi justamente a compreensão de que o fenômeno da colonialidade implica no modo de pensamento colonial sorrateiro que permeia todas as nossas relações até o presente momento. A colonização do Brasil e suas sequelas, decorrentes de seu processo de dominação, exploração econômica e política, hoje se compreende como colonialismo. Portanto, o fim do Império (descolonização) não pôs fim à

¹ DANNER, Leno Francisco. **Pacificando o Branco**: uma história da modernidade contada pelos indígenas. Publicado pelo canal Debates Filosóficos 17 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TxXmjL0Ju1U&list=PLJUy4HUiS8xwlelFOKrV7UKg4bMRqqqSx>. Acesso em: 10 nov 2022.

mentalidade, o modo de ser, estar e tributário do colonialismo, ou seja, a subjetividade segue colonizada.

Em linhas gerais, o colonialismo acabou no Brasil, mas a Colonialidade perdura mesmo depois da descolonização. Agora quanto à Decolonialidade, esta por sua vez, busca uma mudança drástica de todas as formas de domínio hegemônico atuais. Sobretudo, nos campos do conhecimento, nas relações intersubjetivas e na própria configuração mesma das instituições. Ainda permanece de forma subliminar um certo sentimento paternalismo por sobre os povos indígenas, por exemplo, onde ainda se pensa que os mesmos não são capazes de se autogovernar. Esse achado se encontra sobretudo na sintonia que existe com o pensamento das principais personalidades literárias indígenas brasileiras contemporâneas como Ailton Krenak (2022), Daniel Munduruku (2016), Davi Kopenawa (2015) e Kaká Werá Jecupé (2017).

Outra descoberta importante foi através obra do filósofo alemão Jürgen Habermas (2012) onde o mesmo sustenta a argumentação sobre a impossibilidade de contribuição dos não europeus, ou como ele define como “sociedades arcaicas”, para orientar a humanidade nos caminhos do conhecimento racional:

Para entender o significado dessa pretensão de universalidade, recomenda-se fazer uma comparação com a compreensão de mundo mítica. Em sociedades arcaicas, os mitos cumprem de maneira exemplar a função unificadora própria às imagens do mundo. Ao mesmo tempo, no âmbito das tradições culturais a que temos acesso, eles proporcionam o maior contraste em relação à compreensão de mundo dominante em sociedades modernas. Imagens de mundo míticas estão muito longe de nos possibilitar orientações racionais para a ação, no sentido que as entendemos. No que diz respeito às condições de condução racional da vida no sentido anteriormente apontado constituem até mesmo uma contraposição à compreensão de mundo moderno (HABERMAS, 2012, p. 94).

Essa descoberta foi importante porque reforça a necessidade da busca por uma virada epistêmica decolonial. Além disso, expressa um modo de pensar que descarta a possibilidade de considerar estes modos de conhecimento como formas autênticas de saberes e que podem vir a contribuir para a construção harmônica da sociedade. Se faz necessário o reforço de que decolonialidade implica em considerar uma pluralidade de formas de pensamento e não apenas um único modo de pensar (lógica moderna capitalista).

Ao passo que se considera outros modelos de pensamento, outras epistemologias, que não as hegemonicamente institucionalizadas, descobriremos a beleza de modelos ontológicos e éticos do pensamento indígena tais como os que estão presentes nas obras *Ayvu Rapyta* dos Mbyá Guaraní redigido por León Cadogan (1959) e *A Queda do Céu* de Davi Kopenawa (2015) em parceria com Bruce Albert referente ao pensamento xamânico Yanomami.

Ayvu Rapyta em uma tradução aproximada poderia ser entendido como o “fundamento da língua humana”. Originalmente este texto vem da tradição oral dos Mbyá Guarani e restrito somente a poucos integrantes da comunidade indígena. León Cadogan após anos convivendo e criando laços de confiança obtém acesso às palavras sagradas e passa a transcrevê-las sistematicamente para a posteridade. Sem o esforço de Cadogan não haveria possibilidade de acesso a estrutura do Ayvu Rapyta e ao conceito metafísico Guaraní ontológico dual de ser humano (essência do ser) que é a dualidade que existe entre a alma e a palavra. Também não haveria acesso ao conhecimento de uma Cosmogonia autêntica presente neste Gênesis Mbyá Guarani em que há o relato da criação do cosmos e do surgimento do Criador (Nhamandú {Ñande Ru} Tenondé) etc. Nota-se também uma forte presença de uma liturgia completa com hinos, orações, revelações sobrenaturais. Além disso, está fortemente presente a medicina ancestral com suas receitas de medicamentos para curar as mais variadas enfermidades. Aspectos referentes a procedimentos relativos à agricultura também fazem parte deste denso compêndio. E por último, mas não menos importante, não podemos nos esquecer da presença das normas sociais variadas que regem o convívio daqueles que fazem parte da comunidade local.

Já na obra *A Queda do Céu* de Davi Kopenawa (2015) com o apoio do francês Bruce Albert que redigiu os conhecimentos orais fornecidos por Kopenawa a obra revela um mundo yanomami ainda não conhecido, mostrando a trajetória de luta de Davi Kopenawa e de seu povo pela sobrevivência e resistência em meio à floresta contra as mais diversas ameaças causadas pela exploração da região. Essa obra também é fundamental para compreender o xamanismo como caminho condutor na busca pela sabedoria revelando assim uma outra epistemologia.

A Queda do Céu tem valor inestimável porque revela a cosmovisão Yanomami de busca pela sabedoria numa perspectiva totalmente diferente e original dos padrões tradicionais presentes em nossa sociedade marcadamente eurocêntrica. Essa fato fica expresso quando acompanhamos o pensamento de Kopenawa quando expressa o caráter reflexivo presente em suas tradições:

Sem o poder da yãkoana as pessoas não se perguntam sobre as coisas do primeiro tempo. Nunca pensam: “Quem eram mesmo nossos ancestrais que viraram animais? Como foi que o céu caiu antigamente? De que modo Omama criou a floresta? O que dizem mesmo os cantos e as palavras dos xapiri?”. Ao contrário, quando bebemos o pó de yãkoana como Omama nos ensinou a fazer, nossos pensamentos nunca ficam ociosos. Podem crescer, caminhar e se multiplicar ao longe, em todas as direções. Para nós, é esse o verdadeiro modo de conseguir sabedoria. (KOPENAWA, 2015, p. 510).

A importância dessa fala consiste no âmbito de consideração de outros saberes como busca da verdade e conseqüentemente de sabedoria numa perspectiva Yanomami. Esse conhecimento, seu aprendizado, indica outra característica fundamental, ou seja, estes saberes se deram na prática na

convivência coletiva entre seres humanos, animais e seres espirituais em meio à floresta e não por via de materiais didáticos. Até porque na compreensão Yanomami foi Omama que fixou as palavras dentro das pessoas e não em folhas de papel (KOPENAWA, 2015, p. 76). A educação indígena aqui é retratada como não carente de instrumentos didáticos pedagógicos e suas teorias como o faz nossa sociedade. Portanto, a uma conexão profunda entre o ser humano e a natureza onde esta última marca forte presença na construção dos saberes das populações indígenas.

A compreensão de toda essa conjuntura muito peculiar dos povos originários permite a abertura de consciência para a entender que eles são seres humanos com suas particularidades e que merecem um respaldo jurídico seja no âmbito nacional, regional ou até mesmo na esfera internacional. Neste sentido veremos adiante o processo evolutivo normativo para cada vez mais garantir a estes povos, o direito de serem eles mesmos.

4 UM BREVE PERCURSO EVOLUTIVO DOS DIREITOS INDÍGENAS

Quando falamos de direitos indígenas estamos falando da evolução da própria humanidade no que se refere ao seu amadurecimento normativo sobre os direitos dos povos originários. E dentro dessa pluridiversidade dos direitos humanos se faz necessário fazer memória de como os povos originários foram tratados ao longo tempo.

Sempre que for abordada essa temática referente aos povos indígenas e seus direitos, precisamos ter consciência de que eles possuem uma importância capital como povos formadores, originários da história do que hoje conhecemos como Brasil. É preciso lembrar de que para desbravar as vastas áreas a serem conquistadas os colonizadores fizeram a utilização dos indígenas como guias para acessar estes espaços e quando os povos nativos se rebelaram contra este tipo de trabalho e a escravização forçada se tornaram aos olhos dos conquistadores o que veio a se configurar como a figura do mau selvagem.

Devido ainda ao seu estilo de vida, os colonizadores entendiam que o indígena não fazia parte do modelo de governo da época, que era constituído por um soberano, leis e também pela religião. Portanto, o indígena era visto como um ser que estava à margem disso, sem leis, sem reis e sobretudo, sem sua própria alma. E neste aspecto da alma, a questão ficou ainda mais intensa quando os indígenas se recusaram a receber catequese. Somente com a Bula Papal de Paulo III de 29 de maio de 1537 que houve a afirmação de que não somente esses povos seriam capazes de compreender a Deus como também serem eles possuidores de liberdade e não serem privados de suas posses.

Mas foi um Frei Dominicano chamado António de Montesinos (1475-1540) que em seu Sermão de Natal de 25 de Dezembro de 1511 chamou a atenção dos governantes da época pelo teor

de denúncia sobre a crueldade e falta de humanidade para com as populações nativas por parte dos colonizadores. Foi então que Fernando II de Aragão “O Católico” convocou teólogos e juristas para formar o chamado “Conselho de Burgos” de 1512 de lá saíram as “Leis de Burgos” de 1512. Estas foram responsáveis por dar forma a um novo corpo legislativo em apoio aos direitos dos povos originários. Este seria um dos documentos pioneiros ao abordar a temática dos direitos humanos. Porém, o problema não se resolveu em definitivo, foi quando em 1550 o Rei Carlos I suspendeu as conquistas até um novo parecer dado por um novo conselho, devendo formar o “Conselho de Valladolid” para discutir justamente os aspectos da justiça e da injustiça praticadas no Novo Mundo. E foi lá que ocorreu a famosa “Controvérsia De Valladolid” (1550–1551) onde a pergunta chave era “São os habitantes das índias seres humanos como nós?”. Este emblemático episódio foi protagonizado por dois personagens emblemáticos do clero espanhol do século XVI Bartolomeu De Las Casas (1484 - 1566), Frade Dominicano conhecido como “Advogado Dos Índios” e seu adversário Juan Ginés De Sepúlveda (1489 - 1573), Jesuíta que fazia uso do pensamento aristotélico para justificar a escravização dos povos indígenas.

Deste modo fica claro que a trajetória linear dos direitos indígenas parte sempre na perspectiva de busca por dias melhores para estas populações que aqui estavam muito antes de seus colonizadores. Felizmente hoje está se criando uma cultura que entende os povos originários como pessoas humanas que possuem em si mesmas o princípio da dignidade humana e possuem seus direitos resguardados perante o direito âmbito nacional e internacional.

É fundamental compreender para respeitar que para o indígena existe uma outra cosmovisão e portanto, uma outra epistemologia que o leva a entender que o princípio da igualdade está mais relacionado aos aspectos da alteridade que em simples palavras podemos expor como sendo aquela capacidade humana empática de se pôr no lugar do outro. E o mais importante de tudo respeitar o diferente em sua diferença sem expectativas de assimilação, sobretudo de maneira forçada na esperança de uma tão sonhada integração nacional.

O desafio perpetrado ao longo do tempo foi o de "baixar a guarda" passando da compreensão de tutelados, como previa o Estatuto do Índio (LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973), com seus primórdios nas décadas de 1970 e 1980 como o Movimento Indígena brasileiro permitindo que estes povos se pronunciassem sobre o que queriam para si mesmos e para nosso país. Hoje através dos avanços das tecnologias da informação mas também do advento da literatura indígena brasileira contemporânea podemos compreender que estes povos querem resguardar seus direitos. Deste modo entende-se que a tecnologia tem papel de destaque em suas vidas, não para afastá-los das tradições, mas justamente pelo contrário, a tecnologia hoje é vista como ferramenta para a preservação, manutenção, divulgação das tradições. Esses registros epistêmicos são importantes porque permitem

a seguridade contra o desaparecimento das línguas originárias como é o caso das muitas que já desapareceram ao longo do tempo sem deixar vestígios.

Cada povo originário tem direito a sua autodeterminação, ou seja, a capacidade de fazer escolhas livremente segundo as necessidades de cada época. Segundo dados do IBGE de 2010, são no Brasil mais de 256 povos com suas mais de 150 línguas, existem 896.917 pessoas, 324.834 estão vivendo nas cidades e outros 572.083 na zona rural, portanto, somam 0,47% da população brasileira. Esses dados são importantes porque revelam a multiplicidade de etnias vivendo em nosso país e levam a considerar a importância no respeito a individualidade de cada povo e suas características particulares.

Hoje acompanhamos o reconhecimento do Direito Indígena na sociedade apesar de falas como a do Presidente da República na Assembleia Geral das Nações Unidas que muitas vezes soavam como controvérsias. É preciso respeitar a trajetória desses povos e levar a cabo, o que hoje se reconhece no âmbito internacional como indígenas sendo sujeitos e o próprio direito indígena como sendo um ramo autônomo.

Portanto, o indígena deve mais do que nunca ser compreendido como o protagonista de sua própria história e que vem assumindo posições importantes nas mais variadas esferas do conhecimento.

Quando se pensa nos aspectos dos Direitos Indígenas é preciso fazer a invocação da proteção de grupos minoritários que estão de alguma forma em situação de vulnerabilidade social e por isso é indispensável inclinar a atenção para os Direitos Humanos Indígenas.

No que se refere à dimensão enquanto tal dos Direitos humanos é fundamental considerar que são processos culturais, sociais, políticos normativos que vão abrindo espaços de luta pela dignidade humana. Neste sentido, se considera que de fato não há direitos humanos sem lutas emancipatórias, ou seja, os povos indígenas, por sua vez, são forças motrizes de sua própria história por direitos e pela efetivação da justiça. Configura-se assim a dinamicidade dos direitos atrelada a evocação de uma ética da alteridade que pensa o reconhecimento do outro como sujeito de direitos em meio a sociedade e que demanda que suas necessidades sejam de fato sanadas.

Numa perspectiva decolonial do direito entende-se que as intolerâncias correlatas que negam o outro como sujeito pleno de direitos por meio de doutrinas de superioridade de diferenças, autoritárias por vezes, se constroem ideários imagéticos limitantes aos aspectos de manifestação identitária do outro. Faz-se necessário um processo inverso que venha a de fato sedimentar processos que potencializam a afirmação, proteção e defesa dos direitos dos povos indígenas nas suas respectivas especificidades.

Quando se trata de aspectos relativos à proteção dos direitos humanos não basta somente pensarmos na proteção oferecida constitucionalmente. É preciso sempre ter uma visão panorâmica do sistema judiciário de caráter multinível, ou seja, é preciso um diálogo constitucional também em nível internacional, no caso a ONU e a Corte Interamericana de Direitos Humanos que são expressões amplas do Direito Internacional. Assim, pode-se considerar como ponto de partida para a proteção dos povos indígenas de forma internacional a Convenção nº 107 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), de 05 de junho de 1957. Este documento no Artigo 1º tem como uma de suas características o enfoque *integracionista, progressiva* e de *assimilação social* dos povos indígenas e tribais. Mais adiante no Artigo 2º há uma evocação para que os governos de forma *sistemática* possam lançar mão de *programas de proteção*. Apesar de ser um documento que busca dar uma abertura para o cuidado dos povos indígenas, não está eximida de críticas. Uma crítica sobre esta Convenção parte justamente do pressuposto de que ela é marcadamente integracionista, assimiladora e racista porque se liga ao aspecto da dinâmica de superioridade entre as diferentes expressões raciais, ou se preferir das relações assimétricas insuperáveis de poder, em que uma se sobrepõe às demais.

Trinta e dois anos depois é adotada a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais de 7 de junho de 1989. Este documento se tornou referência pela instituição de um novo paradigma na abordagem da temática indígena. Basicamente faz um rompimento referente aos aspectos ligados a assimilação e integração. Faz agora a instituição da *autodeterminação*, ao *direito à diversidade*, ao reconhecimento de *identidade própria*, direito a *consulta e participação* quando a medidas que afetem o seu destino, *direito à terra*, leva em consideração os princípios do *etnodesenvolvimento*. É notório toda a carga que traz consigo no que se refere a toda uma nova gama conceitual pautada na autodeterminação. O Artigo 2 expõe de forma evidente o nível de protagonismo das populações indígenas.

Quanto aos aspectos relativos à ONU é preciso mencionar que ao que tudo indica até hoje não há um tratado com força normativa vinculante efetiva referente aos povos indígenas. Porém, existe a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas na 107ª Sessão Plenária de 13 de setembro de 2007. É preciso dizer que este é um documento que os países tanto podem assinar como não e, portanto, tem um teor facultativo. Isso acontece porque existem temas menos consensuais, ou seja, que não geram um consenso geral. Como, por exemplo, o ponto mais sensível politicamente na temática indígena é o conceito de autodeterminação e isso gera dissenso porque nem todos os membros consideram a mesma importância ao tema. É interessante ao analisar este documento que em seu Artigo 1º já expõe que os povos indígenas pela sua condição de ser não podem ter menos direitos. No Artigo 28º é exposto o direito à restituição ou indenização de suas terras indígenas. O direito da autodeterminação de suas tradições e costumes aparece no Artigo 33º.

No que se refere ao sistema Interamericano com sua consistente jurisprudência é importante mencionar alguns casos ocorridos em que de fato se apresenta a amostra evolutiva de determinações. Como por exemplo, o Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicarágua sentença de 31 de agosto de 2001. Neste caso existe o reconhecimento do direito dos povos indígenas à propriedade coletiva da terra, como uma tradição, como direito fundamental que vem a afetar a sua vida comunitária, cultural e até mesmo espiritual. Entende a Corte Interamericana de Direitos Humanos que não é somente uma relação de posse e produção, mas sim a terra é elemento material e espiritual que preserva o legado cultural que pode ser transmitido às próximas gerações. E no Nº 16 aponta para o fato da supressão deste direito à propriedade coletiva a causa tanto do desaparecimento cultural como físico.

No caso acima citado dá-se destaque como exemplo onde a corte faz a atualização do Artigo 21 da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969) onde se refletem os critérios e valores mais básicos sobre o direito à propriedade privada. Agora com novos fatos e necessidades essa atualização acontece em demanda do caso supracitado e surge então o aspecto do direito à "propriedade coletiva". É interessante observar que a corte ao revisitar o direito à propriedade privada vê e considera como propriedade coletiva porque no seu entendimento deste dispositivos a dinâmica relacional entre comunidade indígena e a terra é de uma outra ordem que não a ordem ocidental. Respeita-se, portanto, a cosmovisão de que a terra é sagrada, pertenceu aos antepassados e em caso de danos esses danos não são somente de ordem material, mas são de ordem espiritual também. Nota-se uma transcendência interpretativa da lei frente a dinâmica peculiar da comunidade originária.

Outro processo importante da Corte Interamericana de Direitos Humanos é o da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai - Sentença de 17 de junho de 2005, onde é exposto a importância do reconhecimento não somente dos valores mas também das práticas curativas da medicina tradicional daquele povo (Cf. Nº 114) ligadas ao espaço geográfico em que se situam. Até porque existe em torno do aspecto da saúde para os povos originários uma outra cosmovisão em que a saúde é vista como um bem ao coletivo.

Já no Caso Da Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai - Sentença De 24 De Agosto De 2010 a Corte Interamericana De Direitos Humanos entendeu que os conceitos tradicionais de propriedade privada que temos não se aplicam às comunidades indígenas o sentido de propriedade é outro e portanto, não está assentado na indivíduo, mas sim na coletividade de sua comunidade originária (Cf. Nº 09 e 86). Esse entendimento sobre o direito à propriedade coletiva sem riscos de

interferência externa também foi tema no Caso Do Povo Indígena Xucuru E Seus Membros Vs. Brasil - Sentença De 5 De Fevereiro De 2018 (Cf. Nº 93 e 94).

No que se refere a dinâmica de consulta (Cf. Nº 144B/ 159) ao povo originário referente a práticas que intervieram ou que viriam a intervir diretamente na sua dinâmica social, a Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso do Povo Indígena Kichwa De Sarayaku Vs. Equador - Sentença De 27 De Junho De 2012 entendeu que o pano de fundo desses processos vai além do aspecto reparador, mas caminham para o ponto em que sirvam como sinal de alerta protetivo para que se evite situações similares (Cf. 146).

Exemplo interessante é o Caso Comunidades Indígenas Membros da Associação Lhaka Honhat (Nuestra Tierra) Vs. Argentina - Sentença de 6 de Fevereiro de 2020. Neste caso, a corte entende que os povos originários têm direito a um meio ambiente saudável (Cf. Nº 06/186/187/201/202/248) e declara (Cf. Nº 289) ter a Argentina violado o direito ao meio ambiente de 132 comunidades indígenas que fazem parte da associação. O Estado não deve efetuar obras nas terras indígenas sem consulta prévia de seus moradores.

A Declaração Americana sobre Direitos dos Povos Indígenas, Organização dos Estados Americanos (OEA) - (aprovada na terceira sessão plenária, realizada em 15 de junho de 2016) carrega consigo uma bagagem das temáticas referentes aos direitos indígenas da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Neste documento faz-se menção a importância dos povos originários para o desenvolvimento regional e reconhece também as atrocidades cometidas pela colonização. No Artigo VII traz como aspecto inovador a igualdade de gênero. Assim acontece de fato o rompimento com o modelo abordado no documento de 1969 que possuía uma posição assimiladora e integradora. No Artigo XVI acontece o reconhecimento do direito à espiritualidade indígena.

No Brasil também ocorreu uma evolução no âmbito jurídico com relação aos povos indígenas. Basta fazer memória do até então o Código Civil de 1916 no Artigo 6º fazia menção de que os "Silvícolas" eram incapazes para atos da vida civil. Ou mesmo pelo Estatuto do Índio Lei Nº 6.001, De 19 De Dezembro De 1973 que até em seu título remete a um ideal rotulador e genérico ao usar o termo "índio" além é claro de uma visão integracionista, assimiladora e harmônica dos povos indígenas.

Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Art. 3º indica que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Dentro da Constituição é preciso destacar os dispositivos o Artigo 231 e o Artigo 232 pioneiros no reconhecimento dos Direitos dos Povos Indígenas e está em plena sintonia com as demais entidades jurídicas no âmbito internacional. A Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico na vida e

dinâmica social dos brasileiros, mas também foi ela de profunda importância para os povos originários que até então tinham seus direitos limitados a uma tutela estatal segundo o já referido Estatuto do Índio. Os povos originários a partir desse momento tem diante de si, a legítima possibilidade de tomarem as rédeas de seus destinos para realizar suas tradições, cultivarem suas línguas e culturas e sobretudo estão plenamente livres para serem eles mesmos protagonistas de uma nova etapa histórica do Brasil.

Também vemos exemplos de outras constituições Latinoamericanas como é o caso das do Estado Plurinacional da Bolívia de 2009 ou mesmo a Constituição Equatoriana de 2008 que fala explicitamente da coexistência de nações indígenas dentro do espaço territorial e plurinacional do Equador. Essas constituições são exemplos de uma virada epistêmica e normativa pela qual passa as sociedades na busca por um encontro harmonioso e profundo no respeito às garantias dos direitos fundamentais dos povos originários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão é que a produção epistêmica indígena contemporânea brasileira permite a sobrevivência das culturas originárias através da literatura, da arte e de tantas outras formas de manifestação possíveis. Também é possível detectar a influência destes modos de pensamento seja na esfera acadêmica enquanto tal, mas também na informalidade do conhecimento popular. Outro ponto de destaque é que a transmissão do conhecimento ocorre por via da apropriação de uma linguagem (espanhol, português, inglês, francês) não originária, que os povos indígenas têm feito uso tanto da tecnologia quanto da linguagem para divulgarem seus modos de ser e estar no mundo, retrato disso é a quantidade significativa de vídeos, palestras, podcasts, livros físicos ou digitais

Torna-se evidente também a contradição latente de um modelo provinciano com pretensões de universalidade de conhecimento, como é o caso da hegemonia intelectual eurocêntrica, que nega outros saberes por entender que não possuem elementos racionais suficientes para serem considerados saberes. A realidade indica que quanto mais entramos em contato com as culturas originárias, mas estaremos nos conectando com nossa verdadeira essência. Essa essência que nos reconduz para o seio da natureza onde somos um em meio a tantos outros seres, em uma expressão de coletividade que busca um bem viver sempre crescente em harmonia profunda com o cosmos circundante e com os demais seres humanos. Pensando nisso é que foi dado um salto importante na criação da Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008 que prevê o estudo da história, da cultura tanto negra quanto indígena para formação da identidade social nacional fazendo um resgate dessas mesmas contribuições em vários campos do desenvolvimento nacional.

Mas para assegurar essa garantia de direito se faz necessário em primeiro lugar compreender, o que venha a ser de fato Direitos Humanos. É preciso saber que basicamente uma construção histórica elaborada a partir da experiência humana por pensadores que se debruçaram sobre a questão buscando soluções para as necessidades de cada momento histórico. Se faz necessário ainda afirmar que os direitos humanos além de ser uma criação humana é ele próprio dinâmico desde sua origem numa perspectiva de aprimoramento linear aprendendo e se reformulando a partir de erros e acertos da própria humanidade. Exemplo disso foi o Tribunal de Nuremberg que durante os julgamentos pós Segunda Guerra Mundial devido a complexidade de alguns temas que requereram veredito célere e assertivo acabou por estabelecer as bases para o Direito Internacional Moderno. Compreender esse potencial dinâmico dos direitos humanos é fundamental porque revela justamente essa capacidade de se atualizar e atender as mais variadas demandas específicas, sobretudo, dos povos originários. Assim a justiça além de cumprir seu papel expõe uma característica crucial, o entendimento da justiça como não somente uma palavra, um conceito, mas como vida para que outros tenham vida.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 09 nov 2022.
- CADOGAN, León. Ayvu Rapyta – Textos Míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá. Boletim N° 227/antropologia n° 5. São Paulo: USP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1959.
- CAIAFA MASTER. Discurso do Presidente Bolsonaro na ONU (24/09/2019). Youtube, 24 de set de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kUI0DT-ed0k>. Acesso em: 02 nov 2022.
- CORTE IDH. Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicarágua. Sentença de 31 de agosto de 2001. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/1d066bbac6f06f20e3bb0e08e5697c4a.pdf>. Acesso em: 03 nov 2022.
- CORTE IDH. Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Sentença de 17 de junho de 2005. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/25ecf2789dfd641e1ec8f520762ac220.pdf>. Acesso em: 03 nov 2022.
- CORTE IDH. Caso da Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai. Sentença de 24 De Agosto De 2010. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/25ecf2789dfd641e1ec8f520762ac220.pdf>. Acesso em: 03 nov 2022.
- CORTE IDH. Caso Do Povo Indígena Xucuru E Seus Membros Vs. Brasil. Sentença de 5 De Fevereiro De 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/editais-2018-1/sentenca_xucuru.pdf. Acesso em: 03 nov 2022.
- CORTE IDH. Caso do Povo Indígena Kichwa De Sarayaku Vs. Equador. Sentença De 27 De Junho De 2012. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/dd8acea6c7256808b84889d6499e6aaa.pdf>. Acesso em: 03 nov 2022.
- CORTE IDH. Caso Comunidades Indígenas Membros da Associação Lhaka Honhat (Nuestra Tierra) Vs. Argentina - Sentença de 6 de Fevereiro de 2020. Disponível em: [https://www.tjssp.jus.br/Download/Portal/Neddif/Jurisprudencia/CIDH-Caso-LHAKA-HONHAT-\(NUESTRA-TIERRA\)-VS-Argentina.pdf](https://www.tjssp.jus.br/Download/Portal/Neddif/Jurisprudencia/CIDH-Caso-LHAKA-HONHAT-(NUESTRA-TIERRA)-VS-Argentina.pdf). Acesso em: 03 nov 2022.
- DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco. Descentramento, Crítica e Transformação: uma história da modernidade a partir da descolonização africana e do pensamento indígena. *Philosophos - Revista de Filosofia, Goiânia*, vol. 26, n° 1, pg. 147 a 196, 2021. DOI: 10.5216/phi.v26i1.67351. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/67351>. Acesso em: 26 ago. 2022.
- DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie, & DANNER, Fernando. Decolonialidade, Lugar de Fala e Voz-Práxis Estético-Literária: Reflexões desde a literatura indígena brasileira. *Alea*, vol. 22, n° 1, pg. 59 a 74, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/alea/article/view/33525>. Acesso em: 13 set 2022.
- DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie, & DANNER, Fernando. Literatura indígena entre tradição ancestral e crítica do presente: sobre a voz-práxis indígena em termos estético-literários.

Scripta, vol. 24, nº 50, pg. 205 a 256, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2020v24n50p205-256>. Acesso em: 15 nov 2022.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie. Literatura de Minorias como crítica do presente e politização radical: reflexões sobre a literatura indígena brasileira. Revista Crioula, [S.l], nº 21, pg. 197 a 233, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/143341>. Acesso em: 15 nov 2022.

DUSSEL, Henrique. 1492 O Encobrimento do Outro – A Origem do Mito da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

ENFOQUE DERECHO. Casos emblemáticos - Juicios de Núremberg. Youtube, 01 de out de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ogi0VUAAOhA>. Acesso em: 09 nov 2022.

ESTRATÉGIA CARREIRA JURÍDICA. População Indígena e Direitos Humanos. Youtube, 01 de fev de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p6Z8IFjnrWs&list=PLJZqgt90wA-nTDHEc6Hu8VVbdRiRBWoiy&index=65>. Acesso em: 10 nov 2022.

HABERMAS, Jürgen. Teoria do Agir Comunicativo I – Racionalidade da Ação e Racionalização Social. São Paulo: Editora WMP Martins Fontes, 2012.

JECUPÉ, Kaka Werá. A Terra dos Mil Povos – História Indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

HOBBS, Thomas. Leviatã – Ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

IFMS Campus Campo Grande. A luta pelos Direitos Humanos dos Povos Indígenas. Youtube, 22 de mar de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IHKTXNRgqIg>. Acesso em: 10 nov 2022.

JECUPÉ, Kaka Werá. O Trovão e o Vento – Um caminho de evolução do xamanismo tupi-guarani. São Paulo: Polar, 2017.



KRENAK, Ailton. A Potência do Sujeito Coletivo – Parte I [entrevista concedida a Jailson de Souza Silva]. Revista Periferias – O paradigma da potência, p. 1-21, v. 1, n.1, 2018. Disponível em <http://revistaperiferias.org/materia/a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-i/>. Acesso em 30 ago 2022.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A Queda do Céu – Palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MERSION CULTURA. Controversia de Valladolid. Youtube, 30 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u1wozt8ph5k>. Acesso em: 09 nov 2022.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Declaração Americana sobre Direitos dos Povos Indígenas - aprovada na terceira sessão plenária, realizada em 15 de junho de 2016. Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/publicacoes/tratados-declaracoes-internacionais/declaracao-americana-sobre-direitos-dos-povos-indigenas-organizacao-dos-estados-americanos-oea/>. Acesso em: 03 nov 2022.

TRANSFORMAÇÃO HUMANA NA EXPERIÊNCIA MÍSTICA: CONVERGÊNCIAS EPISTÊMICAS E ONTOLÓGICAS INDÍGENAS E OCIDENTAIS

  10.56238/costurandosaberes-007

Ricardo Valim

Lattes: 3074004049762932

ORCID: 0000-0002-7790-6148

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Professor de filosofia Tecnologias do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia

RESUMO

Através de uma pesquisa de cunho teórico, o presente artigo teve por objetivo esclarecer o que é de fato o fenômeno da conversão religiosa e as suas implicações na vida das pessoas. A presente pesquisa procurou ainda de modo claro e objetivo justamente traduzir em palavras acadêmicas não-teológicas essa realidade religiosa da conversão, tão ampla, complexa, mas ao mesmo tempo tão bela e sutil que está presente na sociedade e nas culturas indígenas desde tempos imemoriais. Aliás, ficou claro que de fato este fenômeno pode afetar de forma incisiva a vida de toda e qualquer pessoa que se disponha a trilhar caminhos nunca antes percorridos de sua existência espiritual.

Palavras-chave: Religião, Fenômeno, Conversão, Indígenas.

1 INTRODUÇÃO

Não sabemos nem onde ou quando surge precisamente a religião, ou quando o homem teve a sua primeira experiência religiosa, mas ainda assim o fenômeno da religião permanece um fato concreto. É inegável também a força que tal fenômeno exerce sobre qualquer ser humano e por ter esta característica de estar presente na vida dos seres humanos é que lhe é conferida o atributo de ser integrante e presente a todo e qualquer pessoa. Esta realidade toda e qualquer criatura independentemente de sua etnia, grupo social ou cultural está sujeita. No entanto, dentro deste quadro aparentemente complexo da religião algo chama a atenção, o fenômeno da conversão. Este fenômeno é detentor da capacidade de uma mudança de plano subjetiva, visto que, ocorre em todas as pessoas, porém com diferenças substanciais, ou ainda se preferir é uma mudança que acontece em todas as pessoas, mas não de igual modo. Muito embora, o termo conversão esteja diretamente associado ao conceito judaico-cristão presente nos textos sagrados, essa abertura para o transcendente pode ser facilmente identificada em toda e qualquer cultura e religião existente mundo afora. Não é algo, portanto, único e exclusivamente presente no judaísmo e no cristianismo.

O ser humano, ao receber a “graça da conversão” passa a sentir novos ares religiosos e conseqüentemente passa a viver debaixo daqueles novos preceitos doutrinários – que em alguns casos são radicalmente distintos dos de origem – e ganha uma nova consciência. Deste modo, aquele que

se sujeita a tal processo, encontra respostas para as suas indagações mais profundas e pertinentes que outrora não lhe faziam sentido algum. De forma mais íntima o ser humano se sente mais unificado a algo que transcende profundamente sua realidade. Vemos isso nas culturas dos povos originários indígenas brasileiros contemporâneos. Para estas pessoas suas conexões com o sagrado estão disponíveis em todas as partes deste cosmos circundante. A realidade imanente toda passa a ser para estes povos uma realidade sagrada.

Através de uma pesquisa de natureza metodológica teórica e multidisciplinar que conta com autores como o Historiador das Religiões Mircea Eliade (1999), o Sociólogo Polonês Zygmunt Bauman (1998), o criador da Logoterapia Viktor E. Frankl (2013) e também com autores indígenas brasileiros contemporâneos como Ailton Krenak (2018); Daniel Munduruku (2016); Davi Kopenawa (2015); Kaká Werá Jecupé (2017). A presente pesquisa procura de modo claro e objetivo justamente traduzir em palavras acadêmicas não-teológicas essa realidade religiosa (conversão) tão ampla, complexa, mas ao mesmo tempo tão bela e sutil que está presente na sociedade desde tempos imemoriais até a atual conjuntura social.

Em um primeiro momento nesta pesquisa procura-se entender a mais tenra relação constituída entre o ser humano e o que este julga ser sagrado. Melhor dizendo, os primeiros sinais que evidenciam o surgimento da religiosidade. Na segunda parte do artigo se torna necessário entender como tal relação está presente na atualidade. O que é uma simples e breve forma de entender como se situa o ser humano perante a religião nos moldes atuais. E por fim, mas não menos importante, tenho a pretensão de esboçar de forma clara e objetiva o que se entende pelo que se convencionou a chamar de fenômeno da conversão. E principalmente entender quais foram os impactos que tal virada de pensamento proporcionou a homens como Paulo de Tarso, por exemplo.

O interesse por tal pesquisa surge em primeiro lugar de uma necessidade pessoal de dar respostas a questionamentos sobre algo que faz parte do cotidiano de cada ser humano e que por muitas vezes passa despercebido mesmo aos olhos mais atentos. Outro motivo que levou a origem de tal pesquisa é a busca por esclarecimento dessa realidade a toda e qualquer pessoa que por ventura se interesse pela temática. Aliás, a busca por esclarecimento é o grande objetivo pretendido neste estudo como forma de auxílio intelectual fora dos ditames tradicionais para toda a sociedade.

Vale mencionar ainda que esta pesquisa é resultado dos primeiros estudos realizados em minha pesquisa sobre filosofia indígena com o tema “Ontologia e Ética no Pensamento Indígena Brasileiro: Análise das Ontologias Tupi-Guarani e Yanomami” no Mestrado Acadêmico em Filosofia, na Linha de Pesquisa em Ética e Filosofia Política Contemporânea da Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR e devidamente institucionalizado junto ao Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia de Rondônia - IFRO *Campus* Porto Velho Calama - conforme a homologação 4 do Edital Nº 02/2022/PVICAL - CGAB/IFRO, de 12 de Janeiro de 2022 - edital este de seleção, sem concessão de recursos financeiros e bolsas, destinado à institucionalização de projetos de pesquisa de demanda espontânea, de mestrado, doutorado e projetos aprovados em editais externos com recurso de agências de fomento.

2 O HOMEM E SUA NATUREZA RELIGIOSA

Na história da humanidade a religiosidade sempre foi um fator que esteve muito presente. Pela religião, homens mataram e morreram, cidades foram erguidas em locais improváveis, governos se fortaleceram e foram destruídos. Nas Américas vemos a presença de diversos povos conhecidos como “sociedades Pré-Colombianas e Meso Américas. Estas civilizações fizeram seus monumentos em honra de seus deuses e os cultuam durante longos períodos de tempo. E pensar que tudo isso começou, ou pelo menos é identificado hoje, com os primeiros sepultamentos encontrados na Europa.

De fato, a religiosidade é algo essencial do ser humano, o medo do desconhecido e a necessidade de dar sentido ao mundo que o cerca fizeram com que o ser humano se identificasse com a religião e suas mitologias. Se assim não fosse não haveriam tantos templos construídos e dedicados a tantas divindades, tantos monumentos e locais considerados sagrados por todo o mundo.

Desde os já mencionados primeiros sepultamentos, muitas expressões religiosas surgiram e desapareceram, outras tantas se mesclaram ou simplesmente adaptaram suas concepções de mundo há algo mais atual o que permitiu uma maior permanência de tempo. Mas todas as expressões têm em comum a capacidade de elevar o ser humano a algo que transcende puramente sua realidade ordinária. O ser humano já não mais está só no universo que o rodeia e as coisas tomam novo sentido. E isso vemos especialmente nas culturas indígenas originárias brasileiras onde a presença deste sagrado falante ao ser humano é constante e presente.

O mundo não é mais puramente só o mundo enquanto tal, mas agora é repleto de sentido. Pois seus problemas existenciais começam ao se deparar com a sua limitação temporal, o fim de sua existência, sendo a morte, uma das maiores certezas humanas, e na busca do transcendente, na explicação de sua finitude a religião, traz o sentido para o além da morte, sendo a religião a ponte entre a vida e a morte.

O estudioso da história das religiões Mircea Eliade (1992) entende, por exemplo, que para o ser humano religioso uma pedra não é somente uma pedra, mas é algo sagrado, é algo profundo que perpassa essa realidade perceptível aos sentidos. Segundo Eliade (1992, p. 19), “[...] o ‘mundo’ todo é, para o homem religioso, um ‘mundo sagrado’”. Uma árvore, uma pedra, um animal não é somente

o que os olhos são capazes de detectar em primeiro momento, mas sim são seres sagrados, divindades, que protegem as pessoas piedosas a estas formas de culto. Estes seres além da proteção podem também garantir a fertilidade dos territórios tribais, cumulando seus habitantes com toda sorte de bênçãos espirituais que trazem consigo boas caçadas, colheitas, chuvas etc.

Mas neste contexto não é somente estes seres espirituais que protegem os seres humanos. Os seres humanos em contrapartida também oferecem sua devoção e proteção a estes seres sagrados. E isso fica quando se ouve em primeira mão a sabedoria ancestral de um povo:

Nós, xamãs, dizemos apenas que protegemos a natureza por inteiro. Defendemos suas árvores, seus morros, suas montanhas e seus rios; seus peixes, animais, espíritos xapiri e habitantes humanos. Defendemos inclusive, para além dela, a terra dos brancos e todos os que nela vivem. Essas são as palavras de nossos espíritos e as nossas. Os xapiri são os verdadeiros defensores da floresta e eles nos dão sua sabedoria. Fazendo-os descer e dançar, nossos antigos sempre protegeram a natureza inteira. E nós, que somos seus filhos e netos, não queremos viver num resto de floresta. Os brancos já desmataram quase toda a sua terra. Mantiveram apenas alguns retalhos de sua floresta e puseram cercas em volta deles. Acho que agora pretendem fazer o mesmo com a nossa. Isso nos entristece e nos deixa muito preocupados. Não queremos que nossa floresta seja destruída e que os brancos acabem cedendo apenas pequenos pedaços dispersos do que irá sobrar de nossa própria terra! Nessas sobras de floresta doente com rios lamacentos, logo não vai haver caça nem peixes, nem vento nem frescor. Todo o valor de fertilidade da floresta terá ido embora. Os xapiri não querem nos ver vivendo em cacos de floresta, e sim numa grande floresta inteira. Não quero que os meus morem num resto de floresta, nem que nos tornemos restos de seres humanos. (KOPENAWA, 2015, p. 484-485).

É tocante perceber através das palavras de Davi Kopenawa que o desejo de seus seres espirituais é que a humanidade viva não de sobras, farelos, migalhas, mas que possa gozar plenamente da natureza criada por seus deuses antigos. Neste sentido, não há dúvidas de que existe também uma alteração de conduta perante esta sacralização do mundo. É de se pensar que a própria sacralização do mundo leva os indivíduos a desenvolverem todo um sistema ético e moral, que inevitavelmente faz com que a consciência humana se torne mais sensível e suscetível ao zelo para com a natureza que está presente ao seu redor. O ser humano sendo ele religioso pode ao mesmo tempo ver e sentir o mundo totalmente diferente de uma pessoa que não possui uma crença em uma forma de religiosidade, ou melhor, dizendo, que se diz se autodenomina não religiosa.

As mitologias foram sempre uma força fecunda para o início das religiões primitivas. A mitologia permanece até hoje entendida como o primeiro sinal de que o ser humano tenta buscar respostas para explicar e dar sentido a tantas manifestações que se apresentavam na sua realidade. Dar um sentido à existência dos seres e da própria existência também faz parte do ser humano. A todo instante procuramos razões para banalidades, mas também para questões fundamentais sobre diversos temas.

E de fato, com o surgimento das mitologias, houve este renascimento da história humana primitiva onde os seres humanos puderam de forma efetiva e ativa dar sentido às coisas e ao mundo que os rodeiam. Num esforço de busca pela verdade, pela primeira vez a humanidade pode tornar este mundo, e o universo ao seu redor mais familiar.

O mundo sem sentido torna-se um lugar que assombra as pessoas, justamente porque é um ambiente desconhecido e se desconhecido é porque não tem ou não faz sentido algum. A mitologia é geralmente identificada como uma forma muito comum de dar ordem ao caos de transformar esta realidade caótica em algo muito mais parecido com um Cosmos.

Um fato histórico muito conhecido e que ajuda a exemplificar de forma concreta esta busca do ser humano por dar ordem à realidade que considera como sendo caótica é o que Mircea Eliade (1992, p. 20) cita como um exemplo típico desta prática de busca por ordenar a realidade que é encontrada nos “ritos de bênçãos que os colonizadores portugueses e espanhóis” efetuavam ao tomar para si posse de terras nunca antes pisadas por brancos. É um ambiente totalmente novo e por isso mesmo estranho, mas é preciso que receba ordem e por isso a religiosidade tem presença marcante nestes eventos. É um procedimento que Eliade percebe desde as sociedades arcaicas, mas que perdura até o período das grandes descobertas das navegações por todo o mundo.

Aliás, segue este procedimento até nossos dias. Ao olharmos para o momento em que o homem pisou na lua e ouvirmos aquelas palavras poéticas de Neil Armstrong que ecoam até os nossos dias: “Este é um pequeno passo para um homem, mas um salto gigantesco para a humanidade”. Armstrong de fato não estava mentindo, no entanto, o que foi fincado em solo lunar, não foi uma bandeira das nações unidas, mas sim, uma bandeira norte-americana. Em outras palavras, a lua possui um dono muito bem delimitado e a cerimônia da bandeira é uma espécie de consagração do lugar que é literalmente alienígena, extraterrestre. Portanto, precisava de ser sagrado, ter sentido.

Sendo assim há de se concluir que o ser humano em sua essência está de fato “[...] destinado a transcender-se a si mesmo e ultrapassar o mundo visível e sensível” (SCHMITZ, 1984, p. 64). E ao longo da história é perceptível que por meio de artifícios como os citados anteriormente é capaz de obter êxito diante de tal busca pelo sentido de sua existência enquanto participa nesta realidade. A busca por essa transcendência que vai além da simples compreensão humana não pode ser entendida pura e simplesmente como uma fuga do homem de si mesmo, mas sim uma espécie de libertação do ser humano de si mesmo, de suas próprias limitações. Ao se libertar de tais grilhões pode partir para a compreensão de realidades, de coisas muito mais elevadas e que por sua vez ajudaram na mudança de sua própria realidade.

3 A RELIGIÃO NA ATUALIDADE

Diante de uma realidade cada vez mais globalizada, não só de economias e produtos, mas de culturas e mentalidades, o ser humano tem dificuldades de perceber este mundo como algo sagrado como o faziam seus antepassados. Até porque, com tantos avanços na ciência e na técnica fica meio difícil de acreditar que água benta irá tornar o solo mais fértil do que os atuais e altamente desenvolvidos fertilizantes, por exemplo.

Neste mundo existe não somente uma crença, mas inúmeras outras que cada uma a seu modo muito particular procura elaborar um discurso que leve seus fiéis a de fato se manterem fiéis aos seus preceitos sagrados. Assim nota-se que a pluralidade religiosa é uma realidade. Para Mircea Eliade (1992, p. 13):

O homem ocidental moderno experimenta um certo mal estar diante de inúmeras formas de manifestação do sagrado; é difícil para ele aceitar que, para certos seres humanos, o sagrado possa se manifestar em pedras ou árvores, por exemplo.

Na verdade, essa dificuldade de perceber a sacralidade do mundo é apenas um dos fatores, apenas um pequeno reflexo de um mundo que possui mais de uma única verdade absoluta como em outras épocas. A pluralidade de valores éticos e morais são indefinidas e subjetivas. Não existe apenas um encontro econômico dos povos por via da globalização, existe também uma globalização das culturas que compõem este mundo e conseqüentemente um encontro entre as religiões consigo mesmas e umas com as outras, mas também um encontro das religiões com os problemas da humanidade¹.

Hoje com os avanços da ciência e da técnica, principalmente no campo das comunicações sociais, cada ser humano pode ter um home page na internet onde pode escrever a verdade sobre si mesmo, sobre outros e sobre o mundo. Todas as pessoas têm voz, vez e lugar. O movimento dos monastérios que abrigam todo o conhecimento da idade média acabou. Não existem mais bibliotecas como a de Alexandria. Não se faz mais necessário buscar conhecimentos atravessando grandes distâncias como faziam os filósofos sofistas na Grécia antiga². O conhecimento hoje está disponível

¹ A respeito dos efeitos da globalização para a sociedade de modo geral e principalmente referente às suas conseqüências para a religiosidade, bem como a influência dos meios de comunicação para o aceleramento desse processo, vale conferir o estudo do Frade Dominicano Carlos Josaphat intitulado **Ética e Mídia** – Liberdade, Responsabilidade e Sistema, publicado pela Editora Paulinas (2006). Mais precisamente no capítulo oitavo é abordado de forma muito interessante aspectos essenciais como: ética, mídia e o mundo atual.

² Sobre este polêmico assunto do campo filosófico existe uma série de releituras sobre estes tão criticados pensadores. Dentre elas destacamos o estudo do Professor Giovanni Casertano intitulado **Sofista** (2010), outra pesquisa de peso é a de Willian K. C. Guthrie denominada **Os Sofistas** (2007) ambas publicadas pela editora Paulus. E por fim o texto publicado pelas Edições Loyola (2003) de G. B. Kerferd **O Movimento Sofista**. Aliás, grande parte das críticas – ou melhor, dizendo – legado pejorativo se deve pela herança cultura nos deixada por Sócrates, Platão e Aristóteles e pelo simples fato de restarem apenas fragmentos dos textos originais destes assim denominados filósofos sofistas. Para uma fundamentação de ordem mais histórica do que propriamente filosófica o historiador Frederick Copleston também possui

de modo muito simples e assim que as pessoas ligam seus computadores podem obter conhecimentos desenvolvidos em todas as partes do globo.

Não se pretende questionar aqui os avanços da tecnologia, mas sim evidenciá-los como algo que tem seu impacto na sociedade, não pejorativamente, mas como algo positivo. Porém, é preciso destacar a necessidade de reflexão sobre a qualidade das programações do que é oferecida a população. Mas isso já é outra história.

A ideia é mostrar que para o ser humano contemporâneo, com tantos mecanismos de conhecimento ao seu dispor e ainda vivendo em um período de industrialização e de suas múltiplas atividades, torna-se muito complicado o homem se interiorizar, buscar o transcendente. As múltiplas informações tornam o homem um tanto cético, o que dificulta acreditar ou simplesmente entender que uma árvore, uma pedra não é somente isso que parecem ser para culturas totêmicas como os aborígenes australianos, por exemplo.

A própria cultura judaico-cristã com seu monoteísmo que prevaleceu na Europa durante dois milênios e foi espalhada para as colônias nas três Américas, na África, na Ásia e Oceania sempre teve muita dificuldade em compreender essa percepção de mundo. Portanto, o que existe é uma série de fatores históricos e religiosos que interferem diretamente no pensamento ocidental levando a essa dificuldade apontada por Mircea Eliade anteriormente citado. Um destes fatores certamente é o aspecto no qual estes saberes não atendiam as classificações pensadas durante milênios na Europa. Como não faziam parte da grade de saberes eurocêntricos, as epistemologias originárias dos povos nativos simplesmente eram tratadas como superstição de culturas primitivas.

No entanto, no pensamento moderno existe algo interessante criticamente falando sobre todas as coisas, pois isso não é exclusividade somente para a religião, haja visto o *Aufklärung*³ kantiano, por exemplo, existe uma constante necessidade de reflexão. Mas é um posicionamento crítico e reflexivo sobre todas as situações presentes na sociedade, levando as pessoas a estarem mais conscientes de suas escolhas enquanto cidadãos ativos. É a busca do homem pelo homem de esclarecer por via do uso reto da razão as respostas para suas inquietações nos mais variados campos de atuação humana, inclusive a religião.

No momento histórico em que a humanidade se encontra atualmente e que alguns pensadores como o Sociólogo Polonês Zygmunt Bauman identificam como Pós Modernidade a situação tem um

um estudo nesta mesma linha. Intitulado História de **La Filosofia I** - Grécia e Roma publicado pelo Editorial Ariel de Barcelona (1986).

³ A este respeito o filósofo Immanuel Kant tem uma publicação pertinente chamada **O que é o Aufklärung?** Kant nesta obra procura incentivar seus leitores na busca pelo esclarecimento de tudo que é oferecido pela sociedade como forma de melhor compreender a realidade e que as pessoas possam se tornar cada vez menos acomodadas diante de tudo o que surge na sociedade.

clima um pouco diferente. A reflexão profunda dos fatos deu lugar à tolerância. As pessoas passaram a perceber que existem fatos que simplesmente por mais que exista um esforço de busca e apreensão ainda assim existe algo que se nos escapa, existe um *mistério*.

Para Zygmunt Bauman (1998, p. 205), isso é um fato muito claro porque o pensamento Pós Moderno tem mais consciência das limitações que envolvem a busca incessante do encontro com o conhecimento:

O espírito Pós Moderno, mais tolerante (visto que mais consciente de sua própria fraqueza) do que seu antecessor e crítico moderno, está sensatamente consciente da tendência das definições a esconder tanto quanto revelam e mutilar, ofuscar enquanto aparentam esclarecer e desenredar. Ele também aceita o fato de que, com demasiada frequência, a experiência transborda das gaiolas verbais em que desejaríamos retê-la, de que há coisas sobre as quais devemos silenciar, uma vez que não podemos falar sobre elas, e de que o inefável é uma parte tão integral da maneira humana de estar no mundo quanto à rede lingüística que com que tentamos (em vão, e por acaso, embora não menos vigorosamente por essa razão) captá-lo.

Existe um modo distinto de se perceber o mundo que está para além da simples abstração humana e que merece respeito. Diante de um mundo em que a ausência de paradigmas é um fato ordinário é perfeitamente compreensível a ideia de silêncio perante algo que se nos escapa a compreensão. Como é a partir do que formular uma argumentação para definir algo? Torna-se complicado pelo simples fato da ausência de bases fundamentais.

Zygmunt Bauman ainda destaca que porque se vive em um período em que existem muitas incertezas pela ausência de bases universais, as pessoas necessitam de algo que lhes dê segurança. É sentida por de mais uma profunda falta de orientação para dar respostas a questionamentos que surgem dos problemas no dia a dia e as pessoas sedentas de direcionamento procuram a todo custo por quem possa lhes oferecer tais orientações.

Homens e mulheres em todo o mundo globalizado carecem de personalidades que através de suas técnicas sagradas possibilitem o contato com algo que está para além da razão humana, mas que garanta conforto e estabilidade emocional do poder fazer. É um período da história humana em que as pessoas carecem de auto-afirmação. Para Zygmunt Bauman, as pessoas não querem alguém que lhes ensine sobre a fraqueza humana, mas sim em especialistas sobre identidade:

Homens e mulheres assombrados pelo estilo de vida Pós Moderno não carecem de pregadores para lhes dizer da fraqueza do homem e da insuficiência dos recursos humanos. Eles precisam de reafirmação de que podem fazê-lo – e de um resumo de como fazê-lo.

Existe, portanto, uma mudança radical no estilo de perceber a função religiosa na atual conjuntura social. Por essa via é compreensível o fato do aumento de algumas igrejas em que mais parece uma verdadeira feira livre, um comércio com Deus, o aumento na publicação e venda de livros

referentes a temas como auto-ajuda e fica compreensivo também o porquê o slogan “Yes, we can – sim, nós podemos” do presidente norte-americano Obama pegou tão fortemente naquele país. Aliás, diga-se de passagem, a campanha do atual presidente norte americano foi um verdadeiro exemplo de mobilização social em prol do candidato.

Em uma era de extremos como a atualidade é percebido um crescente aumento de grupos extremistas, sejam eles liberais ou fundamentalistas. Nos dois casos é percebido um fato comum, o momento em que surgem. Sendo o presente um período conturbado de mudanças de paradigmas certos grupos tendem naturalmente a fecharem-se em si mesmos seja para voltar-se para aquilo que consideram como fundamental ou para abrir-se totalmente ao novo. Ambos os discursos nesses casos são notavelmente nocivos para toda e qualquer pessoa.

Zygmunt Bauman (1998, pg. 228) além de compreender que o fundamentalismo religioso tão presente e ao mesmo tempo criticado na atualidade é “filho legítimo da Pós Modernidade”, compreende também que existe uma sinceridade profunda nessa busca. As pessoas cansadas de viverem em um mundo sem norte procuram e encontram em líderes fundamentalistas respostas para as suas indagações e inquietações sobre o sentido para suas vidas. A moralidade das ações de tais grupos pode ser questionada, porém os parâmetros de vida legados a seus seguidores são legítimos. Existe quer queira quer não uma autenticidade na busca e outra na resposta. Assim “o fundamentalismo é o remédio radical contra esse veneno da sociedade de consumo conduzida pelo mercado e Pós Moderna [...]” (BAUMAN, 1998, p. 228).

Fica evidente, portanto, que a sociedade está em constante movimento de transformação. Mas isso ocorre porque a sociedade é composta de indivíduos que por si mesmos estão em movimento de mudança. O que é muito compreensivo visto que o humano é um ser de mudança e conseqüentemente tudo o que está ligado a ele como uma espécie de ferramenta no auxílio a compreender sua realidade também passará por mudanças.

Para o antropólogo Claude Lévi-Strauss (2012, p.57) o princípio da estrutura de funcionamento de uma sociedade é justamente seu destino para a mudança, às sociedades são feitas para mudarem. É totalmente impensável uma sociedade que não está em constante movimento. Diga-se de passagem, o fato de se estar em movimento demonstra o equilíbrio de uma sociedade ou pelo menos a sua tentativa.

Pensa-se as vezes que estar em equilíbrio é estar estagnado, parado. Na verdade, o sentido de equilíbrio é estar constantemente migrando de um pólo a outro com o intuito de encontrar as respostas certas, como se estivesse em uma corda bamba procurando o ponto certo para não cair. Mas isso é assunto para outro momento. Nesta perspectiva Davi Kopenawa (2015, p. 486-487) compreende a partir de sua cosmovisão algo muito interessante:

Contudo, muitos são os brancos que continuam ignorando nossas palavras. Mesmo que elas cheguem aos seus ouvidos, seu pensamento continua fechado. Seus filhos e netos talvez as escutem um dia. Então pensarão que são palavras de verdade, claras e direitas. Perceberão como é bela a floresta e entenderão que seus habitantes querem viver nela como seus ancestrais antes deles. Irão se dar conta do fato de que não foram os brancos que a criaram, nem ela nem seus habitantes, e que, uma vez destruídos, seus governos não poderão fazer com que voltem à existência. Se, por fim, os brancos ficassem mais sensatos, meu pensamento poderia recuperar a calma e a alegria. Eu diria a mim mesmo: “Que bom! Os brancos acabaram ganhando sabedoria. Eles começam a ter amizade pela floresta, pelos humanos e pelos xapiri”. Minhas viagens acabariam. Eu já teria passado tempo demais longe de casa a discursar para eles e a encher suas peles de papel com o desenho de minhas palavras. Passaria a visitar a terra dos brancos só de vez em quando. Diria então a meus amigos de lá: “Parem de me convidar tanto! Quero me tornar espírito e continuar estudando com os xapiri. Só quero adquirir mais conhecimento!”. Então eu me esconderia na floresta com os xamãs mais antigos, para beber o pó de yãkoana até ficar bem magro e esquecer a cidade.

A sabedoria indígena aqui presente abarca a maturidade de perceber que o ser humano está em fluxo contínuo de mudança. Revela-se assim o conceito de esperança em dias melhores em que as novas gerações perceberam e assimilaram esta sabedoria que vem da floresta. E este é um ponto de convergência importante em que as viagens de um missionário da floresta, se assim podemos dizer, se encerraram, porque a sabedoria enfim chegou às pessoas, despertando-as para amarem seus semelhantes e os espíritos e demais seres.

A vivência com os seres da floresta e com seus espíritos é, sobretudo, o mais importante para Davi Kopenawa. Porque é no contato com toda essa realidade peculiar que confere sentido espiritual e existência a sua vida e a das pessoas de sua comunidade. Considerar essa cosmovisão é indispensável para compreender que a vida para os Yanomami é bem mais do que somente o que os olhos podem ver. Tem muito haver com a existência profunda e regada de sabedoria e que somente aqueles que a buscam de fato podem encontrar na seriedade de suas buscas. Enquanto o dito povo civilizado não se organiza e toma medidas protetivas com relação ao ambiente em que vivemos, Davi Kopenawa terá que continuar sua peregrinação terrestre em busca de mudança de corações e mentes. Se a cultura ocidental caminha para uma auto afirmação de sua subjetividade, os povos originários vem por sua vez buscando seu protagonismo e a afirmação de seus próprios valores.

Neste processo é importante destacar que o essencial agora é o estudo sobre a conversão humana e as suas implicações na vida dos indivíduos.

4 O FENÔMENO DA CONVERSÃO

Mesmo em um período em que as pessoas possuem uma imensidão de paradigmas e não apenas um como em outros tempos, uma coisa chama a atenção, é o fenômeno da conversão. Lembrando que o termo conversão vem do latim que quer dizer justamente mudança.

Este fenômeno, se assim o podemos chamar, é encontrado principalmente no cristianismo, porém não é exclusividade sua. Grosso modo pode-se dizer que é o movimento de mudança de estágio intelectual, afetivo e espiritual de uma pessoa que se predispõe de modo sincero a encontrar o verdadeiro sentido de sua existência. E como no trânsito, ocorre uma mudança de direção, de sentido.

É importante destacar também que tal fenômeno é de cunho estritamente pessoal. Não é possível dizer que determinado grupo se converteu a determinada doutrina sem considerar cada ser humano em sua vivência particular de fé e conversão. Cada pessoa que se encontra naquele grupo foi tocada de uma maneira diferente, ou pelo menos sentiu de um jeito diferente quando as palavras-chave sagradas lhes foram ditas, se assim podemos dizer. Se a partir deste “toque divino” houve a formação de um grupo é porque houve similaridades, pontos em comum que levaram a todos a se unir. É absolutamente natural as pessoas se unirem por aquilo que lhes é comum.

Diante de um momento de crise em que tudo parece não mais fazer sentido, a pessoa humana que se depara com algo que lhe dá firmeza, segurança e certezas, das quais outrora não lhe faziam sentido em sua vida, é algo surpreendente, é como se houvesse um desvelamento de todas as coisas. Uma abertura de consciência se inicia e o ser acaba por perceber que sua forma de se manifestar na realidade pode ser de diversas outras formas ainda mais criativas.

Zygmunt Bauman ao tratar sobre o fundamentalismo religioso tem uma fala interessante a respeito do que podemos, ou melhor, do que se pretende dar a entender como motivo para a conversão. Segundo ele, “a pessoa sabe para onde olhar quando as decisões da vida devem ser tomadas, nas questões grandes e pequenas, e sabe que, olhando para ali, ela faz a coisa certa, sendo evitado, desse modo, o pavor de correr risco” (BAUMAN, 1998, p. 228). Como fora salientado anteriormente, na religiosidade, na palavra de seu líder as pessoas acabam por encontrarem paradigmas, bases para lançar seus argumentos e a partir de tais bases adquirem a possibilidade de cogitarem um norte para suas vidas.

E psicologicamente falando a religiosidade tem função de suma importância na vida das pessoas. Segundo Nelson Mafla Terán (2013, p. 439), “La religión es psicológicamente útil, en tanto sus promesas de recompensa eterna son necesarias para proporcionar soporte y cobijo al sujeto caído en desdicha”. Principalmente em momentos decisivos não só para o indivíduo particular, mas para todo um povo, como por exemplo, o que é descrito por Viktor Frankl em sua obra *Em Busca de Sentido*. Neste texto Frankl traz à tona sua experiência em um campo de concentração durante a primeira metade do século passado.

Diante de uma situação extrema de cárcere como a que Viktor Frankl vivenciou, os homens se questionam profundamente sobre seus valores e crenças procurando dar sentido novo a cada sucessão de eventos trágicos, tentando se adequar e tornar mais familiar o mundo de dor e terror em

que estão imersos. De certo modo podemos qualificar tal busca de sentido como algo de profundo caráter de conversão pessoal. Também se pode afirmar que a religiosidade e seu caráter de conversão inerente estão profundamente ligados ao contexto histórico que cada ser humano está inserido. Em um campo de concentração a religião ganha um sentido ainda mais profundo para cada ser.

O sentido de conversão é de fato algo que confere novo sentido à existência do ser. Basta pensar em grandes exemplos de pessoas que se converteram ao longo da história como Agostinho de Hipona, Francisco de Assis, Edith Stein, Paulo de Tarso e tantos outros que não necessariamente precisam estar inscritos no hall dos santos católicos, mas que fazem parte da gente comum e que seus nomes talvez nunca sejam lembrados.

Aliás, por falar em Paulo de Tarso⁴, e com certeza um dos mais conhecidos convertidos da História do Cristianismo. Sua história de vida está descrita em um dos livros mais editados e lidos no mundo, a Bíblia. No livro dos Atos dos Apóstolos (At. 9, 1-25) localizado no que se convencionou a chamar de Novo Testamento, encontra-se o relato da conversão deste homem que se tornou um ícone para o Cristianismo. E na opinião de especialistas como Pedro Vasconcellos e Pedro Paulo Funari (2013, p. 33) que analisam o aspecto da conversão de Paulo, “não há dúvida de que a experiência foi mística e profunda, e o momento decisivo dela terá ocorrido por volta do ano 35 d.C.” Pode-se perceber no percurso da leitura dos textos sagrados do cristianismo, como um homem douto nas leis judaicas torna-se perseguidor dos primeiros seguidores de Jesus e mais tarde acaba por se converter a doutrina que tanto perseguia. Uma história que tocou tantos corações – como, por exemplo, Santo Agostinho – durante tantos séculos não pode ser fundada apenas em fantasias, mas pode trazer em si uma conotação muito mais profunda do que os olhos podem apenas ver em contato com a Sagrada Escritura. Prova disso é que Paulo elevou o processo de evangelização há um novo patamar, e por isso mesmo é chamado também de Apóstolo dos Gentios, porque suas pregações não se dirigiam apenas as pessoas da região da Judéia, mas sim a todos os povos nas principais cidades não pertencentes à região (At. 13, 46).

Existe algo que está para além de meras explicações humanas. Do ponto de vista da intelectualidade Paulo de Tarso era um homem profundamente instruído nas leis judaicas. Como pode então um homem assim mudar de concepções religiosas e culturais? Que força era esta que Paulo presenciou no caminho para Damasco? Ou melhor, perguntando, que luz foi aquela vista por até então Saulo ou Saul (At. 9, 3-4) que depois deu origem ao que até nossos dias ficou conhecido como Paulo de Tarso? É um mistério que perdura até os nossos dias. Mas uma coisa é inegável e assim podemos

⁴Sobre este tema existe um importante estudo realizado pelos professores Pedro L. Vasconcellos e Pedro Paulo A. Funari chamado **Paulo de Tarso** Um Apóstolo para as Nações publicado pela editora Paulus (2013). Este estudo a quatro mãos tem como base os mais recentes dados arqueológicos, históricos e exegéticos referentes à vida de Paulo Apóstolo.

concordar com o historiador das religiões Mircea Eliade (1999, p. 12), ao estudar a manifestação da luz nas diversas religiões não europeias, segundo ele, “[...] todas as experiências de luz sobrenatural apresentam um denominador comum: quem passa por esse processo sofre uma mutação ontológica: adquire outro modo de ser, que lhe permite ter acesso ao mundo do espírito”. E mais adiante prossegue, “[...] o encontro com a luz indica um novo nascimento espiritual”.

A conversão não é privilégio somente dos grandes nomes aos quais é atribuído o caráter de santidade como Paulo de Tarso, por exemplo, muitas pessoas mesmo em um tempo em que assumir uma postura de valores é complicado, ainda assim diariamente se entregam a mudança de ideais e principalmente de religiosidade etc. Toda pessoa que se sente em estado de confusão ou como alguns místicos definiram como trevas, escuridão, deserto ou *noite escura*⁵ procuram por novas alternativas para acalmar o coração. E porque não permanecer nas trevas? Porque nas trevas nada se pode entender, ver direito, tudo é indefinido e passível de periculosidade. Carlo Maria Martini (2013, p. 7) se questiona a este respeito “Porque a escuridão nos causa medo? Porque no escuro existe confusão, não se sabe para onde ir, não se vê quem está ao nosso redor e parece que estamos sozinhos... Parece que ninguém pode nos ajudar. E isso assusta”.

Mesmo pessoas que se consideram altamente racionais não estão livres de se sentirem “acuadas” perante o desconhecido e assim procuram mudar seus ideais, suas formas de perceber e interpretar o mundo. Platão, por exemplo, em sua célebre obra intitulada *A República* alerta as pessoas através do Mito da Caverna⁶ – ou se preferir como em algumas traduções é proposto Alegoria da Caverna – sobre os riscos de permanecer na escuridão do pensamento e não refletir seriamente sobre as coisas e a vida. Mas quando, aquele que busca se libertar seriamente dos grilhões do comodismo intelectual encontra a verdadeira luz, encontra também o verdadeiro sentido das coisas e da vida, tudo muda e ganha cor. Contudo, esta busca pela verdade colorida das coisas apresentada pelo filósofo grego traz à tona a responsabilidade de arcar com as consequências perante aqueles que ainda não se abriram para novas possibilidades intelectuais.

Contudo a preocupação a que se dedica o presente artigo está voltada mais para o campo da fé e de como as pessoas acabam encontrado na religião o sentido para suas respectivas existências, já

⁵ Talvez o exemplo histórico de maior força seja justamente no poema do Frei Carmelita espanhol e Místico Católico João da Cruz intitulado **Canções da Alma**. Em seu primeiro verso se encontra Em uma noite escura. Segundo se conta, este escrito influenciou profundamente personalidades mundiais como o Papa João Paulo II e a Madre Tereza de Calcutá. Foi publicado no Brasil pela Editora Vozes (2002) juntamente com os demais escritos de João da Cruz no que ficou conhecido como as Obras Completas. Ainda sobre este tema vale conferir outra obra chamada **O Amor Não Cansa Nem se Cansa**, também de São João da Cruz e publicada no Brasil pela editora Paulus (2014).

⁶ **O Mito da Caverna** de Platão é também conhecido em algumas traduções como a Alegoria da Caverna. Encontra-se no princípio do Livro VII da obra **A República** de autoria do já mencionado filósofo. Na tradução do ano de 2000 de Carlos Alberto Nunes pela EDUFRA (Editora da Universidade Federal do Pará) e utilizada na composição desta monografia, o Livro VII está precisamente localizado na página 319.

que a religiosidade, este contato íntimo com o sagrado possibilita ao ser finito encontrar respostas para questionamentos que se faz desde tempos imemoriais. Questionamentos clássicos, diga-se de passagem, tais como: Quem sou? De onde vim? Para onde vou? E etc. É preciso acima de tudo compreender a própria história com a finalidade de compreender qual é a identidade subjetiva de cada sujeito. Os povos indígenas brasileiros contemporâneos através da força de sua literatura vêm justamente buscando dar um novo sentido histórico para suas existências. E neste processo é de suma importância a autoafirmação dessa subjetividade que durante séculos foi ocultada e negligenciada:

Eu sou Kaká Werá Jecupé. Um txukarramãe. Um guerreiro sem armas. Nós, das nações indígenas, somos os guardiães da Terra. Anos atrás, minha tribo foi dizimada por seres em busca de ouro e território. Restou eu e minha avó. E durante todo esse tempo tem havido em muitos lugares do país gestos iguais a esse. E mesmo além de meu povo, além desses tempos, muitos outros foram dizimados. Se nós fossemos responder com a mesma ignorância, a Terra não existiria mais. Os chamados conquistadores exterminaram os incas, escravizaram negros e produziram holocaustos. A Grande Mãe recebe vossos atos diretamente no ventre, e nunca deixou de gerar recursos: seja para o prédio que a civilização constrói, a tecnologia que fabrica, ou a oca que nós fazemos. A Grande Mãe sente a civilização pisando sobre ela. Um índio não pisa na terra. Um índio toca a terra. Um índio dança sobre o chão agradecendo sobre todos os seres da terra, da água, do ar e do fogo. Um txukarramãe faz a dança da vida unindo o pé do real e o pé do sonho na mesma direção, no caminho do sol. Para um txukarramãe, as más pegadas, uma vez feitas, não são más pegadas, quando deixam vestígios, deixam lições. As boas, norteiam. A sociedade chamada civilizada se acha tão inteligente e repete milenarmente seus piores passos, suas piores danças. Chega de ignorância! Chega de holocaustos! Chega de massacres! (JECUPÉ, 2002, p. 78-79).

Essa auto afirmação de Kaká Werá Jecupé aponta para uma outra perspectiva da vida, de si mesmo, da história, o que é muito importante para um descentramento epistêmico, ético e ontológico.

Somente por via de um encontro sincero entre o que busca e o que se deixa encontrar é que de fato pode vir a existir o que se convencionou a chamar de fenômeno da conversão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término da presente pesquisa ficou evidente a importância que a religiosidade teve ao longo do tempo e que continuará tendo para a espécie humana. Suas influências foram determinantes para moldar o caráter dos seres humanos por incontáveis gerações. Mesmo em tempos de incertezas a religião favoreceu os seres humanos com parâmetros que serviram como bases para a reestruturação social mediante crises sejam de cunho econômico ou intelectual e cultural. Sendo assim em uma época como a atual não poderia ser diferente e por este fator mesmo que possivelmente se explica a expansão e surgimento de novas identidades religiosas por todo o mundo e principalmente no Brasil.

Não podemos nos esquecer de que nos últimos, sobretudo, em nosso país a religiosidade ganhou contornos de militarização da fé. É preciso considerar a necessidade de se voltar às fontes da

religiosidade e buscar detectar se de fato a humanidade caminha nas trilhas do amor e da justiça, ou caminha a passos largos e distorcidos.

A poética literária indígena brasileira contemporânea especialmente na obra *A Queda do Céu - Palavras de um Xamã Yanomami* de Davi Kopenawa e Bruce Albert, tem desempenhado um importante papel como forma de identificar fatores que asseguram e legitimam a resistência às mudanças nocivas para os povos originários bem como a perpetuação de suas epistemologias.

A análise da obra de produção epistêmica de Davi Kopenawa é importante também pelo fato de possibilitar ao leitor o contato com uma espiritualidade ancestral e suas raízes espirituais que além de promover uma experiência com o sagrado autêntico e original permite também a absorção de novos valores. Nota-se nos escritos dos autores indígenas brasileiros contemporâneos, como é o caso de Davi Kopenawa, a sempre presente passagem da sabedoria ancestral proveniente de tempos imemoriais que comunica uma harmonia cósmica da criação em estreita conexão com a apropriação da língua oficial escrita.

A transição da palavra falada para a palavra escrita repercute na possibilidade do compartilhamento de cosmovisões e transferência de valores para além de suas próprias fronteiras epistêmicas e poéticas naturais favorecendo a difusão e fixação de saberes por intermédio da escrita. A transcrição destes ensinamentos para a linguagem ocidentalizada revela uma escrita marcada pela voz-práxis autoral que essencialmente é comprometida com a realidade numa perspectiva militante e com ativa voz política em defesa da cultura dos povos originários e da proteção da natureza. Na produção textual Davi Kopenawa percebe-se que está marcada não somente pela espiritualidade latente de sua cultura, seu engajamento político, mas existem também as marcas de um compromisso ético com a vida em toda a sua extensão. Diferentemente da cisão operada pela modernidade entre ser humano e natureza, a produção textual de Davi Kopenawa chama a atenção para o aspecto de união estreita entre ser humano e as demais realidades presentes na ambiência cósmica em que se está inserido.

A Queda do Céu mais do que uma produção literária é a fonte de onde brota a possibilidade de uma reflexão filosófica por via de um descentramento epistêmico autêntico e que reclama para si a autonomia e protagonismo enquanto voz-práxis. Pensar filosofia indígena neste contexto é pensar a partir de conceituações próprias presentes nas narrativas produzidas por autores indígenas, como é o caso de Davi Kopenawa. O fenômeno dessas vozes da ancestralidade tem despertado ressonâncias em vários campos do conhecimento, sobretudo na educação e filosofia, por ser justamente o fio condutor que remete a uma busca por sabedoria que difere do consagrado modelo metódico ocidental.

Estes ensinamentos presentes na dialética da tradição oral dos povos indígenas, e aqui dá-se destaque ao povo Yanomami, encontram agora espaço fértil para seu fortalecimento, atualização e

perpetuação de sua produção de conhecimento via uma poética que vai além das entrelinhas e que conduz para um engajamento social decolonizador visando transformações sociais em prol dos povos originários e sua subsistência. Fica explícita uma realidade que transcende a mera crítica social mas que permite um aprofundamento das questões indígenas e mesmo sobre a compreensão referente aos aspectos éticos, políticos e religiosos na contemporaneidade. O que é fundamental para ampliar a percepção para o reconhecimento de saberes outros e maneiras próprias de se compreender o mundo a partir de outras epistemologias que fogem dos padrões ditados pela modernidade e seus métodos científicos.

Sendo a atual conjuntura social, predominantemente constituídos de meios de comunicação altamente tecnológicos e desenvolvidos às questões de fé são diariamente questionadas sobre sua validade mediante a não possibilidade de demonstração empírica. No entanto, uma notável face de crescimento é sentida por toda a sociedade e questionamentos como: Como é possível em um tempo como o nosso a religiosidade ainda subsistir? Na verdade, esse tipo de questionamento é respondido pelo fato de que o ser humano mesmo imerso em uma pluralidade de paradigmas ainda assim sente necessidade intrínseca ao seu ser de possuir um fator que lhe garanta um ponto de partida, uma base para seu desenvolvimento. E a religião em sua ação sempre de contínua presença neste mundo possui os requisitos necessários para se tornar a predileta das pessoas para encontrar o seu ponto inicial.

Ao passo que o ser humano se demonstra disposto a esta ação que para muitos é vista como libertadora torna-se o ser aberto para uma mudança radical em suas vidas e a isso foi identificado no presente artigo como o fenômeno da conversão. Vale lembrar que não existe apenas uma mudança de sentimento religioso, mas de uma mudança que de fato é ontológica, uma conversão do ser em sua totalidade. É importante destacar também que tal mudança não escolhe hora e nem lugar para acontecer, não existe uma idade certa para que o ser existente nessa realidade tome consciência de seus atos e procure uma abertura para outras possibilidades. E citando exemplos históricos pode-se destacar casos como Agostinho de Hipona que teve sua conversão aos quarenta anos de idade ou ainda como Jeremias que no antigo testamento foi chamado ainda em sonho sendo apenas um pobre menino.

Enfim, independente de qual for a denominação religiosa, ela sempre estará permeada pelo *mysterium fidei* (mistério da fé) e será sempre fonte para se colher nobres frutos de encontros com a divindade que só tendem a transformar a vida do ser humano em um ser inteiro, autêntico e virtuoso.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. O Mal-Estar da Pós Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- COPELSTON, Frederick. Historia de La Filosofia I - Grécia e Roma. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1986.
- CRUZ, São João Da. O Amor Não Cansa Nem se Cansa. São Paulo: Paulus, 2014.
- CRUZ, São João Da. Obras Completas. 7º ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ELIADE, Mircea. Mefistófeles e o Andrógino – Comportamentos Religiosos e Valores Espirituais Não-Europeus. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FRANKL. Viktor E. Em Busca de Sentido – Um Psicólogo no Campo de Concentração. 33º ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- JECUPÉ, Kaka Werá. Oré Awé Roiru’A Ma - Todas as vezes que dissemos adeus. São Paulo: TRIOM, 2002.
- JOSAPHAT, Frei Carlos. Ética e Mídia – Liberdade, Responsabilidade e Sistema. São Paulo: Paulinas, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A Antropologia Diante Dos Problemas Do Mundo Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GUTHRIE, William Keith Chambers. Os Sofistas. 2º ed. São Paulo: Paulus, 2007.
- KERFERD, G. B. O Movimento Sofista. São Paulo: Loyola, 2003.
- MARTINI, Carlo Maria. Quem é Jesus?. São Paulo: Ave-Maria, 2013.
- PLATÃO. A República. tradução de Carlos Alberto Nunes. 3º ed. Belém: EDUFRA, 2000.
- SCHMITZ, Egídio F. O Homem e sua Educação – Fundamentos de Filosofia da Educação. Porto Alegre: Sagra 1984.
- VASCONCELLOS. Pedro L. & FUNARI, Pedro Paulo A. Paulo de Tarso – Um Apóstolo para as Nações. São Paulo: Paulus, 2013.
- AGOSTINHO. Confissões in Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida Líquida. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CITELLI, Adilson. Linguagem e Persuasão. 12º ed. São Paulo: Ática, 1998.

ELLIOTT, Neil. Libertado Paulo – A Justiça de Deus e a Política do Apóstolo. São Paulo: Paulus, 1997.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A Queda do Céu – Palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KÜNG, Hans. A Igreja tem Salvação? São Paulo: Paulus, 2012.

KÜNG, Hans. Teologia a Caminho – Fundamentação para o Diálogo Ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.

MANCUSO, Vito. Eu e Deus – Um Guia para os Perplexos. São Paulo: Paulinas, 2014.

MAY, Rollo. Liberdade e Destino. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

MERTON, Thomas. A Montanha dos Sete Patamares. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MORIN, Edgar. Cultura de Massas do Século XX – O Espírito do Tempo – 1 Neurose. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

MORIN, Edgar. O Método 6 – Ética. 4º ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FERNANDES, Nayã & RICCIUTO, Sergio. A Fiel Perplexidade da Fé. Família Cristã, São Paulo, v. 80, n. 940, p. 09-11, abril 2014.

TERÁN, Nelson Mafla. Función de la Religión en la vida de las Personas según la Psicología de la Religión. Teología Xaveriana, Colombia: Bogotá, v. 63, n. 176, p. 429-459, Julio & Diciembre 2013.

REALIZAÇÃO:

SEVEN
publicações acadêmicas

ACESSE NOSSO CATÁLOGO!



WWW.SEVENEVENTS.COM.BR

CONECTANDO O **PESQUISADOR** E A **CIÊNCIA** EM UM SÓ CLIQUE.